UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO
E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GIULIANO ALVES BORGES E SILVA

Desenvolvimento local e gestão municipal: um estudo sobre as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG

Orientador: Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli

RIBEIRÃO PRETO
2009

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. André Lucirton Costa
Chefe do Departamento de Administração

GIULIANO ALVES BORGES E SILVA

Desenvolvimento local e gestão municipal: um estudo sobre as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração de Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli

RIBEIRÃO PRETO
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Giuliano Alves Borges e.

Desenvolvimento local e gestão municipal: um estudo sobre as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG. Ribeirão Preto, 2009. 164p.

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

Orientador: Martinelli, Dante Pinheiro

1. Desenvolvimento Local 2. Políticas Públicas 3. Atração de empresas

FOLHA DE APROVAÇÃO

Giuliano Alves Borges e Silva

Desenvolvimento local e gestão municipal: um estudo sobre as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli

Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Presto uma sincera homenagem a todos que tornaram possível a realização deste trabalho, agradeço especialmente a todos que promoveram participações efetivas, sem as quais jamais conquistaria êxito.

Ao Professor Dr. Dante Pinheiro Martinelli por me orientar nos estudos e pesquisas, privilegiar-me com suas experiências, e principalmente por ser a pessoa que confiou em minha capacidade, um amigo eterno.

Aos docentes e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, pelo apoio e incentivo constantes. Sinceras homenagens às professoras Cláudia Souza Passador e Helena Carvalho de Lorenzo.

Aos meus colegas de mestrado, e agora amigos, pela contribuição e agradável convivência nesta caminhada, dentre eles casal Ewerton e Ana pelas longas discussões, Tiago, Christian, Saulo, Júlia, Léo, Suzana, Iraci e tantos outros, não menos importantes, da sala 8B.

À comunidade araxaense, que participou de forma brilhante desta pesquisa, através de seus representantes.

Aos meus colegas de trabalho, professores e diretores da FPM e FCJP.

Aos meus familiares, pela compreensão em relação aos momentos de ausência e grandes saudades, das pessoas que mais amo. Este sonho é uma realização minha e também de cada um de vocês, Ana Paula, Alcameno, Tunília, Giovanni e Giuseppe, vocês são a essência do que sou.

Por fim, agradeço a Deus por ter proporcionado tantos instrumentos para que eu pudesse batalhar e alcançar meus objetivos, e por ter me garantido o dom da vida mesmo em ‘adversidades’, graças a TI posso contar com familiares e amigos tão maravilhosos.

“O que prevemos raramente ocorre;
o que menos esperamos geralmente acontece.”
Benjamin Disraeli

RESUMO

SILVA, G.A.B. **Desenvolvimento Local e Gestão Municipal:** um estudo sobre as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG**.** 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

Nem sempre, as iniciativas endógenas voltadas ao desenvolvimento local são capazes de ofertar renda e bem-estar à maior parte da população, gerando uma necessidade de investimentos externos, desde que, não sufoquem as particularidades regionais e interajam de forma harmoniosa com os empreendimentos locais, por isso as políticas públicas para atração de empresas devem ser trabalhadas, pelos governos municipais, como uma dentre várias estratégias que levem em consideração as diversas dimensões de desenvolvimento. O intuito desta dissertação consiste em analisar as políticas públicas de atração de empresas realizadas na cidade mineira de Araxá entre os anos 2001 e 2008, observando suas influências (vantajosas ou não) na construção do desenvolvimento local no município, escolhido devido o reconhecimento de instituições como o Sebrae e a *International Exporter's Service*, por apresentar uma gestão pública empreendedora. A natureza do estudo é essencialmente qualitativa e buscou compreender a formação, os estágios e os processos das políticas. As análises foram baseadas nas dimensões de desenvolvimento econômico, social, ambiental, político e institucional e os resultados demonstraram que as políticas para atração de empresas promoveram grandes avanços principalmente em resultados sociais e inovações no sentido político-institucional; todas essas dimensões foram vistas na revisão literária que ainda apresenta algumas aproximações conceituais do termo desenvolvimento, uma breve caracterização da política de atração de empresas, além de alguns estudos vinculados à gestão pública municipal e à formação de políticas públicas. Os resultados deste estudo ainda apresentaram as várias visões de um caso de sucesso, compondo importantes ferramentas na formação de políticas para todos representantes locais, líderes e instituições interessadas no desenvolvimento regional, considerando as diferenças culturais e históricas existentes entre cada local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Políticas Públicas, Atração de Empresas.

ABSTRACT

SILVA, G.A.B. **Local Development and Public Management:** A research about companies attraction policies in Araxá city. 2009. 164 p. Dissertation (Master's Degree) – Economy, Business and Accountability College of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

Endogenous initiatives that come from communities are constantly discussed, however such initiatives, sometimes, are unable to offer both income and life quality to a part of the population, generating a need of external investments as long as interact with local enterprises and don't suffocate regional particularities. Therefore, the company attraction policy should be worked by the city halls as part of the strategy of local development, considering the development dimensions. The objective of this research is analyzing the companies attraction policies in Araxá city (Minas Gerais State) between the years 2001 and 2008, observing influences (advantageous or not) to the formation of local development. Araxá city was chosen because of the recognition of organizations like Sebrae and International Exporter's Service, due to an enterprising public management. This study is essentially qualitative and will comprehend both content and process policies. The analysis was based on economical, social, environmental, political and institutional dimensions, previously studied on literature research which still presents some conceptual proximity to the term development, a brief characterization of companies attraction policies, besides some studies related to public management. The results show excellent progress in both areas, social and political-institutional. By presenting many different visions of a success case, this study showing an effective contribution to the elaboration of policies to local leaders and organizations interested in regional development, considering cultural and historical differences of each place.

Key-words: Local Development, Policies, Company Attraction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura geral do trabalho 25
Figura 2 - Dimensões e aproximações conceituais de desenvolvimento local 26
Figura 3 - A atração de empresas na concepção do desenvolvimento local 44
Figura 4 - Financiamento de Políticas Públicas Distributivas 51
Figura 5 - Financiamento de políticas públicas redistributivas clássicas 52
Figura 6 - Financiamento de políticas públicas redistributivas brandas 53
Figura 7 - Apresentação dos procedimentos metodológicos 72
Figura 8: Visualização do desenvolvimento local por parte do poder público de 2001 a 2008 116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Concepções dos programas de desenvolvimento com bases sustentáveis 32
Quadro 2 - Gestão Estratégica para o Município 62
Quadro 3 - Classificações de análise de políticas e avaliação de programas. 69
Quadro 4 - Objetivos, etapas e tipos de pesquisa. 79
Quadro 5 – Resposta às proposições de pesquisa. 118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da receita disponível por esfera de governo em porcentagem.....55
Tabela 2: Fornecimento de água percentual à demanda da cidade de Araxá.....83
Tabela 3: Qualidade da água no município de Araxá em 2006.....85
Tabela 4: Indicação de qualidade do ar 87
Tabela 5: Qualidade do ar no município de Araxá, a partir das Partículas Totais de Suspensão 88
Tabela 6: Evolução Populacional no município de Araxá-MG.....92
Tabela 7: Distribuição Etária no município de Araxá-MG 92
Tabela 8: Número de anual de ocorrências policiais 2003-2007.....92
Tabela 9: Comparação entre IDH em Araxá com estado, região e país. 93
Tabela 10: Comparação entre IDEB em Araxá com nota do Brasil e a meta em 2007 94
Tabela 11: Matriculados por nível de ensino em 2007.....95
Tabela 12: Relação médicos por habitantes – Araxá, Minas Gerais e Brasil.....95
Tabela 13: Relação leitos por cada mil habitantes – Araxá, Minas Gerais e Brasil.....95
Tabela 14: Evolução da mortalidade infantil por mil nascidos no município de Araxá 96
Tabela 15: Causas de mortalidade no município de Araxá 2002-2007.....96
Tabela 16: População Economicamente Ativa em Araxá 97
Tabela 17: Evolução do Emprego Formal 2001-2007 (comparação Araxá/Minas Gerais/Brasil).....97
Tabela 18: Evolução do PIB 2002-2006 (comparação Araxá/Minas Gerais/Brasil) 98
Tabela 19: Principais Receitas Orçamentárias de Araxá, 2000, 2004 e 2007.....105
Tabela 20: Índice de participação ICMS 2000-2009 em Araxá-MG (referência março).....105

LISTA DE SIGLAS

ARADEL – Associação Rhone-Alpes de Profissionais de Desenvolvimento Econômico Local

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

CAMI – Centro de Apoio a Micro-empresas e Informais

CAT – Centro de Apoio ao Trabalhador

CBMM – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração

CEFET – Centro Federal de Ensino Tecnológico

CETEC – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais

CMRR – Centro Mineiro de Referência em Reciclagem

COIND – Cooperativa Integral do Desenvolvimento do Planalto de Araxá

CONAMA – Conselho Nacional do Meio-Ambiente

CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

DLS – Desenvolvimento Local Sustentável

EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas

FEA-RP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Finbra – Relatório de Finanças do Brasil

GPublic – Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

IPDSA – Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá

ISP – Instituto de Sociologia e política

ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza

IPTU – Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana

NUTEP – Núcleo de Estudos e Tecnologias em Gestão Pública

PGIRSU – Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos

PIB – Produto Interno Bruto

PRODEDI – Programa de Desenvolvimento Econômico de Distritos Industriais

PTS – Partículas Totais de Suspensão

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR MINAS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de Minas Gerais

SESI – Serviço Social da Indústria

SINE – Sistema Nacional de Emprego

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESP – Universidade Estadual Paulista

Uniaraxá – Centro Universitário do Planalto de Araxá

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 17

1.1 Objetivos 22

1.2 Organização do Trabalho 23

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E ATRAÇÃO DE EMPRESAS 26

2.1 O Estudo do Desenvolvimento 27

2.2 Evolução do Desenvolvimento Local 28

2.2.1 Programas de desenvolvimento: do DLS ao "Territórios da Cidadania" 30

2.2.2 Desenvolvimento Regional Endógeno 33

2.3 Dimensões de Desenvolvimento e seu Caráter Sistêmico 36

2.3.1 Econômica 37

2.3.2 Social 39

2.3.3 Ambiental 40

2.3.4 Político-Institucional 41

2.4 Atração de empresas como forma de promoção do desenvolvimento local 41

3. GESTÃO MUNICIPAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO 45

3.1 Contextualização Histórica sobre Administração Pública no Brasil 45

3.2 Políticas Públicas 48

3.2.1 Políticas Públicas Distributivas 50

3.2.2 Políticas Públicas Redistributivas 51

3.2.3 Políticas Regulatórias 53

3.3 Gestão Pública Municipal 54

3.3.1 O Contexto Nacional e Internacional para a Gestão dos Municípios 57

3.3.2 Gestão Estratégica do Município 60

3.4 Políticas de Atração de Empresas no Contexto da Guerra Fiscal 63

3.5 Conceitos sobre Análise e Avaliação de Políticas Públicas 65

3.5.1 Análise de Políticas Públicas Locais de Desenvolvimento 67

3.5.2 Conteúdo e Processo das Políticas 69

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 71

4.1 Etapa 1 – Pesquisa Bibliográfica 72

4.2 Etapa 2 – Pesquisa Documental: análise histórica e descritiva 73

4.3 Etapa 3 – Pesquisa Qualitativa: estudo de caso 74

4.3.1 Planejamento do estudo de caso 76

4.4 Formulação do problema e proposições da pesquisa 76

5. ARAXÁ: PERFIL E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO 80

5.1 Breve Contextualização Histórica 80

5.2 Dimensão Ambiental 82

5.2.1 Água 82

5.2.2 Solo 85

5.2.3 Ar 87

5.2.4 Resumo de projetos ambientais desenvolvidos em Araxá-MG 88

5.3 Dimensão Social 91

5.3.1 Desenvolvimento Humano 93

5.3.2 Educação 93

5.3.3 Saúde 95

5.4 Dimensão Econômica 96

5.5 Aspectos contemporâneos e potencialidades 98

6. ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA ATRAÇÃO DE EMPRESAS EM ARAXÁ-MG 101

6.1 Análise econômica e de finanças municipais 102

6.2 Análise social 106

6.3 Análise ambiental 108

6.4 Análise política e institucional 109

6.4.1 Associação de crédito popular de Araxá – Banco do povo 112

6.4.2 FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais 112

6.4.3 CAMI – Centro de Apoio a Micro-Empresas e Informais 113

6.4.4 CAT – Centro de Apoio ao Trabalhador 114

6.4.5 Distrito industrial 114

6.4.6 Micro-distritos industriais 114

6.5 Análises Sistêmicas e Gerais 115

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 121

7.1 Limitações da pesquisa e sugestões para novos estudos 124

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 127

APÊNDICES 135

ANEXOS 153

1. INTRODUÇÃO

Os modelos de desenvolvimento considerados "ideais" e utilizados em determinadas regiões possuem algumas características peculiares que impedem o mesmo sucesso em outros ambientes, por não abordar questões culturais e históricas relevantes de uma diferente localidade, ou por não considerar que os efeitos da globalização, impactam de maneiras distintas em diferentes locais. Neste sentido, a crise dos modelos de desenvolvimento contribui na criação de políticas públicas que enfatizem as particularidades regionais. De acordo com Buarque (2004), as novas iniciativas locais aparecem de forma a favorecer um processo diferenciado em termos de políticas de desenvolvimento, diante do ambiente globalizado.

Assim, as propostas de desenvolvimento local devem demonstrar, segundo Bocayuva (2001, p. 46) "[...] a observação de trajetórias vitoriosas de construção de estratégias adaptativas e de resistência no plano local", pois "[...] aparece um vetor de formulação de novas referências de construção para políticas".

As formas de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico local vêm ganhando espaço devido a uma maior quantidade de debates e avaliações acerca do assunto, além de apresentarem a participação de diversos atores sociais em projetos inovadores e arrojados; nesse contexto, incluem-se as políticas para atração de empresas. No Brasil, estas evoluções se mostram pertinentes em maior ênfase a partir da Constituição de 1988 que esclarece o papel de cada ator social no processo desenvolvimentista (ROLNIK; NAKATO, 2001).

Quanto à forma e à composição do desenvolvimento

> [...] devem variar de região ou de local para local, e dependem das estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais e político-decisórias prevalecentes nos respectivos espaços. Embora o universo de valores, da região ou do local, deva permanecer receptivo às novas tendências e aos novos paradigmas de desenvolvimento, esse mesmo universo não deve ser cooptado por caricaturas ou por imitações de modelos de outras regiões. (AMARAL FILHO, 1996 p. 47-48).

Deste modo, as análises das experiências de políticas públicas em desenvolvimento local precisam contemplar o processo histórico regional, da maneira como foi concebido, e as desigualdades enfrentadas, para visualizar o contexto de maneira sistêmica e microlocalizada (CAMAROTTI, 2004). Este enfoque permite analisar, de forma mais consistente as desigualdades regionais, com o intuito de minimizá-las.

Para Costa e Cunha (2004) o Brasil, historicamente, possui uma gestão elitista e autoritária, onde a concentração de informações e conhecimentos necessários à preparação de projetos de desenvolvimento encontra-se concentrada em uma parcela diminuta da população, o desafio dos gestores públicos neste processo passou a incorporar e articular a participação popular. Porém muitos atores sociais não possuem interesse ou mesmo preparo para a participação. É neste momento que as políticas públicas devem intervir e focar o desenvolvimento a partir do local.

Segundo Lubambo (2002), a qualidade do desempenho na gestão pública e o desenvolvimento estão relacionados a fatores estratégicos no provimento de serviços, configurando-se em uma excelente temática no estudo da governabilidade e do desenvolvimento local.

Ao contemplar o desenvolvimento sob a ótica dos representantes locais do setor público, privado, e associativo, no qual os mesmos buscam a valorização de diversos recursos, com o objetivo de crescimento econômico local de modo estratégico (JOYAL, 2002), justifica-se a análise de uma política específica do setor público, diretamente ligada com o processo de desenvolvimento.

Neste contexto situam-se as políticas para atração de investimentos nas cidades, temática ainda pouco abordada por estudiosos. Quando se fala em atração de empresas, esta é quase sempre tratada pelo ponto de vista da política fiscal no âmbito estadual. Entretanto, crescentes iniciativas municipais apontam caminhos sustentáveis no que tange à atração de

empresas como meio de desenvolvimento, como é o caso do município de Araxá no interior do estado de Minas Gerais.

Portanto, um estudo aprofundado sobre este tema no âmbito regional pode contribuir com importantes ferramentas para que os municípios evitem ofertar subsídios aos investidores potenciais apenas mediante renúncias fiscais, situação que possivelmente fomenta amontoados empresariais sem ligações orgânicas entre si e com o local, que por sua vez deixa de criar vantagens competitivas duradouras, saturando a região, e consequentemente transferindo problemas para o futuro (COSTA; CUNHA, 2004).

Vale lembrar que sobre a atração de empresas é preciso considerar decisões e ações de cunho social, econômico, educacional, ambiental e também político-institucional, sendo a junção de todas de elevada importância no processo do desenvolvimento local, variando seu grau de relevância de região para região. Neste sentido, justifica-se a análise mais aprofundada da política de atração de empresas no município de Araxá-MG, por se tratar de uma estratégia de desenvolvimento do local após o ano de 2001, tendo o poder público sido premiado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nos anos de 2002, 2004 e 2008, com o selo de prefeitura empreendedora no Estado de Minas Gerais, além do prêmio de melhor gestor público municipal do Brasil em 2005 pela empresa *International Exporter's Service*. Aliado a isso, considera-se a motivação pessoal do pesquisador, testemunha do processo ocorrido, em contribuir com melhores condições de desenvolvimento à sua cidade natal.

Outra particularidade que justifica tal estudo na cidade de Araxá diz respeito ao tempo de avaliação das políticas para atração de empresas em dois mandatos de um mesmo prefeito, por considerar o tempo de oito anos mais plausível do que apenas quatro anos (tempo de um mandato); além disso, entre os anos de 2001 a 2008, no âmbito nacional a maneira de se enxergar o desenvolvimento local adquiriu grandes alterações especialmente a partir de 2003

com a troca de governo, assim esta dissertação contempla exatamente o período dessa transição.

O citado município localiza-se na Região do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, Sudoeste do Estado de Minas Gerais, tornou-se cidade com o nome de São Domingos de Araxá, em 19 de dezembro de 1865, a partir da Lei Provincial nº 1259, e somente 1911 a cidade figura com o nome de Araxá. Atualmente, a cidade é estabelecida em uma área de 1.163 km², sendo 345 km² de perímetro urbano e 21 km² de malha urbana.

Com ótima localização, no raio de 650 km em volta de Araxá, encontram-se municípios como Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Goiânia, Campinas, Uberlândia, Ribeirão Preto, entre outros. A cidade obteve um grande acréscimo na população a partir de 1970, quando tinha 35.676 habitantes, e atualmente passa a contar com 87.764 de acordo com dados do IBGE divulgados em 2007 (IBGE, 2007).

O elevado crescimento populacional observado trouxe desafios para a administração pública local, pois passou a ser necessário acomodar esta população em condições adequadas, e lhe oferecer emprego e renda. De uma forma geral, as alternativas encontradas por alguns gestores locais foram: estimular o comércio e as pequenas empresas, além de formar parcerias com as grandes; atrair novas organizações; criar um distrito industrial; tentar recuperar o turismo na região; dentre outras. Ressalta-se que o presente estudo não analisará profundamente todas essas alternativas, apenas as políticas públicas que contribuíram com a atração de empresas.

Em especial, os indicadores socioeconômicos de desenvolvimento de qualquer cidade podem retratar as condições do local em questão, mas não traduzem, necessariamente, quais políticas públicas implantadas influenciaram diretamente nos resultados do município. Para a Associação Rhone-Alpes de Profissionais de Desenvolvimento Econômico Local iniciativas de desenvolvimento local envolvem muitos atores e vários parâmetros que alguns indicadores

nem sempre revelam (ARADEL, 1999). Como o trabalho busca conhecer, de maneira aprofundada, a política de atração de empresas de um município, optou-se por um estudo de caso de caráter qualitativo.

Toda contextualização acima procura justificar o estudo de políticas públicas municipais, com foco no desenvolvimento local, tendo em vista que o município é o órgão político-administrativo mais próximo da sociedade, e que a disponibilização e o estudo de ações dessa natureza constituem uma enorme contribuição para a sociedade, governos municipais e atores locais interessados no desenvolvimento de sua região. Qualquer comunidade pode se beneficiar dos resultados provenientes desta pesquisa, pois ela indica uma possibilidade de ação para o desenvolvimento socioeconômico local e mostra uma direção para outras cidades com esse mesmo objetivo.

Vale ressaltar o caráter não-partidário do estudo em questão, pois o mesmo não tem o intuito de favorecer ou desfavorecer qualquer cidadão, partido político, ou ainda visão e ideologia política, mas sim de disponibilizar experiências locais, para compor esforços na busca de uma sociedade mais igualitária, com menores desigualdades regionais e sociais.

Apesar do foco deste trabalho concentrar-se no conteúdo dessa política específica de desenvolvimento, através do estudo de caso, também será apresentada a descrição quantitativa das características socioeconômicas do município através dos indicadores de desenvolvimento voltados para os campos econômicos, sociais, demográficos, financeiros e outros, disponibilizados pelo Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá (IPDSA); além disso, será considerado o perfil da cidade em termos históricos e culturais. Assim, a base de dados do IPDSA, bem como a formação do histórico municipal possibilita análises de influências, impactos e evoluções, de um modo profundo.

As considerações teóricas do trabalho concentram-se no enfoque do desenvolvimento local, e em contextualizações sobre gestão pública, interligando as dificuldades de aplicação dos projetos públicos voltados para o desenvolvimento.

Tendo em vista que a atração de investimentos promove grande influência no desenvolvimento local e que a disponibilização de experiências para estudiosos e outros municípios pode oferecer grande contribuição para a sociedade, através da concepção de novas políticas voltadas ao desenvolvimento, o problema central de pesquisa que orienta os estudos é formulado da seguinte forma:

Como foram desenvolvidas as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG entre os anos de 2001 e 2008, de forma a promover o desenvolvimento local?

1.1 Objetivos

O objetivo central deste trabalho é analisar as políticas de atração de empresas na cidade de Araxá-MG no período de 2001 a 2008, observando também suas influências (vantajosas ou não) na construção do desenvolvimento local no município estudado.

O citado objetivo será alcançado a partir do cumprimento dos seguintes objetivos específicos:

- Realizar um estudo sobre as dimensões e aproximações conceituais que permeiam o desenvolvimento local e sobre gestão de políticas públicas contemporâneas com foco no município;
- Identificar o melhor tipo de análise ou avaliação de política de desenvolvimento (item 3.4) para responder o problema de pesquisa em questão;
- Pesquisar e analisar as características históricas da cidade de Araxá-MG, bem como os dados de desenvolvimento sócio-econômico no município;

- Analisar as ações do poder público municipal diante da instalação de novas empresas na cidade com uma visão global do processo de desenvolvimento;

Ao alcançar todos os objetivos propostos pretende-se chegar a um mapa representativo sistêmico de construção do desenvolvimento local do município estudado, considerando abordagens do referencial teórico.

1.2 Organização do Trabalho

A realização deste trabalho requer uma estruturação teórica que evolva aspectos referentes à gestão pública e desenvolvimento local, de modo a possibilitar uma avaliação de influência das políticas públicas no desenvolvimento.

O capítulo 2 apresenta discussões que norteiam o arcabouço teórico das características e aplicações conceituais de desenvolvimento, desenvolvimento local e regional, sob os vários aspectos, principalmente em relação às suas dimensões, que compõem o foco principal deste trabalho. Esta abordagem é realizada como contextualização e ao final do capítulo encontra-se a política de atração como parte de decisões governamentais.

O capítulo 3 aborda concepções básicas sobre gestão pública, pois as articulações do poder público influenciam diretamente no desenvolvimento local e na vida dos cidadãos, sendo necessária sua visualização conceitual, pois através de incentivos do setor público empresas instalam-se em um local.

O capítulo 4 descreve os procedimentos metodológicos, tipo de pesquisa, métodos utilizados, modos de análise, bem como estrutura conceitual das etapas seguintes para execução do trabalho e capítulos posteriores.

No capítulo 5 apresenta-se a evolução histórica e o perfil socioeconômico do município de Araxá, de modo a identificar vocações, necessidades e desafios da região.

No capítulo 6 realiza-se a estruturação sistêmica da política de atração de empresas, analisando a influencia do setor público, a interação com a população e com as empresas locais e interpretação dos resultados. Ressalta-se que o estudo é baseado nas informações prestadas em entrevistas realizadas com: 1) o prefeito municipal de Araxá das gestões 2001-2004 e 2005-2008; 2) secretário municipal da área de desenvolvimento socioeconômico; 3) empresa instalada na cidade neste período para averiguar a efetividade da política; 4) pequena empresa local que fornece insumos e/ou participa da cadeia dos novos empreendimentos; 5) funcionário público de carreira de área correlata para vislumbrar uma visão de fora sobre o assunto.

Em seguida, apresentam-se conclusões e considerações finais, bem como direcionamento de pesquisas potenciais, referências bibliográficas, apêndices e anexos. Portanto, a estrutura da dissertação apresentar-se-á conforme Figura 1.

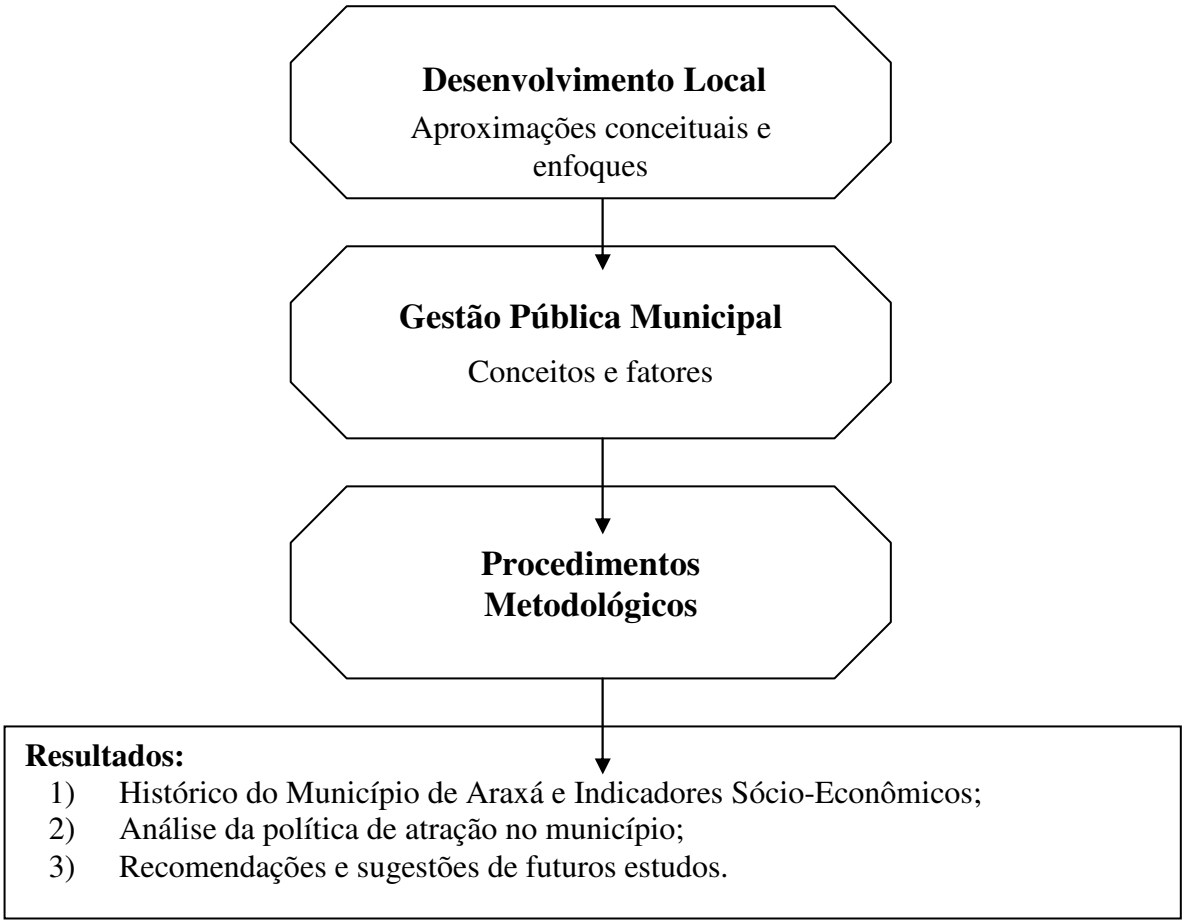

Figura 1 - Estrutura geral do trabalho
Fonte: Elaborada pelo autor

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E ATRAÇÃO DE EMPRESAS

Esta etapa do trabalho irá abordar estudos ligados ao desenvolvimento local (Figura 2), e diversas aproximações conceituais referentes ao termo desenvolvimento, com o intuito de posicionar o presente trabalho e tornar claras as diferenças entre vários conceitos próximos, desde a caracterização que possui raízes da economia em um contexto amplo e global, até a questão local propriamente dita, avaliando cada uma de suas dimensões. O capítulo ainda trata da política de atração de empresas e caracterizações em voga, como: desenvolvimento regional endógeno e desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) até as novas políticas como o territórios da cidadania.

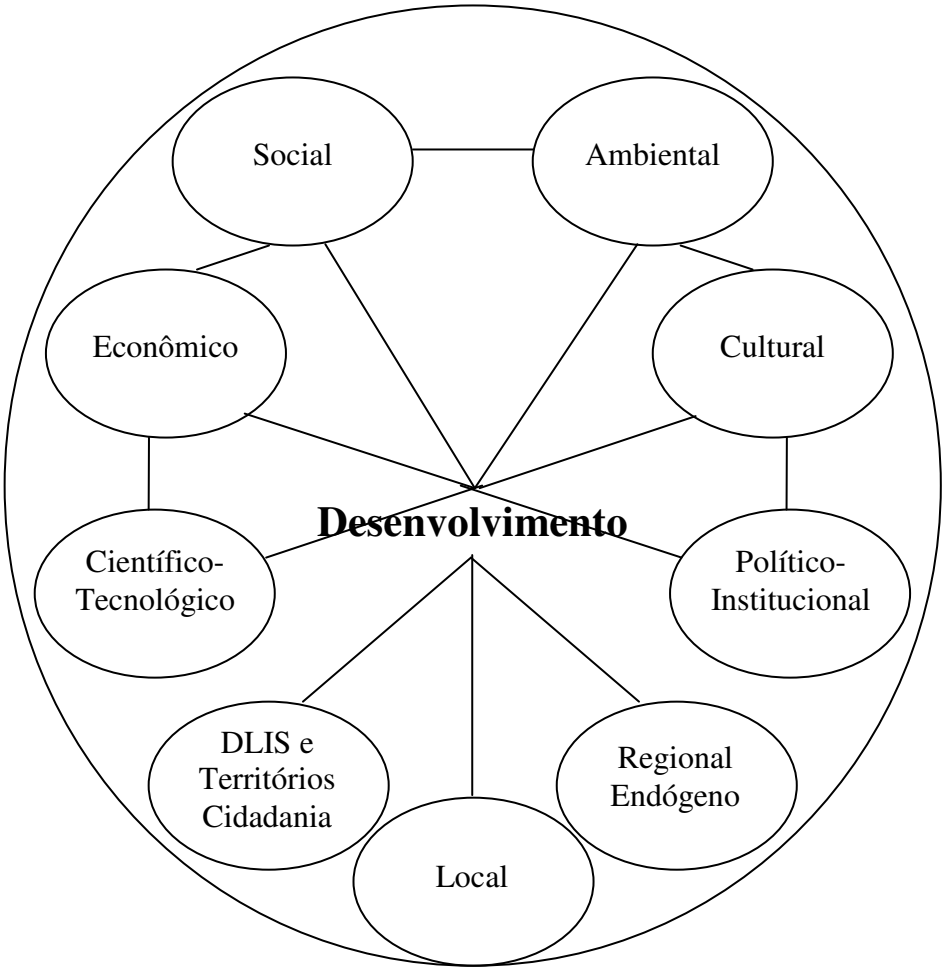

Figura 2 - Dimensões e aproximações conceituais de desenvolvimento local
Fonte: Elaborada pelo autor

2.1 O Estudo do Desenvolvimento

O significado da palavra desenvolvimento é "ação ou efeito de desenvolver(se) [...] aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; progresso; adiantamento [...] crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade [...]" (HOUAISS, 2007, p. 989).

Em termos conceituais, o desenvolvimento constitui-se em um processo de aperfeiçoamento relacionado a diversos valores considerados desejáveis para a sociedade. Sua aplicação pode ser avaliada tanto no âmbito individual, quanto no coletivo, porém a utilização do termo, considerado isoladamente não reflete todos os campos possíveis da evolução do ser humano e da sociedade (BORBA, 2000).

Já o significado de desenvolvimento, em termos acadêmicos das ciências sociais aplicadas, foi utilizado pioneiramente na economia clássica para descrever o que conhecemos hoje como 'crescimento econômico'. Nessa visão, um país é considerado subdesenvolvido porque sua economia expande-se abaixo da possibilidade e cresce menos do que os países desenvolvidos.

Desse modo, os modelos clássicos enfatizam apenas a acumulação de capital como solução dos problemas, e coloca todos os países dentro da mesma problemática: aquela noção de que o crescimento econômico acontece quando se distribui diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, e isso engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida, inclusive dos trabalhadores, e, consequentemente, chega-se ao desenvolvimento econômico (SOUZA, 1999).

Por outro lado, a segunda corrente de economistas considera o crescimento imprescindível para o desenvolvimento, porém insuficiente. Nesse grupo se encaixam economistas como Raúl Prebisch, Ragnar Nurkse, Albert Hirschman, Gunnar K. Myrdal e Celso Furtado, entre outros, que realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da

realidade e defendem que a experiência tem demonstrado ser a mais correta e voltada para a realidade empírica (TEIXEIRA, 2006).

Conforme Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2005), muitos ainda confundem crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O primeiro é a aplicação quantitativa da produção, ou seja, de bens que atendam as necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento é mais amplo, engloba o crescimento, mas não atribui importância somente à evolução da produção, caracterizada pelo Produto Interno Bruto (PIB), mas também às condições e qualidade de vida da população.

Essa visão estritamente econômica tem sido criticada, principalmente, por mascarar as desigualdades de distribuição de renda existentes. De fato, algumas correntes do pensamento econômico acreditam que ao promover o crescimento, o desenvolvimento se dá naturalmente, o que não desvirtua a diferença conceitual entre os termos, então, a partir do momento em que o desenvolvimento passa a considerar diversos indicadores de bem-estar, não merece ser taxado de 'economicista' (MARTINS; MARTINS, 2001).

Diante de toda essa discussão, a questão local passa a adquirir mais força, por considerar que o desenvolvimento sólido deve vir da base da sociedade, e não o contrário como a idéia difundida pelos demais modelos. Sob este enfoque, as decisões que afetam a vida da comunidade não devem partir simplesmente da vontade dos governantes ou da elite econômica, mas sim de uma construção coletiva da sociedade civil, em diversas dimensões, conforme apresentado nos tópicos posteriores.

2.2 Evolução do Desenvolvimento Local

O conceito de local é utilizado por diversos autores de forma bastante diversificada, e algumas vezes sem muito critério, mas ele serve tanto para elucidar um bairro, distrito, cidade, região, ou até mesmo países. Na realidade, o enfoque presente nesta dissertação parte

do princípio de uma comunidade, no caso o município de Araxá, como a própria geradora de estratégias sólidas voltadas ao desenvolvimento.

Entretanto, esta revisão teórica não tem a intenção de fechar uma realidade conceitual sobre desenvolvimento local, muito menos de esgotar o assunto, até mesmo porque a aplicação do próprio termo não possui unanimidade entre os autores. Desse modo, pretende-se apresentar a evolução do conceito, seus vários enfoques e explicações, e também suas aproximações conceituais mais condizentes.

Salienta-se a expressão aproximações conceituais, devido a não formação de um conceito certo e específico que explique o termo desenvolvimento local, pois, segundo Martinelli e Joyal (2004) muitos o vêem apenas como foco de reflexão, outros como campo efetivo de práticas transformadoras, e alguns chegam ao extremo de afirmar que não existe desenvolvimento local, devido à natureza específica das sociedades capitalistas.

Segundo Joyal (2002) o desenvolvimento local pode ser definido como uma estratégia pela qual os representantes locais dos setores privado, público ou associativo, trabalham para a valorização dos recursos que envolvam a sociedade como um todo, com o intuito central de promover o crescimento. Nessa linha, mais econômica, ainda é levado em consideração o processo de articulação de empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, onde surgem oportunidades de emprego e renda, constituindo as primeiras considerações voltadas ao social.

Com relação à idéia de comunidade, uma crescente corrente repercute a concepção de estimular a participação e o comprometimento das pessoas envolvidas nos projetos locais, baseada no jargão difundido na linha de ‘ensinar a pescar como a melhor alternativa em vez de dar o peixe’, e somente assim é possível “melhorar o nível de vida da população, a partir da combinação eficiente das potencialidades de cada território, de seus recursos e de sua força empreendedora” (GONZALEZ, 1998, p. 13).

Para tornar possível o aproveitamento de vantagens identificadas em uma determinada localidade, é necessário refletir sobre as verdadeiras vocações daquela comunidade, mas o foco econômico não é o bastante, é preciso estimular os demais fatores que afetam o desenvolvimento, como: sociais, políticos, cultuais, morais e éticos (FRANCO, 2000). Assim:

> Cidade desenvolvida deveria ser sinônimo de cidade boa para ser habitada e não cidade grande e populosa. País desenvolvido deve ser considerado aquele em que a população desfruta de bem estar, saúde, educação, segurança e perspectivas de crescimento em termos pessoais, e não aquele que tem um grande PIB, mas seus habitantes vivem o tempo todo preocupados em se defender, temendo sempre pela segurança da sua família e pelo futuro de seus filhos. (MARTINELLI; JOYAL, p. 13, 2004).

A visão estratégica também é recorrente na questão do desenvolvimento local, sendo considerado "todo desenvolvimento planejado surgido do meio local, que utiliza recursos e iniciativas locais com objetivo de melhorar as condições de vida dos habitantes e atingir metas coletivas da sociedade" (BRYANT, 1992).

Assim, o conjunto de estratégias de uma comunidade, voltado especificamente para o território em questão, com a participação direta da população, dos setores público e/ou privado que promovam maneiras viáveis e sustentáveis em diversas dimensões pode ser considerado desenvolvimento local para este trabalho.

2.2.1 Programas de desenvolvimento: do DLS ao "Territórios da Cidadania"

Conforme o enfoque predominante analisado anteriormente, o desenvolvimento só pode ser atingido quando promove a melhoria de vida das pessoas (questão humana), da sociedade (social), e quando contempla as gerações futuras (sustentável). É neste embasamento que surge o DLS e posteriormente o DLIS, expressões lançadas institucionalmente em 1997, pelo Conselho de Comunidade Solidária, e utilizado em termos acadêmicos pela maioria dos autores, quando se fala em desenvolvimento local no Brasil (FRANCO, 2000).

A idéia do DLIS ganhou notoriedade, com projetos e políticas de combate à pobreza a partir dos anos 90, envolvendo diversos atores da sociedade em torno da visão integrada e sustentável, tornando-se meta de implantação para quase mil municípios brasileiros, e apesar dos mais variados formatos, a todos esses planos a denominação DLIS foi aplicada. A grande massificação do desenvolvimento sustentável engloba a garantia de recursos para as gerações atuais e futuras.

A base da sociedade deve promover o desenvolvimento, a incorporação da territorialidade, formação do capital social e sustentabilidade, estes, formam o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Sobre o capital social e humano para o desenvolvimento, Passador (2003) considera processos de organização social e relações cívicas como condições fundamentais para aqueles locais que almejam o crescimento equilibrado e sustentado em longo prazo. E sob este enfoque, o DLIS pode ser evocado como uma melhoria do desenvolvimento local, focado na sustentabilidade das comunidades, com intensa participação popular, tornando-se "um dos caminhos possíveis para realizar essa nova concepção de desenvolvimento em comunidades reais, que vivem hoje em localidades pobres do interior do Brasil e de outros países" (NALLE JR., p. 73, 2006). No entanto, mesmo com a aplicação do DLIS, as desigualdades regionais continuaram no país.

Em Moura et al (2002), apresentam-se algumas definições e bases metodológicas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que desenvolve no nordeste brasileiro programas de desenvolvimento sustentável em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do programa Prorenda e do Programa Comunidade Ativa (Governo Federal), a contribuição deste trabalho engloba ainda o Programa Territórios da Cidadania que formalizou no ano de 2008 as novas políticas públicas nacionais de desenvolvimento regional utilizadas desde 2003, apresentadas no Quadro 1.

Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)		
Organismo Difusor	**Definição**	**Bases Metodológicas**
PNUD e SUDENE	Processo que se preocupa essencialmente com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população local, a conservação do meio-ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população, de forma consciente, para que possa por si própria garantir a sustentabilidade e continuidade do processo.	Organização social (geração do capital social); - Empreendedorismo (Criatividade e competências coletivas e individuais vinculadas às oportunidades e à vocação local); - Gestão Social (Sociedade deve geri seus recursos de forma participativa e responsável, identificar seus problemas e gerar soluções); - Parcerias e articulação das instituições públicas; - Capacitação/Educação para melhoria dos níveis educacionais e da capacidade produtiva; - Comunicação e Informação permanentes.
GTZ (Programa Prorenda)	Processo de melhoria da qualidade de vida que depende de uma complexa, demorada e contínua interação entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer a lenta e gradual formação do capital social.	Inclusão Social; - Fortalecimento da economia local; - Inovação na gestão pública; - Gestão ambiental e uso racional dos recursos; - Mobilização social (ativa participação cidadã).
Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)		
Organismo Difusor	**Definição**	**Bases Metodológicas**
Governo Federal (Programa Comunidade Ativa)	Forma de promoção do desenvolvimento focada na sustentabilidade das comunidades, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; e, fomentar o intercâmbio externo, tendo em vista suas vocações.	Parcerias entre Estado e Sociedade; - Ações multisetoriais integradas convergentes; - Capacitação para a gestão; - Diagnóstico e Planejamento participativos; - Articulação da oferta pública de programas com demanda social local; - Monitoramento e avaliação; - Fomento ao empreendedorismo.
Programa Territórios da Cidadania		
Organismo Difusor	**Definição**	**Bases Metodológicas**
Governo Federal (Comitê Gestor Nacional)	Ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do país. Visa a minimização de desigualdades regionais e fortalece as vocações locais, por meio da universalização de diversos programas.	Esforço de mais de 20 instituições governamentais entre ministérios e secretarias para promoção de: -direitos e desenvolvimento social; -saúde, saneamento e acesso à água; -organização sustentável da produção; -educação e cultura; -infra-estrutura; -ações fundiárias; -apoio à gestão territorial. Inicialmente, são beneficiados 120 territórios de baixo desenvolvimento humano de todos os estados do país.

Quadro 1 - Concepções dos programas de desenvolvimento com bases sustentáveis
Fonte: Adaptado de Moura et al (2002)

O recém-criado programa territórios da cidadania formalizou uma política existente do atual governo desde 2003 de beneficiar os municípios com os menores índices de

desenvolvimento humano, estudando especialmente as vocações que podem minimizar as desigualdades regionais e implantando diversas ações com o intuito de promover o desenvolvimento e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2008). Tais estratégias de desenvolvimento contribuíram com a redução das diferenças regionais.

De acordo com Borges (2007) o termo sustentável está também atrelado ao meio-ambiente e ao desenvolvimento, de modo que a análise dos impactos oriundos das atividades produtivas, com a mentalidade de preservação, aliada à busca pela estabilidade macroeconômica, constituem uma importante visão sobre o desenvolvimento, porém incompleta. Desde a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 até hoje, vários esforços da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Agenda 21, estão presentes na temática global para tentar diminuir os impactos de tudo que se realiza no presente, de modo a não comprometer as gerações futuras.

2.2.2 Desenvolvimento Regional Endógeno

Para Furtado (1961) a principal característica do subdesenvolvimento encontra-se na debilidade estrutural do capitalismo periférico e também na manutenção do padrão de consumo de alguns poucos privilegiados. Dessa forma, o subdesenvolvimento aprofunda as desigualdades sociais e econômicas, bloqueando as possibilidades de sua auto-superação. O subdesenvolvimento é fruto da expansão desigual entre regiões e pessoas, estruturado sob a dicotomia centro-periferia. E sob esta perspectiva, as questões relativas ao desenvolvimento endógeno, fazem parte de um processo adaptativo às transformações gerais do sistema capitalista (FURTADO, 1961).

Por definição, o termo local, é muitas vezes relacionado ao regional, e pode se referir a uma determinada área geográfica composta por autoridade(s) administrativa(s), de modo que

a regionalização contrapõe-se a desumanização das economias globalizadas, sem necessariamente constituir-se em uma alternativa para a situação. Porém, quando se facilita o desenvolvimento comunitário, e fornece à sociedade local, todas as condições para que a mesma possa se desenvolver com suas próprias forças, apresenta-se a denominação desenvolvimento regional endógeno.

Na visão de Buarque (2004) o processo endógeno é registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos com a capacidade de promoção e dinamismo econômico com foco na qualidade de vida, sendo o desenvolvimento municipal apenas uma espécie de modalidade do local/regional. Porém as principais perspectivas teóricas sobre desenvolvimento endógeno encontram-se divididas em duas linhas: a primeira difundida por autores como Piore e Sabel (1984) e Michael Porter (1989), baseada nas organizações industriais, formação de aglomerações e distritos industriais como forma de substituição do exausto modelo fordista; a segunda linha possui bases na teoria do desenvolvimento, e é apresentada por autores como Vazquez-Barquero (2001) e Garofoli (1992) (BORGES, 2007). Já o foco deste tópico é verificar as implicações do desenvolvimento regional endógeno sob a perspectiva local.

Nesse sentido, não existe só um caminho a ser percorrido para incentivar o desenvolvimento como, por exemplo, a implantação de distritos industriais, mas sim uma articulação de diversas atividades, sendo ela competitiva e de interesse da comunidade (GAROFOLI, 1992). Porém, em alguns aspectos, a teoria do desenvolvimento endógeno contraria algumas considerações propostas, já que o termo reflete a criação de condições, partindo da comunidade, para enfrentar problemas relacionados à ordem produtiva (AMARAL FILHO, 1996). Assim, os locais passam a intensificar sua força através de novas associações, cooperativas, pequenas e médias empresas e governo local, buscando impulsionar o desenvolvimento (VAZQUEZ-BARQUERO, 2001).

A potencialidade e capacidade da sociedade em conduzir e liderar o seu próprio desenvolvimento local, através da mobilização de fatores produtivos disponíveis em sua área, de modo a aproveitar suas vantagens endógenas como belezas e recursos disponíveis, localização, características e vocações típicas, elevam o potencial de desenvolvimento da região, traduzindo-se no desenvolvimento regional endógeno. Esta perspectiva não deve excluir a conciliação de políticas locais, nem o enfoque econômico Shumpeteriano, mas sim convergir todas as várias faces do desenvolvimento regional.

Schumpeter avalia através da ótica econômica que o desenvolvimento:

> não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupos fora do grupo dos fatos que são descritos pela teoria econômica. (SCHUMPETER, 1982, p. 74).

Mesmo esse renomado autor, ao avaliar o desenvolvimento por meio do foco econômico, considera a convergência de diversos fatores, assim, do ponto de vista espacial o conceito de desenvolvimento regional endógeno pode ser entendido como um processo interno, de baixo para cima, com a participação dos atores locais, de modo a desenvolver a ampliação contínua de agregação de valor e melhoria na qualidade de vida, pela qualificação e estímulo das estruturas e fatores internos, visando a consolidação de um desenvolvimento original e próprio da localidade, sem abandonar a estrutura para recepção de outros investimentos, necessários para a geração de emprego e renda que absolva a maioria da população local (AMARAL FILHO, 1996).

Neste raciocínio, é certo que pelo menos em um primeiro momento, grande parte das comunidades não tenha condições financeiras ou até mesmo capacitação para desenvolver-se endogenamente, restando apoiar-se no poder público, ou na boa fé de grandes corporações para implantação de projetos próprios, e este fato já desvincula o caráter totalmente comunitário do desenvolvimento, mas isso não significa que não se trata de desenvolvimento

local, mas sim de um arranjo diversificado, no qual o apoio governamental é necessário, principalmente no começo das atividades. Assim, o desenvolvimento regional/local para este trabalho será entendido conforme as duas perspectivas.

2.3 Dimensões de Desenvolvimento e seu Caráter Sistêmico

Apesar de não ser um conceito consensual e pronto, desenvolvimento local é uma temática que adquire crescente importância a cada ano que passa, ganhando novos pontos de vista, e diferentes formas de aplicação. Como analisa Franco (2000) ainda não se sabe com exatidão o que se pretende quando se utiliza a denominação desenvolvimento local, pois existem vários focos e dimensões.

Assim, conforme Martinelli e Joyal (2004, p. 52)

> o termo desenvolvimento [...] não reflete de forma suficiente todos os campos possíveis da evolução do ser humano e da sociedade como um todo, visto que, em certos momentos existe a necessidade de dar maior ênfase ao aspecto econômico da palavra e, em outros, há necessidade de focar a questão tecnológica, ou ainda, fazer prevalecer o lado cultural, e assim por diante.

As dimensões podem ser interpretadas como subsistemas de uma totalidade estritamente complexa devido à segmentação da realidade em grandes cortes analíticos, que "[...] integram conjuntos de segmentos como afinidades, que constituem os subsistemas de cada sistema-dimensão, por seu turno, subsistemas da totalidade" (BUARQUE, 2004, p. 175).

Conforme Borges (2007, p. 50) "visualizar o desenvolvimento local como um processo exige apontar os desafios que cada ambiente (econômico, social, político e ambiental) enfrenta". Em 1993, o Banco do Nordeste em parceria com o PNUD criou a metodologia de Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local, ancorado em três focos, o empresarial, o institucional e o comunitário. As ações serviam para realizar diagnósticos participativos, mobilizar e capacitar multiplicadores; e, esse processo foi a mola propulsora da fundamentação do desenvolvimento humano em quatro dimensões, as quais serão estudadas

adiante (itens 2.3.1 a 2.3.4), são elas: Econômica, Social (para alguns sociocultural), Ambiental e Político-institucional. Salienta-se ainda a presença de outras dimensões conceituadas por Buarque (2004) como o planejamento, a dimensão científica e tecnológica, os aspectos culturais, impulsionados ainda pela formação de capital social e humano.

Desse modo, pode-se afirmar que a interação das mais variadas dimensões dentre as quais citamos econômica, social, ambiental, política, institucional, cultural e científico-tecnológica compõe a idéia de desenvolvimento sistêmico[1].

Isso porque o termo desenvolvimento sustentável não compreende todas essas dimensões e também não forma um consenso entre as diversas visões (NOBRE, 2002). Então, a noção de desenvolvimento sistêmico é fruto da teoria geral dos sistemas, onde Bertalanffy (1973) considera um sistema qualquer unidade em que o todo é mais do que a soma das partes; nesse caso a soma das dimensões de desenvolvimento e algo mais formam a concepção de desenvolvimento sistêmico. Ao aplicar a visão sistêmica no entendimento científico em diversas áreas do conhecimento, nota-se que sua percepção global oferece condições de redução da complexidade, pois as idéias tornam-se mais fáceis de serem compreendidas, analisadas e gerenciadas (BARROS et al, 2008). Esta dissertação espera alcançar o êxito científico, analisando políticas de desenvolvimento sob uma concepção sistêmica, compreendendo as dimensões a seguir.

2.3.1 Econômica

Entre o pensamento clássico é muito forte a idéia de acumulação de capital pelos meios de produção, e distribuição natural da riqueza, fortalecendo a economia como um todo, até mesmo a área socioeconômica. Para Zapata et al (2001) a dimensão econômica é centrada nos níveis de eficiência e resultados econômicos, devido à capacidade de uma localidade em

[1] A utilização do termo desenvolvimento sistêmico para compreender todas as dimensões de desenvolvimento e a interação entre elas é difundida pelo Professor Dr. Sandro Schlindwein da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialmente no 4º Congresso Brasileiro de Sistemas, realizado na cidade paulista de Franca.

articular seus fatores produtivos endógenos, pela otimização de maiores oportunidades de trabalho e renda para a população, com vistas a integrar as redes de pequenas empresas e fortalecer as cadeias produtivas locais. Já Cassarotto Filho e Pires (2001) analisam as interações, transformações, e os efeitos da globalização no âmbito econômico local, pois apesar de se compreender a existência de um impacto geral para todo o mundo diante de uma oportunidade ou ameaça, o resultado é diferente de região para região, de modo que, nessa teia global, uma mesma situação pode gerar efeitos positivos em um local, e negativos em outro.

Gallicchio (2002) tem sua interpretação da dimensão econômica como aquela vinculada à criação, acumulação e distribuição de riqueza, e critica o caráter puramente economicista de desenvolvimento, com profundas raízes no conceito de crescimento, como visto anteriormente, o que se configura em um grande problema do ponto de vista social, devido a grande desigualdade existente no país.

Há ainda de se considerar, neste aspecto, as diversas relações comerciais existentes, bem como a estrutura de cadeias produtivas e toda infra-estrutura necessária para produção; potencialidades, oportunidades e nichos de mercado; incremento de operações, inovação, gestão eficiente de recursos, caracterização e comparação entre atividades, empresas, além de todos os demais fatores intrínsecos e extrínsecos que cercam a dimensão econômica no processo de desenvolvimento (SUAREZ, 1993).

Na teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter (1982) fica claro que a existência do empresário inovador é fundamental para o desenvolvimento da economia, contudo a figura deste agente, isoladamente, não é suficiente para criar todas as condições de desenvolvimento; e, nesse contexto as organizações públicas podem incentivar de várias maneiras que os empreendedores invistam.

Ressalta-se que a rigor, o desenvolvimento econômico local não possui uma teoria formada e consensual, mas a presença de várias percepções e conceitos, desenvolvidos a partir de experiências estudadas em várias regiões do mundo, sendo que os fundamentos para sua aplicação vêm dos estudos empíricos que apontam resultados positivos e confirmam algumas premissas (BORBA, 2000).

2.3.2 Social

Segundo Zapata et al (2001), nesta dimensão do desenvolvimento se busca maior equidade social, crescente participação cidadã nas estruturas de poder, e fortalecimento da história, da cultura e dos valores locais. Quando começa a se questionar as relações de emprego no âmbito do trabalho já se inicia um pensamento mais voltado para o lado social, além disso, surgem outras preocupações como o grau de educação da população, os padrões culturais e históricos adotados, e até mesmo a estrutura fundiária geral (BUARQUE, 2004).

A regionalização, e a valorização de uma identidade cultural também permeiam a discussão social, tanto que, para alguns autores como Gallicchio (2002), esta dimensão é denominada sociocultural, e nela se configuram abordagens sobre qualidade de vida, equidade e integração social.

> O tema da integração é parte do debate a respeito do desenvolvimento do país, notadamente no Pós-guerra, quando colocado em termos da tendência à generalização das relações do moderno capitalismo, no quadro de sua estrutura produtiva, social e regional. [...] bem como suas implicações sobre a distribuição de renda. (SMITH; OLIVEIRA, 1995, p. 117).

Estas formas eqüitativas de desenvolvimento, baseadas em maior distribuição dos bens econômicos e sociais podem proporcionar mudanças na estrutura dos grupos sociais, e ainda potencialmente diminuir a concentração de renda no país (SUAREZ, 1993). Entretanto, esta melhora só é considerada, de fato, quando existe melhoria na qualidade de vida e bem-estar da população, caracterizando a visão social do desenvolvimento.

2.3.3 Ambiental

Muitos autores relacionam esta dimensão de desenvolvimento com os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, e alguns posicionam a territorialização de ações para a resolução de problemas gerais; cuidar do ambiente e preservar recursos naturais são assuntos frequentemente tratados nessa discussão. Assim, sua característica é a compreensão do meio-ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando os princípios da sustentabilidade em qualquer opção transformadora (ZAPATA et al, 2001).

Segundo Suarez (1993), o relacionamento da sociedade com seus recursos naturais envolve aspectos como os efeitos da utilização de determinados recursos e a necessidade de conservação; a potencialidade, a disponibilidade e a previsão do fim deste recurso fazem parte do conjunto de análises dos modelos de desenvolvimento, para que os mesmos tratem a sustentabilidade, especialmente por sua preocupação com o médio e o longo prazo.

Então, para que se compreenda melhor a questão ambiental é preciso apresentar uma colocação sobre desenvolvimento sustentável, idéia que surgiu com a intenção de produzir um consenso, mas criticado por seu caráter contraditório. Daí a necessidade de compreensão do desenvolvimento como uma institucionalização da problemática ambiental no âmbito global em termos políticos, onde o crescimento deve acontecer dentro de condições ecológicas e economicamente sustentáveis (NOBRE, 2002).

Conforme Munda (1997) as principais características do desenvolvimento sustentável são a equidade distributiva e a integração entre economia e ecologia. Ressalta-se que o conceito em voga passa por constantes transformações e debates, sendo necessária sua inclusão na conduta de políticas públicas.

Num sentido clássico, a concepção de sustentabilidade como o melhor uso social dos recursos naturais carrega em si a idéia de perpetuação da humanidade como a razão ou motivo

pelo qual a sociedade necessita de práticas sustentáveis. Entretanto as condições e a aplicação destas práticas atravessam disputas políticas diversas.

A rigor, na dimensão ambiental de desenvolvimento, a lógica da sustentabilidade deve ser interligada ao objetivo social econômico, sem permitir o confronto entre crescimento e perpetuação, mas sim combinando suas ações, e admitindo suas limitações entre si.

2.3.4 Político-Institucional

De acordo com Zapata et al (2001), o aspecto político-institucional visa impulsionar, por meio de maior representação dos cidadãos nos segmentos sociais, a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade civil, propiciando um ambiente de cidadania inovador e favorável às transformações da economia local.

Confere, portanto, a governabilidade do território e a participação em projetos específicos, autônomos e sustentáveis, com a realização dos próprios atores locais, através do sistema político organizador destes atores sociais. A organização do Estado, a situação do setor público e a relação Estado-sociedade definem o quadro geral das instituições, de modo a contribuir com a adequação às regras políticas, mudanças sociais e econômicas, garantia de direitos e representação dos grupos sociais (GALLICCHIO, 2002).

2.4 Atração de empresas como forma de promoção do desenvolvimento local

O interesse científico pela explicação de fatores que impulsionam o desenvolvimento passa pela política de atração de empresas. Apesar da importância destas políticas, seu estudo é relegado pelos autores do desenvolvimento endógeno, pois os mesmos não a consideram uma forma de desenvolvimento que parte da comunidade (AMARAL FILHO, 1996). O

fomento desenvolvimentista de fora para dentro acarreta em impasses e em formações empresarias sem ligação com o local (COSTA; CUNHA, 2004).

Em contrapartida, sob a ótica do efeito multiplicador, introduzida pela teoria econômica por Richard Kahn a partir de 1931 e aprofundada especialmente por John Keynes (1985), quando há aumento ou diminuição na renda real da comunidade o consumo tende também a aumentar ou diminuir. Neste caso, a instalação de empresas por si em um determinado local, por meio da geração de empregos e fomento a outras empresas locais, pode contribuir com o desenvolvimento da região, porque, segundo Polése (1998, p. 144) "os agentes econômicos (consumidores ou empresas) têm tanto mais tendência de gastar o seu dinheiro na região quanto mais facilmente aí encontrarem os bens e serviços de que precisam".

Entretanto, este trabalho não tem o intuito de apresentar preferência por nenhum modelo de desenvolvimento. Pelo contrário, acredita na contribuição de todos, mas reconhece que esta dinâmica funciona de maneiras diferentes em sistemas mais ou menos complexos, ou seja, um modelo de desenvolvimento eficaz em pequenas cidades pode não funcionar em grandes conglomerados urbanos, e isso também depende do estágio de identificação da população com o local. Em municípios de pequeno porte, projetos desenvolvidos pela comunidade podem promover o bem-estar para a maior parte da população. Porém nas cidades de médio e grande porte este modelo pode não funcionar devido à complexidade do sistema, esta complexidade é detectada principalmente pelo crescimento populacional e progresso tecnológico (MARQUES JUNIOR; OLIVEIRA; JACINTO, 2006).

Neste contexto, o poder público municipal, de um modo geral, incorpora um papel fundamental e desafiante no sentido de: 1) contribuir com desenvolvimento comunitário de vocação regional, formar parcerias com microempresas locais, e; 2) atrair investimentos duradouros externos, sem comprometer os negócios da região e ainda faze-los interagir.

Ressalta-se novamente que o presente estudo não se posiciona nem para o desenvolvimento endógeno, nem para o modelo exógeno por verificar vantagens e limitações em ambos, apesar do autor enxergar mais benefícios no primeiro. Esta opção permite a visualização de um caráter complementar entre os dois, onde a prosperidade de uma região também é resultado das oportunidades indiretas de emprego e não simplesmente do estabelecimento de novas empresas industriais (LANE, 1977). Assim é apresentado na Figura 3 um molde de desenvolvimento local que contempla todas as visões hora demonstradas.

Especialmente a política para atração de empresas precisa ser trabalhada em interação com o local quando este não é capaz de manter-se por suas capacidades próprias, pois somente esta interação pode gerar um desenvolvimento duradouro e genuíno em vez de ser considerada puramente de fora para dentro. Neste sentido, para Silva (2004, p. 53) "caso o dinheiro que entrou como novo seja empregado fora da região [...] ele não terá utilidade de gerar renda e emprego na região [...] o que se denomina de fugas ou vazamentos da economia local". Sob a perspectiva essencialmente exógena, a política de atração a ajudaria na geração de emprego e renda, porém, poderia contribuir com a formação de conglomerados empresariais sem ligação entre si, e pior, sem interação com os habitantes da região.

As possibilidades de intervenção das prefeituras municipais no tocante ao desenvolvimento socioeconômico local compreendem a política para atração de empresas, esta política pode ter resultados bons ou ruins, imediatos ou duradouros, dependendo da forma como é articulada. Se enxergada apenas como incentivo fiscal, isenção de impostos, terrenos a baixo custo, pode acabar atrapalhando o município, mas se bem planejada, integrada em sistemas produtivos, ou envolvendo a população pode representar um importante caminho para o desenvolvimento regional (FAURÉ; HASENCLEVER, 2007).

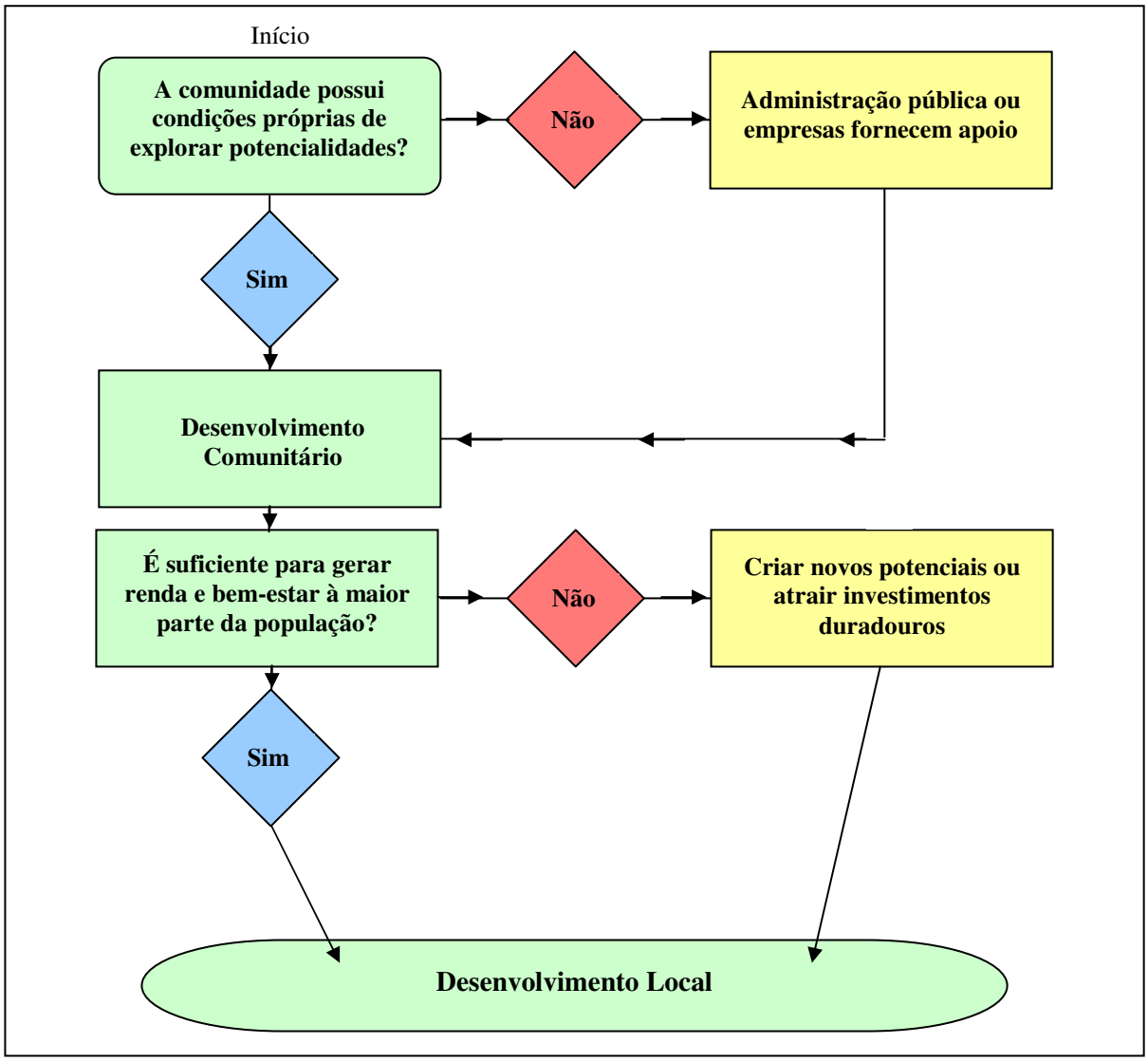

Figura 3 - A atração de empresas na concepção do desenvolvimento local
Fonte: Elaborada pelo autor

Essa concepção é imprescindível para a temática central deste estudo que procura demonstrar o caso real de políticas para atração de empresas por parte de um governo municipal como meio de incentivo ao desenvolvimento local, sendo necessário entender também os conceitos que permeiam a gestão municipal, tema do capítulo a seguir.

3. GESTÃO MUNICIPAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

Este capítulo tem como objetivo ilustrar o papel de articulador do poder público municipal diante da necessidade de uma gestão eficiente que vise o desenvolvimento, além de fornecer breve histórico sobre o estudo de políticas públicas no Brasil, apresenta conceitos e promove o incentivo à prática estratégica em governos locais. Esse foco permite reforçar ferramentas de gestão aos representantes da sociedade que ocupam cargos executivos e legislativos, lideranças sociais e pesquisadores interessados na questão local, para aprimorar as ações públicas estratégicas e considerar seu caráter democrático, inclusivo e representativo na comunidade. Além disso, apresenta as formas de análise e avaliação de políticas de desenvolvimento.

3.1 Contextualização Histórica sobre Administração Pública no Brasil

De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2007 p. 86) administração significa "ato, processo ou efeito de administrar; ato de reger, governar ou gerir negócios públicos ou particulares [...]", já o adjetivo público é "relativo ou pertencente ao povo, a uma coletividade [...] ao governo de um país, estado, cidade etc; que pertence a todos: comum" (DICIONÁRIO HOUAISS, 2007, p. 2330).

Deste modo, para Tenório e Saravia (2006, p. 114) o significado de administração pública é "gerenciar os propósitos de um governo e os negócios de estado, procurando atender o todo, o coletivo, a sociedade sem discriminação".

No início do século XX nosso país dotava de um Estado oligárquico em sua condição política, e patrimonial em seu aspecto administrativo, no seio de uma economia agrícola mercantil, recém saída do escravismo, onde o poder político nacional era centralizado em um estamento[2] aristocrático-burocrático de juristas, militares e letrados que ocupavam e

[2] Para o dicionário Houaiss (p. 1246, 2007) "[...] grupo de indivíduos com [...] influência em determinado campo". Neste caso o campo político.

forneciam cargos políticos de acordo com seus interesses próprios. Após períodos autoritários, chega-se ao Estado democrático, caracterizado por uma sociedade capitalista e pós-industrial (BRESSER-PEREIRA, 2001).

O processo de democratização no Brasil promoveu algumas mudanças em direção à descentralização do poder e também à participação cada vez mais ativa dos vários segmentos da sociedade na tomada de decisão. A partir de 1992, com o término dos primeiros mandatos de prefeito após a constituição de 1988, passa a se notar que autonomia política e administrativa dos municípios demonstra resultados positivos frente às diversas demandas da população. Neste sentido, Vergara e Corrêa (2004) entendem as iniciativas locais como mais realistas, econômicas, eficientes e voltadas aos resultados esperados pela sociedade local, por estarem mais próximas dos cidadãos e do controle social. Ainda na visão destas autoras, os municípios civilizaram o Brasil e ainda constituem a primeira escola de cidadania e o lócus privilegiado para a prestação de serviços públicos e concretização do desenvolvimento.

O Estado passa a incorporar um papel crucial no processo de desenvolvimento, refletindo sua capacidade de representar a população, porém a relação Estado-sociedade ainda depende de infinitas mediações burocráticas que podem ser amenizadas com a gestão local efetiva (CAVALCANTI; PECI, 2005). O foco deste estudo concentra-se exatamente em um exemplo de gestão efetiva que aplicou uma política para atração de empresas.

As experiências contemporâneas de administração pública buscam mecanismos que favorecem a inclusão e a redução das desigualdades, estudos mostram tendências voltadas à transparência na gestão e participação popular em decisões de políticas. Contrasta-se a estas experiências inovadoras que promovem a melhoria da qualidade de vida e aprimoram a democracia, a má gestão dos recursos financeiros no Brasil, visível em determinados casos.

O estudo da Administração Pública no Brasil é relativamente novo e ainda precisa de um maior número de instituições de apoio. Surgiu a partir de 1952, quando a Fundação

Getúlio Vargas (FGV), criou a Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (Ebape), pioneira no fortalecimento da institucionalização dos municípios brasileiros. Mais recentemente, alguns projetos da instituição, como o Programa de Gestão Pública e Cidadania, e o Programa de Aperfeiçoamento de Gestores Municipais contribuem para a consolidação de políticas e gestão pública eficientes.

Apesar de trabalharem com enfoques distintos, outras Universidades do país como a Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Fundação João Pinheiro, também contribuem com a Gestão Pública incorporando em suas grades o curso de graduação em Administração Pública, além de alguns cursos de pós-graduação na área e grupos de pesquisa como o NUTEP da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o ISP da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), GPublic da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da Universidade de São Paulo (USP), entre outros.

Oliveira (2001) cita o sucesso das publicações do Instituto Pólis e da Fundação Friedrich Ebert para ações municipais, desde dezembro de 1993 com o Boletim denominado 'DICAS. Idéias para ação municipal', o principal objetivo do citado boletim era apresentar propostas ou experiências bem sucedidas de políticas públicas, além de municiar com informações inovadoras em gestão pública, os prefeitos, vereadores, funcionários públicos, organizações e lideranças municipais.

As iniciativas que incorporam uma nova forma de pensar políticas públicas, incentivadas pelas Universidades, grupos de pesquisa e instituições citadas promovem maior capacitação de representantes e provocam a busca pela inovação na resolução de problemas públicos, onde a troca e a publicação de experiências positivas, como é o presente estudo, favorece para a criação de estratégias em gestão.

Com este esforço, a quantidade de prefeituras que registram suas experiências bem-sucedidas cresceu em oposição a vários fatores que dificultam a proliferação de informações como falta de tempo, dispersão de equipes e troca de governo que interferem nesta situação; assim, os líderes municipais precisam promover a divulgação sistematizada das políticas públicas da gestão. Mesmo com tantas dificuldades, o apoio dos pesquisadores e a replicação de idéias favoreceram a implantação de programas como Médico de Família e Bolsa-Escola, que iniciadas e multiplicadas em nível local se tornaram políticas federais sob novos arranjos. Além disso, formas inclusivas de gestão como o Plano Diretor e o Orçamento Participativo são encontrados em diversos municípios brasileiros (OLIVEIRA, 2001).

3.2 Políticas Públicas

Política pública pode ser considerada uma forma de efetivação dos direitos que modificam a vida dos indivíduos, através de programas e ações públicas. Segundo Pereira (2007) compreende ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos, onde os personagens envolvidos nestes conflitos são denominados atores políticos.

As políticas públicas funcionam como um compromisso do Estado perante a sociedade de redução das desigualdades sociais e/ou regionais, além de enfrentar o desafio de intervir para a democratização do poder público e a universalização dos direitos sociais básicos, sem perder os vínculos com as particularidades e diversidades locais. A contradição notada em vários locais do mundo contrapõe a riqueza elitista de sua assimetria configurada na pobreza, tal situação termina apagando a diversidade e dividindo a vida coletiva em dois mundos: o mundo dos direitos e o mundo dos favores. Este ‘jogo’ pode acabar distorcendo a prática eficaz da administração pública e de suas políticas (KOGA; NAKANO, 2005).

A sociedade civil também pode participar da elaboração, gestão e execução de políticas, através de conselhos, movimentos sociais e organizações, porém, este papel normalmente é efetivado pelo Estado, em seus três níveis de governo, municipal, estadual e federal, cabendo à sociedade exercer o controle social das ações. Os interesses setoriais aparecem, portanto, na concepção das políticas públicas, definidas como:

> Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema (OSZLAK; O'DONNELL, 1976, p. 21).

Em Santos Junior (2003) política pública é tudo o que um governo realiza ou deixa de fazer, considerando todos os impactos de suas ações e de suas omissões. Assim, pode-se chamar de 'políticas públicas', atividades adotadas pelo poder público como resultado de um processo caracterizado pela negociação entre atores, ou de situações emergenciais, de forma a garantir direitos e promover a melhor escolha na alocação de recursos públicos, com a intenção de tornar a sociedade mais igual.

Entre os estudiosos da área, há um consenso de que as políticas públicas se estabelecem em ciclos, ou seja, em sua implantação há início, amadurecimento e transformações da política, definida entre um mínimo de cinco e o máximo de oito etapas. Por exemplo, Silva (2000) identifica sete fases: 1) reconhecimento e identificação dos assuntos e questões a serem resolvidas; 2) formulação de ações que resolvam os problemas diagnosticados; 3) identificação das necessidades; 4) fixação de objetivos; 5) consideração e escolha de opções entre as ações prioritárias; 6) intervenção, através da implantação de processos administrativos ou leis; e, 7) avaliação das conseqüências e resultados alcançados.

Concepções teóricas a parte, faz-se necessário ressaltar que muitas políticas não afetam a comunidade como um todo, ou seja, não são voltadas a todos os cidadãos de forma geral, mas sim a determinados grupos ou segmentos específicos carecedores de atenção

especial em determinados assuntos, como por exemplo, moradores em área de risco. Deste modo, os tópicos a seguir irão abordar os principais tipos clássicos de políticas públicas do modelo (*policy arena*)[3], conceituações necessárias para o enfrentamento de desigualdades que marcam as cidades brasileiras, e para o estudo do poder público municipal diante de seu novo papel na articulação da sociedade.

3.2.1 Políticas Públicas Distributivas

Essas políticas possuem objetivos pontuais ou setoriais, ligados à oferta de equipamentos e serviços públicos. São as políticas públicas com maior ocorrência no Brasil, exemplos nítidos vão desde as políticas de assistência às vítimas de enchente, até a pavimentação de ruas. Segundo Frey (1997) são caracterizadas por um baixo grau de conflito, pois só parecem distribuir vantagens, sem acarretar custos diretos aos demais grupos. Geralmente, políticas distributivas beneficiam grande quantidade de destinatários, porém em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios.

O financiamento destas políticas é realizado pela sociedade como um todo, através do orçamento geral. Algumas vezes, incorpora caráter clientelista[4], apresentado em jogos político-eleitorais de troca de favores. Por outro lado, se bem aproveitada, tende melhorar carências sociais delimitadas em critérios mais justos, sob vigília de leis específicas e dos Conselhos Municipais (SANTOS JUNIOR, 2003). A seguir, é apresentado o esquema geral das políticas distributivas (Figura 4).

---

[3] "Processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter [...] no tocante aos meios de implementação aplicados" (Frey, 1997, p. 8).

[4] Segundo Farias (2000) o clientelismo é a relação de barganha, em torno de vantagens e apoios entre líder político e eleitorado.

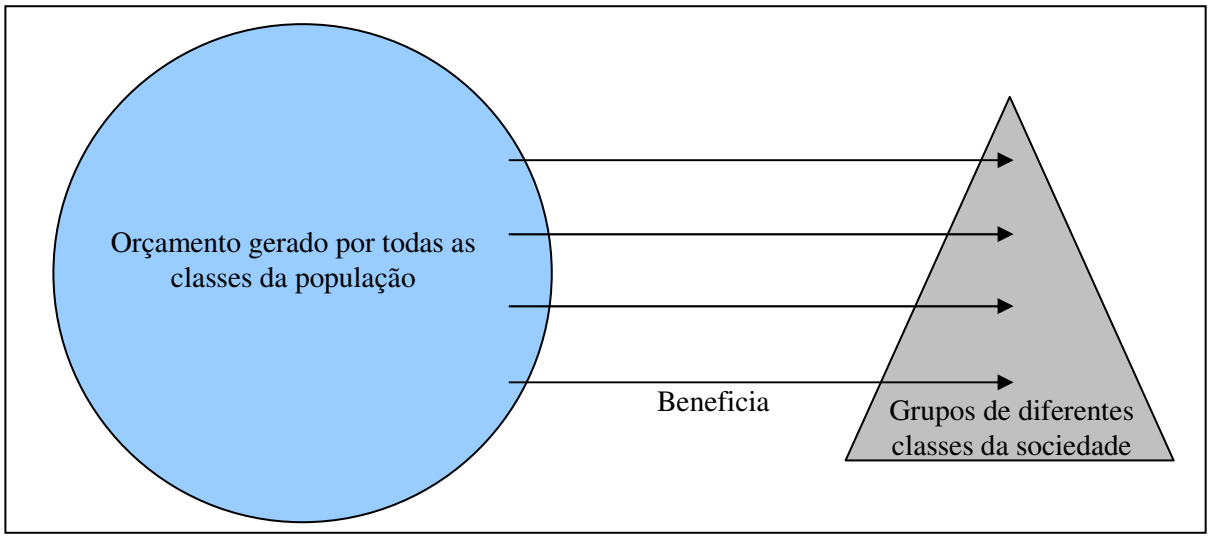

Figura 4 - Financiamento de Políticas Públicas Distributivas
Fonte: Baseada em Frey (1997).

3.2.2 Políticas Públicas Redistributivas

Caracterizam-se pelo deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos, ou outros serviços públicos para beneficiar grupos da sociedade em condições econômico-sociais mais baixas. Na maioria dos casos, geram conflitos devido às visões distorcidas sobre igualdade de oportunidades e às redistribuições polarizadas (FREY, 1997).

A primeira forma de manifestação deste tipo de política é também chamada de clássica, nela os estratos sociais de alta renda os responsáveis pelo financiamento, enquanto os estratos de baixa renda aparecem como beneficiários, de acordo com a Figura 5.

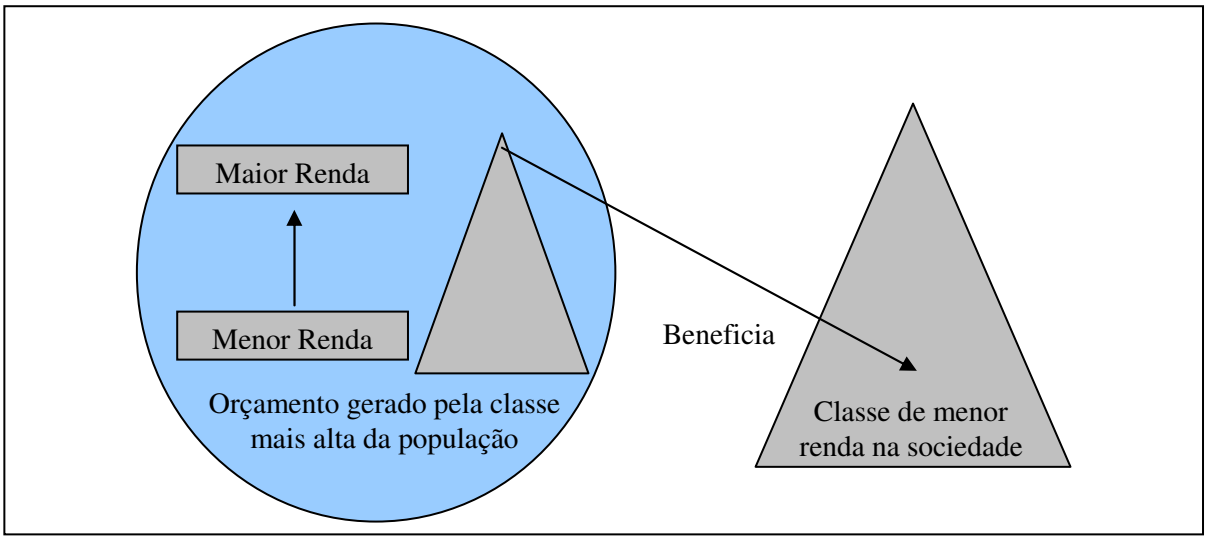

Figura 5 - Financiamento de políticas públicas redistributivas clássicas
Fonte: Baseada em Frey (1997).

Um exemplo de política redistributiva clássica acontece quando um município promove a isenção ou diminuição do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para pessoas comprovadamente mais pobres, e eleva a tributação dos indivíduos de camada social maiores. Porém, quando os cidadãos em melhores condições se organizam, fica extremamente complexo a instituição desta política, neste caso os poderes executivo e legislativo optam pela implantação de políticas redistributivas brandas, onde a redistribuição de renda para os estratos mais pobres não aparece em recursos monetários ou financeiros, mas como serviços e infra-estrutura fornecidos pelo poder público. Deste modo, a obtenção de recursos é composta, principalmente, pela contribuição dos estratos de média e alta renda, e a devida realocação de verba é efetivada por meio de programas sociais, habitacionais, educacionais, de saúde pública e regularização fundiária, entre outros (SANTOS JUNIOR, 2003).

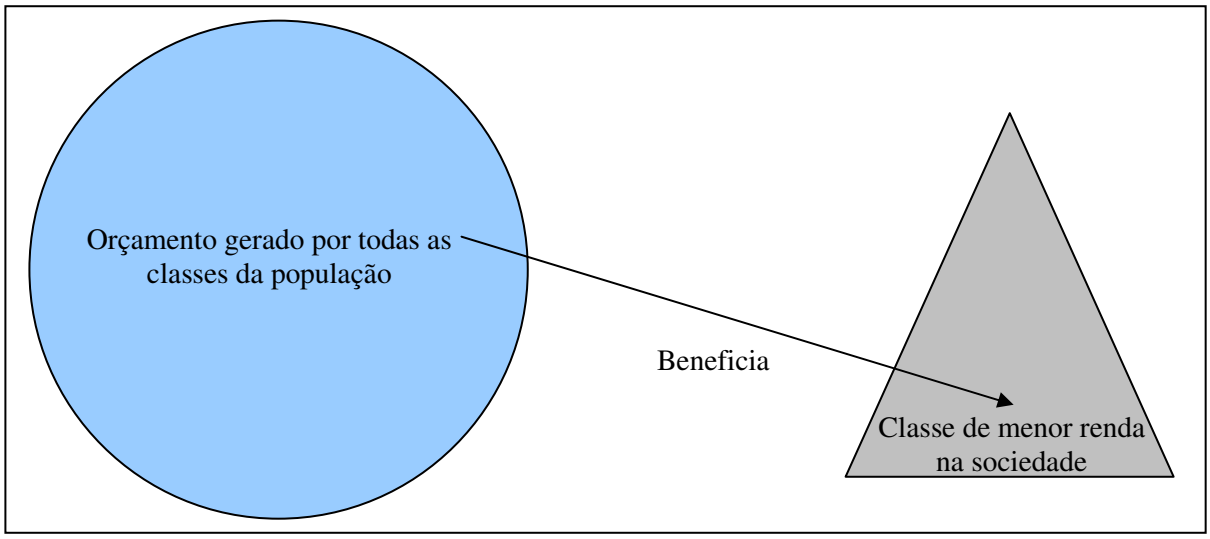

Figura 6 - Financiamento de políticas públicas redistributivas brandas
Fonte: Baseada em Frey (1997).

A ilustração acima (Figura 6) caracteriza a forma de financiamento das políticas públicas redistributivas brandas, nelas a obtenção de receitas é gerada pela sociedade como um todo para beneficiar a classe de menor renda na população, no entanto os maiores volumes de recursos do poder público partem de classes sociais mais altas, devido à maior tributação percentual desta camada social.

3.2.3 Políticas Regulatórias

Têm o objetivo de regular determinado setor, através de legislações. Estas normas trabalham:

> [...] com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas (FREY, 1997, p. 42).

Apesar de enfocar setores específicos, as regulamentações possuem a característica de atingir também indivíduos ou pequenos grupos, não como membros de uma classe ou grupo

social. As vantagens deste tipo de política são pouco perceptíveis, e por outro lado, os contratempos podem ameaçar a viabilidade da política em questão, principalmente quando aqueles que se sentem prejudicados se organizam. Isso ocorre, porque quando uma lei beneficia a população ou grupo, torna-se uma norma indiferente, nada mais que a 'obrigação', e quando prejudica, gera revolta e insatisfação popular.

Por outro lado, Rebello (2001) afirma que as políticas regulatórias são de soma positiva, isto significa que a expectativa é de que todos os setores afetados sejam ganhadores pelo bem público gerado, mesmo que as soluções encontradas não sejam unânimes.

3.3 Gestão Pública Municipal

Historicamente, "a participação comunitária e o espaço municipal foram, em geral, esmagados tanto pela centralização financeira, como pela centralização administrativa" (DOWBOR, 1987, p. 31). A descentralização administrativa do Estado, iniciada no fim dos anos 70 e consolidada pós 1988, redefiniu e redistribuiu recursos e competências da União para outras esferas subnacionais, principalmente os municípios, trazendo consigo uma discussão em dois pólos distintos. O primeiro credita à descentralização uma condição favorável de melhor distribuição dos recursos públicos em um nível local, mais próximo das necessidades de cada comunidade, e de outro lado, acredita-se ser a municipalização sinônimo de ineficiência e clientelismo que muitas vezes barram o desenvolvimento nacional (NETO; PORSSE; SOARES, 2000). No entanto, a ineficácia da administração em termos de política, economia, e instituições são aparentes em todas as esferas de governo, e recorrente de séculos, assim como ações louváveis e avanços podem ser constatados tanto em políticas municipais, quanto em estaduais ou nacionais.

De fato, elevadas alterações também ocorridas no âmbito fiscal-tributário, aguçaram competições fiscais, principalmente entre estados. Já a autonomia municipal concedida pela

atual constituição, favoreceu mudanças estruturais na federação brasileira, diante das dificuldades encontradas pela união no tocante à articulação das esferas regionais, e também da pressão gerada pela democratização que exigia maiores poderes na dimensão local, tendo em vista que o enfraquecimento do governo federal naquele instante poderia evitar a volta do regime ditatorial.

Esta autonomia conferiu às cidades a liberdade necessária para legislar, coletar, gerenciar e aplicar os recursos obtidos por meio da tributação, sendo os maiores beneficiários da descentralização, conforme indica a tabela adiante que agrega toda receita disponível (receita própria somada aos repasses) ao longo dos anos, por esfera de governo em porcentagem.

Tabela 1: Evolução da receita disponível por esfera de governo em porcentagem[5]

Receita Disponível	1960	1980	1988	1997	2001
União	59,40%	69,20%	62,30%	56,30%	51,00%
Estados	34,00%	22,20%	26,90%	27,10%	31,50%
Municípios	6,60%	8,60%	10,80%	16,60%	17,50%

Fonte: Baseado em Afonso et al (1998, p. 08).

A Tabela 1 indica que as receitas tributárias municipais cresceram em ritmo mais acelerado do que nas demais esferas de governo, isto ocorreu tanto em receitas próprias, quanto em transferências. Em 2006, 64,7% das receitas municipais já eram formadas por recursos transferidos de instâncias governamentais (STN, 2007).

Apesar da crescente participação dos municípios em aspectos financeiros, as competências municipais ampliaram, ou seja, suas responsabilidades também cresceram. Atualmente o município é responsável direto pelo uso do solo e transporte coletivo, possui participação predominante na pré-escola, educação fundamental, saúde, preservação histórica

[5] Receita Disponível = Arrecadação Direta +/- Transferências constitucionais e voluntárias (metodologia utilizada em Afonso et al, 1998).

e cultural, além de partilhar competências com as esferas estadual e nacional em: assistência pública e aos portadores de deficiência; proteção do meio-ambiente e dos recursos naturais; cultura, educação e ciência; turismo e lazer; segurança do trânsito; políticas para pequenas empresas; habitação e saneamento; agricultura e abastecimento alimentar; combate à pobreza e aos fatores de marginalização social.

Para Neto, Porsse e Soares (2000), o aumento relativo desse aporte financeiro destinado à esfera municipal e a flexibilização dos critérios de emancipação dos distritos, possibilitaram a proliferação da quantidade de municípios. Até o ano de 1988 havia 4200 municípios no Brasil, e hoje possuímos um total de 5564, demonstrando um crescimento de 32,48% em um período de 20 anos.

Um grave problema da criação de novos municípios encontra-se na quantidade de pequenas cidades, por serem muito dependentes da União em termos financeiros, gerando custos adicionais para a sociedade (GOMES; DOWEL, 1997). Hoje, dos 5564 municípios, 3466 (62,29%) possuem menos de 15000 habitantes (IBGE, 2007). A necessidade financeira dos municípios de menor porte em receber repasses também é tratada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), segundo o relatório da instituição, denominado Finanças do Brasil (Finbra), quanto menor a população do município, maior a dependência de transferências intergovernamentais (STN, 2007).

Sobre a emancipação, outra visão também é apresentada em Bremaeker (1991 apud NETO; PORSSE; SOARES, 2000), o autor avalia que a criação de unidades municipais aproxima o poder público do interior do país explorando potencialidades locais, além de promoverem uma melhor redistribuição dos recursos públicos. De acordo com a STN (2007, p. 4) “as receitas próprias de arrecadação tributária dos municípios cresceram 190,1%, enquanto que as dos Estados cresceram 65,5% e as da União 44,1%”.

Por outro lado, a crescente autonomia dos municípios, em especial após a carta magna recente, trouxe maior democratização da instância decisória e maior capacidade de acesso da população em decisões. Regiões e cidades tornam-se atores tão significativos quanto o Estado nacional no processo de desenvolvimento, pois é no município onde se cristalizam tensões, conflitos, negociações e parcerias, gerando maior facilidade em formular, implementar e avaliar políticas públicas, e por sua vez, diminuir desigualdades (VERGARA; CORRÊA, 2004).

Embora sejam visíveis as controvérsias ora demonstradas, a descentralização e a autonomia regional configuram-se em fatos presentes na sociedade brasileira atual, cabendo ao município uma grande responsabilidade no desenvolvimento nacional, que somente é possível quando tais governos compreendem a conjuntura onde estão inseridos e adotam políticas estratégicas, questões tratadas nos tópicos a seguir.

3.3.1 O Contexto Nacional e Internacional para a Gestão dos Municípios

O estudo sobre gestão pública e desenvolvimento local passa também pela análise das características organizacionais do mundo contemporâneo, situando o Brasil que é constituído sob o federalismo municipalista em um amplo contexto internacional, com o intuito de levantar as competências requeridas ao gestor público local diante da complexidade global.

As organizações, inseridas neste ambiente globalizado estão submetidas a diversas transformações, percebe-se esta concepção de mudança constante desde o filósofo Heráclito, quando o mesmo sentenciou que não se pode banhar duas vezes no mesmo rio, pois o rio não seria o mesmo, e atualmente está muito mais visível em todas as relações, sejam elas, políticas, sociais, econômicas ou de ordem administrativa. Conforme Maximiano (2006) há uma necessidade permanente de inovação e renovação nas instituições, e a busca pela flexibilidade e agilidade deve ser capaz de acompanhar o processo de constante mudança.

Com a administração pública municipal não é diferente, ou seja, ela não está imune à mudança, notam-se neste ponto, transformações negativas como crise fiscal, ineficiência e ineficácia na gestão, e positivas como reforma gerencial e a informatização de processos públicos. Porém, tanto em situação vantajosa quanto não-desejável, é preciso compreender as mudanças, participar delas e propor soluções a todo instante (BEUREN, 2004).

O modelo original de organização de estado no Brasil é o Federalismo, caracterizado pela coexistência da dupla soberania União-Estado, impulsionado por experiências bem-sucedidas, onde a autonomia política das unidades menores (entes federativos) ficam sob égide de uma autoridade superior (governo federal). No entanto, o significado da palavra federação foi interpreta com sentido inverso, gerando a descentralização do poder no Brasil em oposição ao histórico de centralismo exacerbado do império, mas a conotação descentralizadora também se generalizou para outros países. Assim, a federação brasileira é a única do mundo a possuir três níveis federativos: União, estados e municípios (CAMARGO, 2004).

Na realidade, o Brasil seguiu uma tendência internacional de adoção do federalismo, entretanto adaptando-o à sua realidade, e, é neste ambiente peculiar de mudanças estruturais que os gestores públicos se encontram submetidos a leis como a de responsabilidade fiscal. Esta configuração aproxima o poder das comunidades, mas também exige capacidades específicas de gestão aos representantes do administrativo frente à forte desigualdade com a qual se deparam, acarretando na necessidade de um planejamento regional eficiente que diminua a dependência do município com relação aos subsídios advindos de outras esferas do poder.

Dentro desse clima conturbado, outras observações ainda são pertinentes, tendo em vista a transformação da sociedade agrícola para industrial, e mais recentemente, com a globalização, para a sociedade da informação, onde há relevância do trabalhador intelectual,

quebra de barreiras geográficas, valorização de competências, agilidade e eficácia no uso da informação (DRUCKER, 1989).

Prigogine (1996), ao considerar um sistema global, o mundo formado por partes interdependentes, revela que se deve pensar o local incluindo suas interações com o regional, o nacional e o global em uma teia na qual se entrelaçam, de forma complexa, o desenvolvimento integrado das partes. Porém, a evolução tecnológica da sociedade da informação que tanto facilitou grandes transformações globais, e favoreceu melhorias individuais na vida das pessoas, promoveu também a marginalização daqueles que não podem usufruir de seus benefícios, privando-os da cidadania. Sendo assim, as disfunções geradas pela sociedade atual, aliada à degradação da sociedade industrial, trazem conseqüências ao modelo de desenvolvimento no tocante aos problemas de distribuição de renda, escassez de recursos naturais, isolamento físico e exclusão social (SQUIRRA, 2005). Vale ressaltar, que em nosso país ainda se observa características das três sociedades: agrícola, industrial e da informação.

Sob outro ponto de vista, nota-se dos cidadãos, uma maior exigência em relação aos serviços prestados pela administração pública, que para Vergara (2004) transformam-se em impactos lentos e graduais nos aspectos:

- Tecnológico: exigência de novas habilidades, maior controle das ações do poder público e facilidade em processos que dispensam a presença do trabalhador;
- Humano: com compartilhamento de responsabilidades, incentivo às carreiras profissionais, e maior comprometimento com resultados, e;
- Organizacional: redução de barreiras entre ambiente e organização, redução de níveis hierárquicos e aprendizagem contínua.

No entanto, estes três aspectos ainda são pouco vislumbrados na esfera pública, apesar de mostrarem uma grande necessidade de novas competências para o gestor público municipal frente às tendências do mundo contemporâneo. Dentre as novas competências requeridas, verifica-se: capacidade de articulação da comunidade; incentivo à expansão associativista; mentalidade global; conhecimento das necessidades do povo e da vocação local; atualização e preparo constantes; flexibilidade para lidar com alterações no ambiente; capacidade conceitual e sensibilidade (VERGARA, 2004).

3.3.2 Gestão Estratégica do Município

O conceito de estratégia ainda não é um consenso, mas sua amplitude é inquestionável, e sua importância incomensurável no planejamento de empresas e também de governos, foco do presente tópico. É através da estratégia que fica claro o direcionamento da instituição, por meio de seu objetivo, sua visão, seus valores e sua linha de ação. Na área pública, o exercício estratégico ajuda a posicionar o município no ambiente, selecionar a melhor maneira de responder às demandas da comunidade e esclarecer decisões, analisar a administração municipal no contexto social e econômico, e construir novos canais de comunicação para ação coletiva (DUMONT; RIBEIRO; RODRIGUES, 2006).

Entretanto, muitas pessoas definem a estratégia de uma forma, e aplicam de outra. Nesse sentido, um dos cinco tipos de definição para Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000, p. 17) é enfático em colocar: “Estratégia é um padrão, isto é, consistência em comportamento ao longo do tempo”. Ela parte de um processo contínuo, e começa para Kaplan e Norton (2001, p. 84) “no sentido mais amplo, com a missão da organização, que deve ser traduzida para que as ações individuais com ela se alinhem e lhe proporcionem apoio”. Em alguns municípios como Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, a utilização da estratégia começa a aparecer, apesar de não ser um conceito muito difundido em prefeituras municipais. Nessa

cidade a utilização do sistema de mapa estratégico estipula metas e fortalece a gestão local (PADUAN, 2008).

Logo, toda organização deve pensar estrategicamente, do contrário tornam-se vulneráveis ao logo do tempo, tendo em vista a grande potencialidade de inovações, mudanças e alteração no desejo das pessoas (ANSOFF, 1990). São grandes as dificuldades de harmonizar visões estratégicas no meio da administração pública, pois cada membro do grupo percebe a transformação de forma distinta. Porém, a discordância e o dissenso devem estar presentes no diálogo como um momento positivo de interação construtiva.

Segundo Motta (2004, p.50) "reflexão estratégica significa pensar coletivamente a razão de ser e os objetivos de uma organização municipal: é um processo de liberar o potencial criativo e de concretização existente nas pessoas [...]". Portanto, indica-se a criação de um momento de reflexão entre os agentes do poder público, fora das pressões do dia-dia, com a intenção de promover idéias, pensamentos e planejamentos de longo alcance, reconhecendo as mudanças atuais e potenciais na comunidade e na administração, de modo a questionar possibilidades futuras, alternativas na solução de problemas locais, pontos fortes e fracos (MOTTA, 2004).

A partir dos anos 90, com o enfraquecimento do estado nacional e o fortalecimento das regiões e cidades, em um novo ambiente de evolução tecnológica, torna-se preciso repensar uma forma de desenvolvimento que realce a cooperação entre atores da sociedade e a qualidade de vida da comunidade, que através do planejamento estratégico participativo, potencialize as vocações locais e a empregabilidade da população (COSTA; CUNHA, 2004). Assim, o Quadro 2, reúne uma adaptação dos conceitos estratégicos da administração empresarial para administração pública municipal, idéia ainda pouco difundida, mas com aplicabilidade (PADUAN, 2008).

Item estratégico	Característica	Objetivos
Missão	É geral e apresenta sentido de ação nítido, informa maneira pela qual a organização local se estabelece perante o público.	Esclarecer os usuários sobre o que esperar da gestão local.
		Fazer os funcionários interiorizarem o sentido comum de direção.
		Estabelecer a amplitude da ação administrativa.
		Definir um caráter coletivo e uma identidade própria.
		Referenciar decisões e ações.
Valores	São agregados à missão, contendo princípios morais de comportamentos.	Inspirar o comportamento da organização com consciência coletiva de valores e espírito de equipe.
		Conservar a ética e incentivar crescimento pessoal do servidor.
Análise dos ambientes	Adquirir e rever conhecimentos na organização com vistas a torná-los novos fatores de qualidade e desempenho. Amplia as perspectivas sobre a realidade da comunidade.	Diagnosticar ambiência externa e sinais estratégicos.
		Definir condições e forças que influenciam todas organizações do município, como fatores demográficos, tecnológicos, políticos, etc.
		Reconhecer condições que fazem parte das transações diretas de cada organização pública com seu ambiente imediato.
		Classificar e monitorar fatores internos da gestão pública.
		Discutir o futuro do município para antever mudanças.
Definição da visão	Projeções e intenções o ponto futuro.	Construir em poucas frases os desejos positivos para o futuro.
		Analisar oportunidades e ameaças, e análise dos ambientes.
Decisões estratégicas	Tomar decisões coerentes que gerem resultados de longo prazo.	Selecionar fatores críticos que marcam a comunidade envolvida.
		Avaliar possibilidades de investimento e aplicação dos recursos.
		Monitorar estratégias para adaptá-las às novas realidades.

Quadro 2 - Gestão Estratégica para o Município
Fonte: Baseado em Motta (2004).

Esta reflexão estratégica pode contribuir com as organizações públicas municipais, e consequentemente com a comunidade, e assim promover o desenvolvimento local de maneira planejada, com a participação dos atores locais na formulação de políticas públicas que minimizem desigualdades sociais e regionais (CAVALCANTI; PECI, 2005).

3.4 Políticas de Atração de Empresas no Contexto da Guerra Fiscal

Os territórios devem se preparar para receber as empresas. No Brasil, de certo modo, a urbanização do território tornou-se sinônimo de estratégia para desenvolvimento, o que depende de infra-estrutura com projetos hidroelétricos, canais de comunicação, usinas, redes de transporte diversas. Todavia, os pontos dos territórios nacionais dotados das técnicas mais modernas atraem empresas. O perigo para esta situação é que as esferas do poder público podem perder o controle das ações e passarem a depender cada vez mais das corporações (SILVA, 2005).

Quando isso ocorre, as políticas para atração de empresas ficam dependentes de incentivos fiscais que se referem à possibilidade, dada a autonomia dos entes federativos, em conceder redução ou eliminação de impostos. No Brasil, esta prática conhecida como 'guerra fiscal' têm levado estados e municípios a concorrer predatoriamente por investimentos industriais, principalmente no setor automobilístico. Além de acirrar o conflito federativo, a partir da ação predatória de uma região contra outra, a guerra fiscal, gera um desperdício generalizado de recursos públicos denegrindo o processo político e institucional brasileiro (ARBIX, 2001).

Entre municípios, foco do presente estudo, a prática para isenção de impostos se dá especialmente com o ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza) e o IPTU (Imposto sobre Propriedade predial e Territorial Urbana). Já na esfera estadual a diminuição de impostos ocorre fundamentalmente com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O órgão responsável por controlar e fiscalizar, por meio de ações e políticas de harmonização, a atuação dos estados federativos é o CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Entretanto a força dessa instituição diminui na medida em que os benefícios extrapolam a barreira da tributação, ocorrendo também os incentivos territoriais, os quais se trabalhados coerentemente podem trazer desenvolvimento para a região. Mas isso depende de uma política sistêmica que envolva outros fatores como empregabilidade, cultura empreendedora local e vocação regional.

As políticas para atração de empresas estreitam as relações entre os setores público e privado, onde são estimulados incentivos territoriais "criados pelos governos municipais na tentativa de trazer os investimentos que, em teoria, gerariam empregos e renda. Por outro lado, os agentes corporativos realizam políticas no sentido de estimular os governos a criar as condições de realização do investimento" (SILVA, 2005, p.24).

No trabalho da Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) especialmente sobre a interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo coordenado pelo professor Wilson Cano da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) ficam caracterizadas políticas específicas para a atratividade dos negócios como as políticas persuasivas, nas quais o poder público pode disponibilizar informações e orientações a respeito das características locais, demonstrando as vantagens daquela região e facilitando a decisão do empresariado, e; as políticas restritivas que reforçam a necessidade e estudos ligados à localização e impacto ambiental gerado pela atividade econômica pertinente, considerando aspectos legais.

Do estudo acima citado (SEADE, 1988) concluiu-se que as políticas atrativas municipais devem dotar de cuidado no estabelecimento de instrumentos incentivadores: exigência de estudos ambientais para novas empresas, isenção de impostos apenas para organizações que contribuam com o desenvolvimento regional, construção de Distritos industriais e concessão de áreas em territórios apropriados. Ressalta-se que todos esses

cuidados estarão dentre os critérios de avaliação da política de atração no município analisado pelo Estudo de Caso.

Esta reação que promove exigências nas políticas de atração é fruto de inovações institucionais dos municípios modernos com ambientes democráticos, transferindo tecnologia e *know-how*, gerando empregos e estimulando de um modo amplo o desenvolvimento industrial regional, por isso contribui na correção de distorções geradas pela guerra fiscal, maquiada sob uma imagem errada do conceito de desenvolvimento (ARBIX, 2001).

O sucesso das políticas voltadas à atração de investimentos depende, portanto, da capacidade da localidade em desenvolver estratégias prósperas onde "a competição territorial pode promover o crescimento quando se mostra capaz de aumentar o bem-estar econômico local e nacional" (CHESHIRE; GORDON, 1996, p. 321).

Assim, quando se trata de guerra fiscal e políticas para atração são citados dois enfoques, o primeiro (impositivo) parte do princípio de que tais iniciativas são condenáveis e indesejáveis, e o segundo (ordenador) admite espaço para atuação positiva de políticas regionais (PRADO, S.; CAVALCANTI, C.E.G., 2000). Esta dissertação procura difundir e demonstrar caminhos do segundo enfoque visando benefícios à sociedade através da análise de políticas de um município.

3.5 Conceitos sobre Análise e Avaliação de Políticas Públicas

Para Borges (2007, p. 58) "avaliar, no sentido epistemológico da palavra, significa julgar, estimar, medir, classificar, ordenar, ponderar, aferir ou analisar criticamente o mérito, o valor, a importância, a relevância ou a utilidade de algo ou alguém". Para a área pública, Arretche (1998) define o processo de avaliação como algo que aponta a importância de determinada ação que justifique os resultados gerados, perante seu investimento. Desse modo, ajuda a alcançar metas de gestão e conduzir ao desenvolvimento local.

Na visão de Weiss (1998) a avaliação se baseia nos resultados, efeitos ou impactos de uma política em comparação com um conjunto de parâmetros, como forma de contribuir para o aprimoramento e a sustentabilidade do programa, de modo que essa análise da própria política demonstra uma direção contínua, e não pontual do planejamento municipal, ou seja, fica claro também a questão do longo prazo.

Nesse sentido, Estado, e sociedade devem identificar iniciativas bem avaliadas no âmbito local que necessitam ser continuadas e até mesmo re-aplicadas de modo a favorecer a consolidação ou construção de instituições que visem o desenvolvimento, sendo estes, alguns dos pressupostos na busca por melhores políticas públicas (CAVALCANTI; PECI, 2005).

Por outro lado, segundo Wildavsky (1979), a análise de política refere-se a contribuições de uma série de disciplinas diferentes, com objetivo de interpretar as causas e conseqüências da ação do governo, ou seja, descobrir as causas e conseqüências da ação da administração, sobre o que os governos fazem, sobre o motivo pelo qual instituem determinada política, e quais os resultados de suas ações. Referente a esta colocação:

> "Numa primeira leitura, essa definição parece descrever o objeto da ciência política, tanto quanto o da Análise de Política. No entanto, ao procurar explicar as causas e conseqüências da ação governamental, os cientistas políticos têm-se concentrado nas instituições e nas estruturas de governo, só há pouco se registrando um deslocamento para um enfoque comportamental" (DAGNINO et al 2002, p. 03).

Com relação ao enfoque comportamental citado, o mesmo refere-se à premissa de que a análise de política se diferencia da ciência política pela preocupação com o que o governo faz, e como ele age, pois com as políticas públicas sendo objeto de estudo dos cientistas políticos, torna-se difícil essa separação (HAM; HILL, 1993). No entanto, a avaliação e análise de políticas, são mais amplas do que simplesmente o estudo dos analistas, tendo em vista sua influencia na vida de toda população atingida pela política, tanto nos benefícios, quanto nos problemas. Portanto, requer a participação de diversos atores da sociedade, grupos sociais, gestores e pesquisadores.

Apesar das várias definições ora apresentadas, a maioria delas leva a um mesmo sentido, assim pode-se propor a análise de políticas como um conjunto de conhecimentos gerados por diversas disciplinas das ciências humanas, pela parceria sociedade/Estado, e pela participação de diversos atores locais, na busca da resolução ou análise de problemas concretos em política pública, examinando causas e conseqüências da ação governamental.

Assim, apenas com a avaliação ou com a análise de política pública, podem-se apresentar relações de causa e efeito entre os objetivos propostos e resultados, por meio de instrumentos metodológicos para este fim, variando de acordo com a complexidade da análise desejada. É preciso verificar a especificidade do foco da política, a fim de evitar ambigüidade no objetivo da mesma, o que prejudica a visualização dos impactos ou efeitos (ARRETCHE, 1998).

3.5.1 Análise de Políticas Públicas Locais de Desenvolvimento

Muitas vezes o poder público, considerado isoladamente, não pode ser agraciado sozinho pelo mérito no desenvolvimento de uma região. Segundo Borges (2007, p. 69) "outros fatores como, economia local, conjuntura nacional, atuação dos atores locais, ambiente regional dinâmico, localização geográfica, capacidade de inovação dos empresários, entre outros, podem interferir no processo de geração de efeitos". Neste sentido, várias opções metodológicas para análise de políticas locais do setor público possuem ampla relevância, a maioria dos estudos na Europa favorece uma combinação de: (1) nível macro de pesquisas, envolvendo indicadores socioeconômicos e análises de antes e depois, algumas vezes contendo entrevistas para inferir sobre os efeitos; (2) nível micro, com pesquisas não experimentais, com diversas informações qualitativas e quantitativas, visões de especialistas e estudos de caso (BACHTLER; MICHIE, 1995).

Toda política pública deve ser monitorada constantemente pelos atores locais, gestão pública e comunidade, porque são estes os maiores conhecedores da realidade regional, já os pesquisadores, por sua vez, podem contribuir com sua visão técnica mais apurada e aplicação metodológica para estudos mais consistentes. Assim, é ideal a formulação de um quadro representativo da política ou programa voltado ao desenvolvimento, através de uma esquematização de filosofia, metas, conceitos, aplicação de recursos e os passos de construção da política (ARADEL, 1999).

Para Arretche (1998) a administração pública possui dificuldades em analisar seus projetos, tanto pela ausência de tradição, quanto pela falta de vontade política, e até mesmo falta de tempo e deficiência técnica em seus quadros. Porém, as transformações e cobranças da sociedade por melhores resultados, promovem a presença de um pensamento avaliativo, mesmo que de forma pioneira, já que a avaliação melhora a eficiência dos programas (COSTA; CASTANHAR, 2003).

O Comitê de Padronização da Sociedade de Pesquisa dos Estados Unidos faz a classificação das formas de avaliação e análise das políticas e programas públicos (PATTON, 1982), tal como de análise Hogwood e Gunn (1984), essas classificações são importantes para o mapeamento das políticas, conforme será visto na Tabela 3.3 adiante, e contribuem significativamente na qualidade do processo de implementação, pois além de identificar problemas também permite o engajamento de atores envolvidos (DAGNINO et al, 2002).

Segundo Lustosa (2002), para a construção de um método específico que avalie metodologias adotadas em programas de indução do desenvolvimento local, é importante a presença de procedimentos formais qualitativos e/ou quantitativos, contando com os diferentes pontos de vista a respeito da política, e ponderando os objetivos políticos vigentes.

3.5.2 Conteúdo e Processo das Políticas

Embora as discussões teóricas apresentem diversas alternativas, a escolha entre algum tipo de avaliação ou de análise depende dos objetivos propostos, bem como da justificativa de trabalho. Como o presente estudo busca a compreensão sobre a concepção, estrutura e estágios de uma política específica adotada, levando em consideração as dimensões do desenvolvimento local, a pesquisa possui foco principal nas características relacionadas com a análise do conteúdo das políticas e processos das políticas, conforme Quadro 3.

Hogwood e Gunn (1984)		**Comitê de Padronização da Sociedade de Pesquisa dos Estados Unidos**	
Tipo de avaliação	**Características**	**Tipo de Avaliação**	**Características**
Conteúdo das políticas	**Descreve e explica surgimento e desenvolvimento das políticas.**	Análise de início	Realizado no início do programa para auxiliar o planejamento e implementação.
Processo das políticas	**Estágios pelos quais passa a política, principalmente em sua formulação.**	Análise de avaliabilidade	Avalia a utilização de diferentes abordagens e métodos de avaliação.
Resultado das políticas	Explica influência de gastos e serviços em diversos fatores.	Avaliação formativa	Avalia o processo de implementação e desenvolvimento do programa.
Estudo de avaliação	Procura identificar o impacto que as políticas têm sobre a população.	Avaliação de impacto	Identifica resultados e efeitos da política ou programa.
Informação para elaboração de políticas	Organização de dados para auxiliar elaboração de novas políticas e tomada de decisões.	Monitoramento de Programa	Verifica andamento do programa em todas as etapas até sua consolidação.
Defesa de processos	Melhoria na realização de funções, tarefas, máquina do governo.	Avaliação de avaliação	Avaliação crítica realizada por profissionais especializados de relatórios de avaliações. Re-análise, avaliação secundária.
Defesa de políticas	Grupos que defendem determinadas 'bandeiras'.		

Quadro 3 - Classificações de análise de políticas e avaliação de programas.
Fonte: Adaptado de Hogwood e Gunn (1984) e Patton (1982).

O estudo do conteúdo das políticas (*study of policy content*) busca responder a questionamentos nos quais se procura descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de

políticas, isto é, determinar como elas surgiram, como foram implementadas e quais os seus resultados. Nesta dissertação a composição do estudo de caso no município estudado, fornece o pensamento e o enfoque sob os quais estas políticas de desenvolvimento surgiram. Já no estudo do processo das políticas (*study of policy process*), os analistas dirigem a atenção para os estágios pelos quais passam questões e avaliam a influência de diferentes fatores, sobretudo na formulação das políticas (DAGNINO et al, 2002). Com as análises acima realizadas, o problema de pesquisa que norteia este trabalho pode ser respondido.

Para responder esses questionamentos é necessário avaliar os possíveis métodos de avaliação ou análise de impactos. Os qualitativos são utilizados, neste tipo de pesquisa, com o intuito de compreender processos, comportamento e condições da situação estudada, além de possuir maior flexibilidade na utilização de diferentes técnicas de compilação e coleta dos dados. Por outro lado, a subjetividade e de rigidez estatística dificulta a generalização dos resultados. Já os métodos quantitativos usam a estatística até mesmo em uma maneira mais ampla, aplicam testes econométricos, e se o tamanho da amostra for adequado, podem-se generalizar os resultados, entretanto perde-se em profundidade (BAKER, 2000). A escolha pelo método qualitativo para o estudo do conteúdo das políticas e estudo do processo das políticas, no caso de Araxá-MG está explicitada no capítulo 4 a seguir.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o objetivo geral deste trabalho de analisar a estruturação da política para atração de empresas em Araxá-MG no período de 2001 a 2008 por parte do poder público municipal, observando suas influências para o desenvolvimento local, verifica-se o caráter complexo e subjetivo de diversas questões envolvidas na pesquisa. Para tanto, o principal método utilizado é o estudo de caso de natureza predominantemente qualitativa, com sucintas etapas quantitativas.

Segundo Godoy (1995) a utilização de dados quantitativos em estudos de caso serve para esclarecer algum aspecto da questão investigada, assim o tratamento estatístico não é sofisticado, e neste trabalho é aplicado com função meramente auxiliar e secundária para descrever as características da cidade.

O citado método é crescentemente usado nas ciências socais por proporcionar uma visão global do problema, obtida por meio do estudo profundo de um ou poucos objetos gerando um conhecimento detalhado do assunto, tarefa muito difícil de atingir com outros métodos; apesar de haver objeções com relação à dificuldade de generalização, sua aplicação leva em consideração características particulares de cada caso, demonstrando aspectos que o diferenciam (GIL, 2002).

Com relação aos fins, este estudo sobre políticas municipais para atração de empresas, é essencialmente exploratório, pois o tema não foi abordado sob este enfoque; além disso, é descritivo na medida em que caracteriza e descreve a região estudada. Segundo Ruiz (1992) as pesquisas exploratórias constituem o primeiro estágio de toda pesquisa cientifica, cujo objetivo central é auxiliar na compreensão dos problemas referentes ao estudo.

Desse modo, a pesquisa não tem a intenção de quantificar o desenvolvimento na região, mas verificar a forma como se desenvolveu a política para atração de empresas em Araxá e detectar possíveis interferências no desenvolvimento da cidade.

A seguir a Figura 7 indica as etapas relacionadas à condução deste estudo e seus respectivos objetivos.

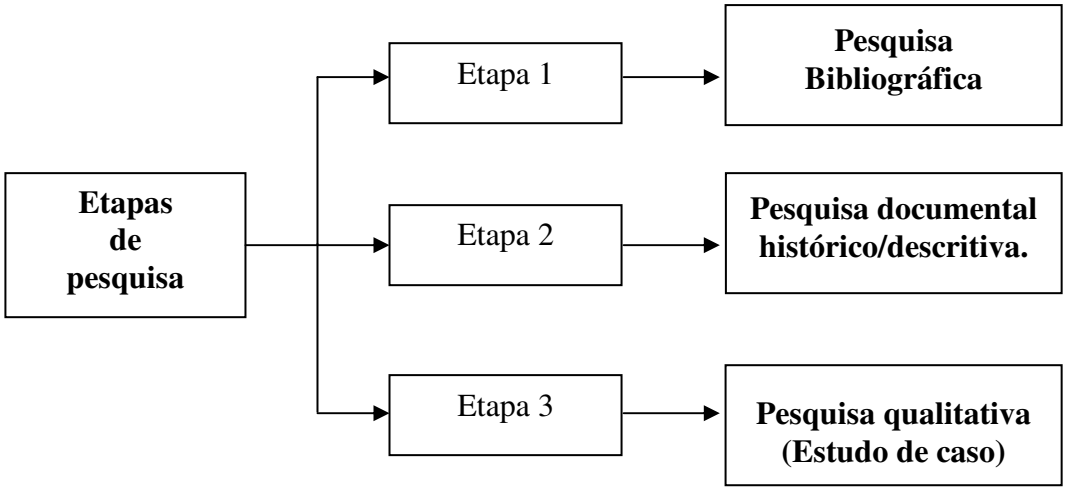

Figura 7 - Apresentação dos procedimentos metodológicos
Fonte: Elaborada pelo autor

4.1 Etapa 1 – Pesquisa Bibliográfica

A primeira etapa deste estudo é a pesquisa bibliográfica que para Gil (2002, p. 44) "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Ao pensar sistemicamente uma política eficaz para atração de empresas, nota-se a necessidade de uma boa elucidação das aproximações conceituais acerca do desenvolvimento local, pois este tipo de política apresenta caráter contraditório e interferência direta no processo de desenvolvimento; além disso, a pesquisa em gestão pública com foco no município torna-se imprescindível, já que a formulação de boas políticas exige uma exímia atuação do poder público.

Desse modo, os autores estudados para a formação dos conceitos em desenvolvimento local (capítulo 2) são das mais diversas correntes e pensamentos, dentre os quais são citados Garofoli (1992), Amaral Filho (1996), Polése (1998), Franco (2000), Vazquez-Barquero (2001), Zapata et al (2001), Buarque (2004) e Martinelli e Joyal (2004). Para os estudos em gestão pública municipal contemporânea (capítulo 3), as principais leituras foram: Hogwood e

Gunn (1984) que definem o tipo de avaliação/análise realizada neste trabalho como estudo do conteúdo das políticas e estudo do processo das políticas, Dowbor (1987), Frey (1997), Oliveira (2001), Vergara e Corrêa (2004), Costa e Cunha (2004), Motta (2004), e por fim, Cavalcanti e Peci (2005).

Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica esteve presente até o fim do trabalho, fornecendo os subsídios necessários para análise dos resultados encontrados e orientação na coleta de informações.

4.2 Etapa 2 – Pesquisa Documental: análise histórica e descritiva

Segundo Gil (2002, p. 45) a diferença essencial entre a pesquisa documental e bibliográfica "está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico". Os documentos desta etapa, neste caso relatórios e estudos, são basicamente fornecidos pelo IPDSA e têm o objetivo de compor o histórico do município de Araxá-MG e a evolução socioeconômica (capítulo 5), esta última como parte quantitativa descritiva da cidade em voga.

Assim, esta etapa se assemelha muito à pesquisa bibliográfica e pode também ser tratada como tal, dada à elevada representatividade e validade dos relatórios e estudos fornecidos pelo Instituto citado, o que descaracteriza as limitações geralmente atribuídas à pesquisa documental (GIL, 2002). Alguns dos informativos do IPDSA são de desenvolvimento socioeconômico e estão baseados em dados do IBGE, da Fundação João Pinheiro e outras diversas fontes confiáveis de dados.

4.3 Etapa 3 – Pesquisa Qualitativa: estudo de caso

A escolha do estudo de caso como método de pesquisa deve-se à sua aplicação, pois é a estratégia de pesquisa "preferida quando se possui questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real" (YIN, 2001, p. 19). Este trabalho, portanto, enquadra-se perfeitamente ao estudo de caso, pois: (a) o problema de pesquisa é do tipo "como"; (b) o pesquisador tem pouco, ou nenhum, controle sobre a política estudada; (c) aborda uma política municipal contemporânea em um contexto real.

Como esforço de pesquisa o estudo de caso contribui para a compreensão de fenômenos sociais complexos, organizacionais, e políticos; sendo uma estratégia comum na psicologia, sociologia, ciência política e administração. Até mesmo a economia de uma cidade ou região pode ser investigada através do uso de um estudo de caso (YIN, 2001).

O estudo de caso em questão analisará a política para atração de empresas do poder público municipal de Araxá-MG, escolhida por vários motivos: a prefeitura possui o reconhecimento de órgãos pelo incentivo empreendedor - prêmio de prefeitura empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nos anos de 2002, 2004 e 2008, além do prêmio de melhor gestor público municipal do Brasil em 2005 pela empresa *International Exporter's Service*, entre outros; é uma política de apoio empresarial que incentiva o desenvolvimento regional.

Na visão de Godoy (1995) investigações qualitativas exigem o contato direto do pesquisador com o meio verificado e contemplam uma maior compreensão do assunto, através da descrição mais apurada dos dados coletados. Para isso, a principal técnica para coleta de dados foi a entrevista pessoal em profundidade com:

- Entrevista 1 – ex-prefeito municipal (gestão 2001-2004 e 2005-2008) com intuito de contextualizar o tema e o abordar de modo genérico, conforme Apêndice A;
- Entrevista 2 - Funcionário público técnico do período, com objetivo de entender a estruturação, o conteúdo e o desenvolvimento da política apresentado no Apêndice B;
- Entrevista 3 - Empresário beneficiado diretamente para investigar a efetividade da política, de acordo com o Apêndice C;
- Entrevista 4 - Empresário beneficiado indiretamente pela política com objetivo de descrever os efeitos da política no empresariado local, conforme Apêndice D.
- Entrevista 5 – Funcionário público participante de outras gestões, com intuito de colher uma visão mais imparcial acerca do assunto (Apêndice E).

Ressalta-se que as entrevistas foram gravadas por aparelho do pesquisador e são qualificadas como semi-estruturadas, pois o pesquisador pôde realizar perguntas não discriminadas no roteiro prévio e, conforme a necessidade, outras perguntas podem ser inseridas no contexto da entrevista. Essa característica facilita a coleta de informações inesperadas e pode melhorar a qualidade dos dados e da coleta (HAIR et al, 2005). Além das perguntas e respostas gravadas, o estudo considera as conversas informais ocorridas entre pesquisador e entrevistados, tendo em vista que muitas informações valiosas foram prestadas antes e após o término das entrevistas.

4.3.1 Planejamento do estudo de caso

O planejamento de pesquisa do estudo de caso exige a elaboração de um protocolo que contenha procedimentos e regras a serem seguidas na utilização do instrumento (YIN, 2001). Neste caso, o protocolo apresenta as seguintes seções:

(a) Objetivos do estudo e leituras importantes sobre o tema, ambas já expostas anteriormente neste trabalho;

(b) Questões realizadas para o estudo de caso – Apêndices A, B, C, D e E;

(c) Estratégias para procedimentos de campo, como o Termo de Consentimento assinado pelos entrevistados (Apêndice F) e o posicionamento do equipamento de gravação da entrevista, que facilitaram o acesso aos entrevistados chave e permitiram maior controle dos materiais necessários no instante da entrevista;

(d) Guia para o relatório que foi composto pela transcrição exata das entrevistas (Apêndices A, B, C, D e E), servindo de apoio para a composição do texto.

4.4 Formulação do problema e proposições da pesquisa

Um problema de pesquisa deve ser passível de tratamento científico e formulado em forma de pergunta; para tal questionamento espera-se a evidência de respostas, avaliar/analisar ações de programas ou projetos, apontar conseqüências de determinadas escolhas, explorar um objeto pouco conhecido ou até mesmo testar teorias e determinar causas de acontecimento de fenômenos diversos. Desta maneira, a problemática que orienta a pesquisa é:

Como foram desenvolvidas as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG entre os anos de 2001 e 2008, de forma a promover o desenvolvimento local?

As políticas somente serão consideradas uma forma eficaz de proporcionar o desenvolvimento local se contribuir efetivamente na maior parte das dimensões abordadas pela revisão teórica de todo o item 2.3 (Proposições 1 a 4). Além disso, por se tratar de uma política do poder público municipal, a mesma será considerada eficaz se fizer parte de uma estratégia maior de desenvolvimento da gestão e das políticas públicas do município, conforme revisado no capítulo 3 (Proposições 4 a 7). Assim, os tipos de análise das políticas para atração de empresas realizados neste estudo de caso são denominados por Hogwood e Gunn (1984) como *study of policy content* (estudo do conteúdo das políticas) e *study of policy process* (estudo do processo das políticas), buscando responder questionamentos referentes ao início e momento de criação da política, ao desenvolvimento da mesma, e a influência direta e indireta de seus processos em diferentes fatores.

Para análise da efetividade do desenvolvimento da política para atração de empresas, como forma de promoção do desenvolvimento local na cidade de Araxá-MG será utilizado o critério descrito por quatro dimensões do desenvolvimento, baseadas em Buarque (2004):

- Econômica – O desenvolvimento da política será considerado efetivo se a mesma considerar fatores gerais, entre oportunidades e ameaças, da economia local, as relações diretas e indiretas das novas instituições com o empresariado local e não comprometer a arrecadação financeira do município;
- Social – As políticas para atração serão consideradas efetivas se apoiarem a geração e as relações de emprego e renda, além de considerarem a cultura, os fatores históricos do município e outras áreas do desenvolvimento e direitos humanos;
- Ambiental - O desenvolvimento da política será considerado efetivo se contemplar em sua aplicação a exigência de estudos ambientais para a implantação de empresas;

- Político-Institucional – O desenvolvimento da política será considerado efetivo se a mesma fizer parte de outras várias políticas de desenvolvimento, inclusive a capacidade de infra-estrutura e oferta de serviços públicos de qualidade, compondo uma força estratégica maior e ouvindo a população em questões que a afetam.

Desse modo, a pesquisa tem o objetivo de verificar as seguintes proposições baseadas no referencial teórico:

P1: As políticas para atração de empresas foram desenvolvidas apresentando vantagens econômicas diretas e indiretas ao município.

P2: As políticas para atração de empresas estão relacionadas com a geração de emprego e renda e cobram do empresariado a participação em outras áreas sociais do município.

P3: As políticas para atração de empresas levaram em consideração aspectos ambientais.

P4: O poder público municipal considerou se as condições estruturais e serviços públicos são suficientes para o desenvolvimento da cidade.

P5: As políticas para atração de empresas foram embasadas por estudos de vantagens e desvantagens (custo/benefício).

P6: A melhor utilização do distrito industrial foi determinante para o desenvolvimento da política para atração de empresas.

P7: A política para atração de empresas não foi a única estratégia de incentivo ao desenvolvimento local em Araxá-MG entre os anos de 2001 a 2008.

Para a investigação destas proposições cada etapa do trabalho e tipo de pesquisa contribuiu para o alcance dos objetivos de trabalho, conforme Quadro 4.

Objetivo geral	Etapas	Objetivos específicos	Tipo de Pesquisa
Analisar as políticas de atração de empresas na cidade de Araxá-MG no período de 2001 a 2008, observando também suas influências (vantajosas ou não) na construção do desenvolvimento local no município estudado	Etapa 1	Realizar um estudo sobre as dimensões e aproximações conceituais que permeiam o desenvolvimento local e sobre gestão de políticas públicas contemporâneas com foco no município	Pesquisa Bibliográfica
		Identificar o melhor tipo de análise ou avaliação de política de desenvolvimento para responder o problema de pesquisa em questão	
	Etapa 2	Pesquisar e analisar as características históricas da cidade de Araxá-MG, bem como os dados de desenvolvimento sócio-econômico no município	Pesquisa Documental
	Etapa 3	Analisar as ações do poder público municipal diante da instalação de novas empresas na cidade com uma visão global do processo de desenvolvimento	Estudo de Caso

Quadro 4 - Objetivos, etapas e tipos de pesquisa.
Fonte: Elaborado pelo autor.

5. ARAXÁ: PERFIL E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Este capítulo aborda o município de Araxá no contexto histórico e contemporâneo, identificando o perfil socioeconômico e diversos aspectos políticos e institucionais. A caracterização proposta permite identificar as especificidades da cidade com intuito de analisar coerentemente as políticas de atração e diminuir eventuais falhas na avaliação dos critérios ora propostos.

5.1 Breve Contextualização Histórica[6]

Araxá integra o Circuito da Canastra composto por onze municípios localizados em torno do Parque Nacional da Serra da Canastra; tem sua história ligada à presença de minas de ouro e águas minerais, sendo seus primeiros habitantes os índios Arachás, originários da tribo dos Cataguás, que habitavam as terras entre o Rio das Velhas (Araguari) e o Rio Quebra Anzol. A primeira referência aos Arachás foi feita pela expedição de Lourenço Castanho Taques, no séc. XVI.

Em 1759, Bartolomeu Bueno do Prado, comandando uma expedição conseguiu destruir uma famosa aldeia de escravos fugitivos. Sete anos depois, Inácio Correia Pamplona exterminou a tribo de índios Arachás. Atraídos pela exploração do ouro, os primeiros povoadores da região foram para o Desemboque, distrito de Sacramento; com a decadência da mineração, esses moradores dedicaram-se à criação de gado e foi entre 1770 e 1780 que Araxá recebeu seus primeiros moradores, surgindo assim as primeiras fazendas da região.

O povoamento de Araxá se intensificou com a descoberta do sal mineral nas águas do Barreiro e com as boas características de fertilidade da terra. Em 20 de outubro de 1791 o Vigário Geral da Capitania de Goiás criou a Freguesia com o nome de São Domingos de

---

[6] Este sub-capítulo da dissertação é baseado na pesquisa documental em especial no documento: IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável:** Aspectos Históricos. Araxá, 2008a.

Araxá, nomeando o Revmo. Padre Domingos da Costa Pereira para geri-la como primeiro Vigário.

Em 1795 iniciou-se a construção da Igreja Matriz de São Domingos, por Alexandre Gondin, que teve suas obras concluídas em 1800, já a edificação da Igreja de São Sebastião, por José Pereira Bom Jardim ocorreu em 1804. Mas foi apenas no dia 20 de dezembro de 1811, atendendo as reiteradas reclamações do Julgado de São Domingos de Araxá, que a Freguesia de São Domingos é anexada a Comarca da Vila Boa de Goiás, desmembrando-se do Julgado do Desemboque e possuindo seu próprio Juiz Ordinário, começou a exercer jurisdição civil e criminal.

Devido o movimento dos moradores do Julgado de Araxá, em 1816 o Triângulo tornou-se mineiro; O Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), anexado desde 1766 a Capitania de Goiás, retornou à Jurisdição de Minas Gerais. Ana Jacinta de São José - o mito Dona Beja - viveu e tem seu nome vinculado aos principais acontecimentos de Araxá no período da primeira metade do século XIX.

Com a região do triângulo reincorporado a Minas Gerais, São Domingos de Araxá e Desemboque passaram a pertencer à Comarca da Vila de Paracatu. E, em 13 de outubro de 1831, após movimento realizado por seus moradores, o Julgado de Araxá foi elevado à Vila sob a condição de o povo edificar às próprias custas, o Fórum e a Cadeia Pública. Realizaram-se, assim, eleições para formação da primeira Câmara Municipal.

São Domingos de Araxá é elevada à categoria de cidade (com o mesmo nome) pela Lei Providencial de 19 de dezembro de 1865. A partir de 1911, a cidade figura com o nome de Araxá compondo-se de cinco distritos: o da sede, São Pedro de Alcântara, Dores de Santa Juliana, Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio da Pratinha, hoje respectivamente, as cidades de Ibiá, Santa Juliana, Perdizes e Pratinha; posteriormente, o município de Araxá

sofre uma redução territorial desligando-se desses distritos e restringindo-se apenas ao distrito sede, em cumprimento ao Decreto Lei nº 148 de 17 de dezembro de 1938.

A Prefeitura de Araxá foi criada por decreto em 4 de outubro de 1915, ao mesmo tempo em que, a Câmara Municipal faz doação ao Estado de Minas Gerais das águas minerais do Barreiro, incluindo os terrenos próximos às fontes. A descoberta do valor terapêutico das águas minerais propiciou a exploração do potencial turístico do Barreiro, que culminou com a inauguração, em 1944, do Complexo Termal com jardins projetados por Burle Marx.

5.2 Dimensão Ambiental[7]

As informações sobre este enfoque de desenvolvimento dizem respeito à utilização de recursos naturais e à degradação ambiental, além da descrição de projetos ambientais desenvolvidos na cidade de Araxá; por ser um tema historicamente recente não há uma grande tradição na produção de estatísticas, contando com poucos indicadores o pesquisador encontrou dificuldades em disponibilidade de informações.

5.2.1 Água

O sistema de tratamento e abastecimento de água é feito pela empresa concessionária COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais). O sistema se utiliza de captações superficiais com tomada direta nos córregos Feio, Areia e Fundo. Os mananciais do Município de Araxá pertencem à bacia hidrográfica do Rio Paranaíba. Possui uma estação de tratamento do tipo convencional que purifica a água bruta. O sistema conta ainda com a utilização de três poços profundos. A água captada é bombeada para um tanque de contato onde recebe cloro e flúor. Com capacidade de produção de 38,2 milhões de litros de água

[7] Este sub-capítulo da dissertação e todos seus itens são baseados na pesquisa documental, em especial no documento: IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável:** Dimensão Ambiental. Araxá, 2008b.

tratada por dia, e reservação de aproximadamente de 12 milhões de litros, o sistema é responsável pelo abastecimento de uma população aproximada de 90.000 habitantes. As residências são responsáveis por 88% da utilização da água, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Fornecimento de água percentual à demanda da cidade de Araxá

Residências	88%
Comércios	4,7%
Indústrias	0,7%
Públicos	1,2%
Unidades Mistas	5,4%
Total	100%

Fonte: IPDSA (2007), a partir de COPASA

O tratamento da água no município é realizado seguindo os seguintes passos:

1- Captação mista – superficial e subterrânea – A água utilizada para o abastecimento do município possui mananciais distintos. Um deles é superficial (rios e/ou represas) que pode sofrer alteração na qualidade de água por uma série de acusas. Neste tipo de captação, a Copasa realiza o tratamento mais adequado, com todas as etapas necessárias para torná-la própria para o consumo. O outro tipo de captação utiliza água de lençóis subterrâneos, através de um conjunto de poços profundos, perfurados e equipados, visando garantir o volume necessário para o abastecimento e, também, preservar a excelente qualidade da água encontrada nesses mananciais. Essa qualidade se deve ao fato de a água, chegar aos reservatórios ou rios subterrâneos, passar por um natural e eficaz processo de filtração.

2- Adução por bombeamento – Dados as condições topográficas da região onde está localizado o ponto de captação, a água é aduzida até a Estação de Tratamento por bombeamento eletromecânico.

3- Oxidação/Metais – Esta etapa consiste na oxidação do ferro e manganês solúveis que se apresentam dissolvidos na água bruta. Para isto, aplica-se cloro ou um produto similar, pois eles tornam estes metais insolúveis na água, permitindo, assim, que eles sejam removidos nas outras etapas de tratamento.

4- Coagulação – A remoção das partículas de sujeira se inicia na unidade de mistura rápida com a aplicação de coagulantes, sulfato de alumínio ou cloreto férrico, que têm o poder de reagir com essas partículas, transformando-as em minúsculos coágulos. Pode ser necessária, ainda nesta fase, a aplicação de cal para o ajuste do pH.

5- Floculação – A água é aqui movimentada em tanques, misturando os coágulos que assim, ficam maiores e mais pesados, formando flocos.

6- Decantação – Os flocos, que ganharam peso na etapa de floculação, aqui, pela ação da força da gravidade, decantam e acumulam-se no fundo dos tanques, separando-se da água.

7- Filtração – A água chega a essa etapa do processo contendo ainda alguma impureza não removida nas etapas anteriores do tratamento. Assim, ela é forçada a passar por filtros especiais para a eliminação das impurezas restantes.

8- Desinfecção – A água já está limpa quando chega a essa etapa. Então ela recebe adição de cloro. Este elimina os germes nocivos à saúde, garantindo também a qualidade da água nas redes de distribuição e nos reservatórios.

9- Correção do pH – A água recebe uma dosagem de cal que corrige seu pH. Isso vai proteger as canalizações das redes de distribuição e domiciliares contra uma possível corrosão.

10- Fluoretação – Esta etapa consiste na aplicação de dosagem de um composto de flúor, que contribui no combate às cáries, principalmente no período de formação dos dentes.

Após os passos acima descritos é preciso verificar a qualidade da água, amostras do ano de 2006 demonstram indicadores dentro dos limites estabelecidos pelo Ministério da Saúde (Tabela 3).

Tabela 3: Qualidade da água no município de Araxá em 2006

Dados referentes ao período de 01/2006 a 12/2006							
Parâmetro	Unidade	Nº de Amostras				Média	Limites da Portario 518 do Ministério da Saúde
		Mínimo	Realizadas	Fora Padrões	Dentro Padrões		
Cloro	Mg/L Cl	919	1146	1	1145	0,86	0,2 a 2
Coliformes Totais*	NMP/100 ml	919	1146	3	1143	98,74%	*
Cor	UH	228	226	0	226	< 2,5	15
Escherichia coli*	NMP/100 ml	765	1146	0	1146	100%	*
Fluoreto	Mg/L F	120	226	19	207	0,76	0,6 a 0,85
pH	-	228	226	0	226	7,38	6 a 9,5
Turbidez	UT	228	226	0	226	0,3	5
* Os valores médios não se aplicam. Referem-se ao percentual de amostras que atendem aos padrões no período, sendo avaliados de acordo com os critérios ao lado.		Coliformes Totais: sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês: ausência em 100 ml em 95% das amostras examinadas. Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês: apenas uma amostra poderá apresentar resultado positivo em 100 ml.					Escherichia coli: Ausência em 100 ml

Fonte: IPDSA (2007), a partir de COPASA

5.2.2 Solo

Atividades com potencial de poluição são responsáveis pela degradação do solo. Nelas incluem-se a mineração, atividades agropecuárias, depósitos, segmentos industriais de produção (pré-moldados, cerâmica, gesso, celulose e papel, e outros), postos de revenda de combustíveis e serviços de saúde.

Na Zona Rural, são apontados como principais problemas: a prática de queimadas (fato que pode ser acentuado com a chegada da cana-de-açúcar), o uso indiscriminado de agrotóxicos; a má conservação dos recursos naturais, das nascentes e especialmente das reservas legais.

Um dos fatores que afetam a qualidade do solo é a produção de resíduos sólidos nas cidades. Como forma de resolver os problemas causados pela destinação inadequada desses

resíduos, Araxá foi escolhida como município piloto em Minas Gerais para o Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU).

O PGIRSU é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais e tem como princípios a gestão participativa e mobilização comunitária, inclusão social, trabalho e renda para segmentos sociais fragilizados, a qualificação e valorização dos trabalhadores, a minimização dos resíduos, a tecnologia apropriada, a destinação final ambientalmente correta e a sustentabilidade econômica, legal, institucional e social.

Este programa é coordenado pelo Centro Mineiro de Referência em Reciclagem (CMRR), com suporte técnico da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA) e a Fundação João Pinheiro.

Em Araxá 99% da população é atendida com a coleta diária do lixo doméstico, além da coleta do total dos resíduos gerados pelos serviços de saúde.

São gerados em média 0,620 kg/hab.dia de resíduos sólidos, o que corresponde a 51 toneladas/dia de lixos domiciliares, comerciais e das diversas atividades de limpeza pública.

Desse total, 25% têm valor agregado que possibilita sua reciclagem, 19% são rejeitos, 48% são matéria orgânica, 3% são entulho da construção civil restando outros 5% classificados como diversos.

Há um potencial de geração de lixos recicláveis estimado em 251 toneladas/mês nos 39 bairros considerados pilotos no plano de coleta seletiva do município. Por enquanto somente 7,03% desse lixo são coletados, representando 17,65 toneladas/mês. O recém concluído aterro sanitário de Araxá tem capacidade para receber 60 toneladas de lixo por dia, constituindo uma vida útil de 20 anos.

5.2.3 Ar

Uma das formas de medir a qualidade do ar é através das Partículas Totais de Suspensão (PTS) que são comparadas com os padrões primários para a média diária e média anual, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), através da Resolução nº 3, de 28/06/1990. Padrões primários de qualidade do ar são concentrações de poluentes que, ultrapassados a média geométrica de 80 µg/m³, poderão afetar a saúde da população, sendo:

Tabela 4: Indicação de qualidade do ar

Qualidade do Ar	PTS (µg/m³)	Níveis de Cautela sobre a saúde
Boa	[0;80]	-
Regular	[81;240]	-
Inadequada	[241;374]	Atenção
Má	[375;624]	Alerta
Péssima	[625;874]	Emergência
Crítica	875 ou mais	Crítica

Fonte: IPDSA (2007), a partir de CONAMA

O material particulado monitorado não é exclusivo das empresas mineradoras, considerando o grande número de fontes móveis e fixas geradoras de efluentes atmosféricos existentes na cidade, como por exemplo, a frota de veículos, as queimadas e os depósitos de areia e material de construção também contribuem para a emissão de material particulado.

Entre 2003 e 2004 em Araxá, as Estações de Monitoramento Ambiental do Barreiro e Sesi/Senai detectaram a concentração das PTS, conforme a tabela 5:

Tabela 5: Qualidade do ar no município de Araxá, a partir das Partículas Totais de Suspensão.

Data da amostragem	Concentração da PTS (µg/m³)		Qualidade do ar
	Barreiro (CB 01)	Sesi/Senai (CB 02)	
1- 25/04/2003	30,88	30,82	Boa
2- 22/05/2003	35,25	35,53	Boa
3- 18/06/2003	44,04	74,24	Boa
4- 15/07/2003	27,59	81,92	Boa CB 01 e Regular CB 02
5- 11/08/2003	94,69	62,18	Regular CB 01 e Boa CB 02
6- 07/09/2003	200,98	97,32	Regular
7- 04/10/2003	24,68	30,58	Boa
8- 31/10/2003	20,45	25,43	Boa
9- 27/11/2003	26,06	16,5	Boa
10- 23/12/2003	21,10	15,75	Boa
11- 20/01/2004	19,3	24,83	Boa
12- 16/02/2004	13,49	17,66	Boa
13- 14/03/2004	17,57	16,99	Boa

Fonte: IPDSA (2007)

5.2.4 Resumo de projetos ambientais desenvolvidos em Araxá-MG

1 - Programa Semeando

É um programa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de Minas Gerais (SENAR MINAS), no qual todas as escolas municipais e algumas estaduais de Araxá fazem parte. O objetivo é de conduzir ações educativas nas escolas para desenvolver o entendimento e a compreensão das relações entre o campo, a cidade e o meio ambiente dentro de um contexto de cidadania e qualidade de vida. O público alvo são os estudantes do Ensino Público Fundamental, urbano e rural, e seus professores. O projeto Arboreto, em parceria com o Centro de Desenvolvimento Ambiental da CBMM, é destaque na Escola Municipal Eunice Weaver onde, numa área de 2.000 m², há uma coleção de árvores para mostruário e estudo de espécies arbóreas do Cerrado brasileiro. O público alvo deste projeto específico contempla a comunidade, alunos e professores da agrovila de Itaipu.

2 - Reserva Ecocerrado Brasil

É uma Unidade de Conservação de Plantas Medicinais do Cerrado e tem como objetivo a defesa, conservação do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento

sustentável, através do desenvolvimento de um programa de estudo e pesquisa em fitoterapia, reconstituição da área de Cerrado com introdução e multiplicação de espécies vulneráveis em processo de extinção, conservação e uso sustentável da flora medicinal, preservação e re-povoamento da fauna e educação ambiental.

3 - Centro de Educação Ambiental da Bunge

Tem como objetivo a difusão da consciência ecológica e valorização das questões ambientais. Contando com a participação de funcionários da empresa em sua estruturação. Caracteriza-se como um patrimônio da região, cuja importância cresce na mesma proporção em que se valorizam as questões ambientais. Essa importância pode ser medida pelo afluxo de aproximadamente 65 mil visitantes ao longo desse período. Algumas atividades desenvolvidas estão voltadas para a função educacional e contabiliza um extenso número de realizações. São cursos de educação ambiental para professores, cursos de extensão, também destinados ao público escolar, e visitas orientadas para alunos. Duas vezes por ano, em janeiro e julho, o local é transformado em colônia de férias ecológicas para filhos de funcionários. A grade de compromissos expande-se com o apoio a ações de caráter ambiental que partem da comunidade, por meio de oficinas e palestras realizadas nos bairros de Araxá.

4 - Centro de Desenvolvimento Ambiental da CBMM

É um complexo integrado por um Criadouro Conservacionista (Portaria nº 139N/93 IBAMA), um Viveiro de Mudas e um Núcleo de Educação Ambiental. Tem como objetivo desenvolver projetos de conservação de fauna e flora. Esses projetos são desenvolvidos desde os anos 80. As atividades desenvolvidas são diversas como a reprodução e pesquisa em cativeiro de animais silvestres do cerrado ameaçados de extinção, produção de mudas para projetos de revegetação, educação ambiental para públicos interno e externo.

5 - Casa do Pequeno Jardineiro

A casa do Pequeno Jardineiro surgiu com o intuito de incluir, na sociedade, o adolescente em situação de risco pessoal e/ou social da cidade de Araxá. Sendo seu principal objetivo capacitar e qualificar os adolescentes para o mercado de trabalho com atividades de jardinagem e ações de educação ambiental. A Casa do Pequeno Jardineiro se baseia no projeto do escritor Ziraldo na cidade de Juiz de Fora. A implantação do Projeto em Araxá ocorreu em janeiro de 2005 por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social, com uma área de 30 mil m2, bem arborizada, com árvores típicas de cerrado. A Casa atende meninos de 14 a 17 anos em risco pessoal e/ou social. As Escolas Municipais selecionam estes jovens que são encaminhados para o Projeto. Um processo seletivo é realizado, já que o número de vagas é limitado. São oferecidas 60 vagas por curso, sendo que o curso tem duração de 6 meses, com 4 horas diárias. Os adolescentes são remunerados em meio salário mínimo e vale transporte, além de receberem um lanche antes de iniciarem suas atividades. Este trabalho propicia ao adolescente muito mais que um ofício, ele proporciona noções de cidadania, desenvolve suas potencialidades para a vida, contribui para sua inserção e permanência na escola e para a melhoria das suas relações sócio-familiares, constrói conhecimentos e valores em relação ao meio ambiente e à qualidade de vida, dentre outros. Na instituição, os adolescentes aprendem desde a produção de mudas nativas e hortaliças, passando pela plantas medicinais e o criadouro de minhocas até a própria jardinagem, com suas técnicas e manejo. Paralelamente a este trabalho com os adolescentes, a Casa do Pequeno Jardineiro também desenvolve atividades de educação ambiental voltadas para alunos de escolas públicas da cidade e grupos de interesse.

6 - Projeto Sala Verde João César Eugênio de Boscoli Rios

Visa constituir um Centro de Informações Ambientais. A perspectiva deste projeto é a de potencializar espaços, estruturas e iniciativas já existentes em diversas instituições, como órgãos públicos (municipais, distritais, estaduais e federais), privados e do terceiro setor que já desempenham papel e realizam ações com a perspectiva de democratização de informações ambientais nas regiões e com os públicos com os quais atuam. A Sala Verde de Araxá tem como objetivo específico de atuação, ser um espaço de referência (fixo e móvel) em educação ambiental, onde a população terá acesso às informações sobre meio ambiente; ser um espaço de articulação, através do desenvolvimento de projetos e ações de transformação sócio-ambiental, troca de experiências e fortalecimento das atividades desenvolvidas nesta área e ser um espaço de disseminação, através da promoção de atividades e eventos educacionais, com foco na preservação e melhoria da qualidade ambiental, bem como através da realização de oficinas, palestras e eventos. Será dedicado ao delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática ambiental, tendo como uma das principais ferramentas a divulgação e a difusão de publicações sobre Meio Ambiente.

5.3 Dimensão Social[8]

Informações demográficas indicam condições sociais, na cidade de Araxá-MG verificou-se as características populacionais, faixa etária, indicadores de violência, desenvolvimento humano, saúde e educação como dados sociais, com intuito de melhor avaliar as políticas para atração de empresas no local.

O elevado crescimento populacional verificado no município é acompanhado pela urbanização, pois nota-se aumento da população urbana e diminuição da população rural de 1950 até 2007 (Tabela 6), com predominância atual de faixa etária entre 10 e 19 anos (Tabela 7).

[8] Este sub-capítulo da dissertação e todos seus itens são baseados na pesquisa documental, em especial no documento: IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável:** Dimensão Social. Araxá, 2008c.

Tabela 6: Evolução Populacional no município de Araxá-MG

Ano	Urbana	Rural	Total	Densidade (Hab./ Km²)	Grau (%) de Urbanização
1950	14.375	4.140	18.515	15,87	77,63
1960	24.041	4.585	28.626	24,53	83,98
1970	31.520	4.156	35.676	30,57	88,35
1980	51.311	2.093	53.404	45,76	96,08
1991	67.972	1.939	69.911	59,91	97,23
1996	72.777	1.429	74.206	63,59	98,07
2000	77.743	1.254	78.997	67,69	97,30
2007	86.764	1.430	87.764	75,21	98,86

Fonte: IBGE (2007).

Tabela 7: Distribuição Etária no município de Araxá-MG

Faixa Etária	Ano 2007	%
0 – 9	14.409	16,61
10 – 19	16.936	19,53
20 – 29	14.453	16,67
30 – 39	13.994	16,14
40 – 49	11.721	13,52
50 – 59	7.134	8,23
60 ou mais	8.066	9,31
Total	86.724	100

Fonte: IBGE (2007).

O crescimento populacional traz consigo também uma piora dos números sobre violência, conforme Tabela adiante que demonstra aumento do número de ocorrências policias em uma história recente.

Tabela 8: Número de anual de ocorrências policiais 2003-2007

Ocorrências Policiais Registradas	2003	2004	2005	2006	2007
Afogamentos	0	5	9	9	10
Armas / Munições	9 / 78	8 / 85	12 / 127	17 / 152	33 / 374
Contravenções	234	237	394	425	772
Crimes contra a Administração Pública	71	102	116	123	100
Crimes contra o consumidor	0	10	10	14	21
Crimes contra os costumes	290	237	394	397	326
Crimes contra a ecologia, fauna e flora	38	77	89	117	60
Crimes contra a fé pública	2	2	11	12	10
Crimes contra o patrimônio	1.737	2.490	2.660	2.817	2.968
Crimes contra a pessoa	1.890	1.768	1.981	1.994	1.843
Crimes de trânsito	298	502	535	721	903
Suicídios consumados / tentativas	2 / 70	1 / 138	3 / 109	5 / 90	7 / 86
Tóxicos e entorpecentes	88	153	96	114	119
Outros crimes	8	30	42	54	42
TOTAL	4.815	5.845	6.588	7.052	7.674

Fonte: IPDSA (2008c) a partir de Polícia Militar.

5.3.1 Desenvolvimento Humano

Vários fatores indicam as condições de desenvolvimento humano de um local, dentre eles pode-se citar a questão da educação, saúde e renda; nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelas Nações Unidas é composto por: expectativa de vida ao nascer, analfabetismo adulto, taxa de escolaridade e renda per-capta.Um resultado acima de 0,8 indica alto índice de desenvolvimento; entre 0,5 e 0,79 médio, e; abaixo de 0,5 baixo índice de desenvolvimento. A Tabela 9 mostra uma comparação do IDH-M de Araxá com o Estado de Minas Gerais, Região Sudeste e o Brasil no ano 2000.

Tabela 9: Comparação entre IDH em Araxá com estado, região e país.

Araxá	0,799
Minas Gerais	0,773
Região Sudeste	0,791
Brasil	0,785

Fonte: IPDSA (2007) a partir de Censo 2000.

O Índice de 0,799 coloca a cidade araxaense na 40ª colocação estadual de um total de 853 municípios, e em 579º lugar de um total de 5564 municípios em todo o país, o que pode ser considerada uma posição privilegiada (conferir IDH MG, Sudeste, Brasil).

Apesar de constituir uma importante ferramenta, existem algumas lacunas não preenchidas pelo IDH, por esse motivo apresentam-se a seguir tópicos sobre educação e saúde no município que consideram outros fatores (item 5.3.2 e 5.3.3).

5.3.2 Educação

A Rede Municipal de Ensino de Araxá conta 29 escolas, sendo 5 na zona rural. Entre estas, 11 atendem a educação infantil e 14 atendem a educação infantil mais o Ensino fundamental. Com o atendimento sócio-educativo, incluindo-se alfabetização, ensino fundamental e médio, existem 278 alunos distribuídos em 8 salas nos diversos bairros da cidade.

O município é servido por escolas públicas (29 municipais, 15 estaduais e uma escola federal), além de 9 escolas privadas e 10 conveniadas. A estrutura de ensino é suficiente para a demanda atual, atendendo no ano 2007 um total de 28.603 alunos.

Os resultados da Prova Brasil em 2007 para o Ensino Fundamental mostram um bom resultado no município de Araxá, em comparação com a média nacional e com as metas do Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Ver Tabela 10.

Tabela 10: Comparação entre IDEB em Araxá com nota do Brasil e a meta em 2007

	Anos Inicias	**Anos Finais**
Meta	3,9	3,5
Brasil	4,2	3,8
Araxá	5,2	4,0

Fonte: IPDSA (2008c) a partir de Ministério da educação.

Na rede de ensino superior a cidade conta com Centro Federal de Ensino Tecnológico (Cefet) oferecendo o curso de Engenharia de Automação Industrial; uma unidade da Universidade Norte do Paraná oferecendo os cursos de Normal Superior, Pedagogia, Administração e Serviço Social; além do Centro Universitário do Planalto de Araxá (Uniaraxá) que oferece os cursos de graduação em: Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Fisioterapia, Letras, Pedagogia, Sistemas de Informação e Turismo.

Em 2007 a distribuição de alunos matriculados entre os níveis de ensino é apresentada conforme a Tabela 11.

Tabela 11: Matriculados por nível de ensino em 2007

Tipo de ensino	Número de matriculados	Percentual (%)
Educação Especial	420	1,47
Educação Infantil	4299	15,03
Ensino Fundamental (Introdução a fase IV)	7422	25,95
Ensino Fundamental (5ª a 8ª)	6568	22,96
Educação de Jovens e Adultos	758	2,65
Ensino Médio	5336	18,66
Ensino Superior	3212	11,23
Outros	588	2,06
Total	28603	100

Fonte: IPDSA (2008c).

5.3.3 Saúde

Algumas características da saúde de um local dizem respeito a alguns dados disponíveis como o número de médicos por habitante (Tabela 12), número leitos por habitante (Tabela 13), mortalidade infantil (Tabela 14) e mortalidade (Tabela 15).

Tabela 12: Relação médicos por habitantes – Araxá, Minas Gerais e Brasil

	Ano: 2000	Ano: 2007
Araxá	1 : 755	1 : 594
Minas Gerais	1 : 817	1 : 561
Brasil	1 : 844	1 : 553

Fonte: IPDSA (2008c) a partir de Conselho Federal de Medicina.

Ressalta-se que no ano 2000 o município de Araxá aparece em boa situação perante o estado e o país, já em 2007 este cenário muda e o município fica abaixo das médias estadual e nacional.

Tabela 13: Relação leitos por cada mil habitantes – Araxá, Minas Gerais e Brasil

	Ano: 2000	Ano: 2007
Araxá	4,3	3,94
Minas Gerais	3,9	2,46
Brasil	3,7	4,22

Fonte: IPDSA (2008c) a partir de Ministério da Saúde.

Apesar de o município apresentar uma maior quantidade de leitos por habitantes do que o estado de Minas Gerais, a Organização Mundial de Saúde recomenda 5 leitos para cada mil habitantes, demonstrando que tanto o município quanto o estado e o país ainda precisam melhorar esse aspecto.

Tabela 14: Evolução da mortalidade infantil por mil nascidos no município de Araxá

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Araxá	20,8	18,78	21,8	16,9	8,7	10,3	5,6	5,6

Fonte: IPDSA (2008c) a partir de Secretaria Municipal de Saúde.

Nota-se que a mortalidade infantil cai gradualmente na cidade araxaense, o que representa um bom resultado, já o número total de mortalidade em todas as idades apresenta certa estabilidade entre os anos de 2002 a 2007, conforme a tabela a seguir.

Tabela 15: Causas de mortalidade no município de Araxá 2002-2007

Causa de Mortalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Doenças do aparelho circulatório	164	129	217	142	138	175
Doenças do aparelho respiratório	79	63	98	83	59	74
Sinais e achados anormais clínico e laboratorial	84	58	96	60	57	74
Neoplasias	32	39	45	45	50	37
Causas Externas	34	44	25	42	30	24
Doenças do aparelho digestivo	25	21	32	28	29	29
Doenças nutricionais e metabólicas	22	12	16	33	27	22
Doenças do aparelho geniturinário	9	5	16	22	17	14
Transtornos Mentais e Comportamentais	3	2	7	10	10	12
Outros	65	41	67	71	60	55
TOTAL	517	414	619	536	477	516

Fonte: IPDSA (2008c) a partir de Datasus.

5.4 Dimensão Econômica[9]

As características econômicas de uma região levam em conta o produto interno e sua evolução ao longo do tempo, comparando ainda a evolução do PIB no estado e no país a partir do ano de 2002, período onde as políticas para atração de empresas começam a ter impacto na cidade de Araxá; outro fator de relevância é a questão do emprego.

[9] Este sub-capítulo da dissertação e todos seus itens são baseados na pesquisa documental, em especial no documento: IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável:** Dimensão Econômica. Araxá, 2008d.

Entre 1991 e 2000, a população economicamente ativa cresceu de 29.922 pessoas para 41.552, (Tabela 16). Já a evolução de empregos formais (Tabela 17) em Araxá entre 2001 e 2007 cresceu 34,62%, mais do que do que o crescimento do emprego em Minas Gerais (32,79%) e no Brasil (31,41%).

Tabela 16: População Economicamente Ativa em Araxá

Setor	Número de pessoas					
	1991	%	1996	%	2000	%
Agropecuária	3.844	12,74	4.281	11,59	4.247	10,22
Industrial	9.761	32,62	11.380	30,81	10.816	26,03
Comércio de mercadorias	3.114	10,41	4.801	13,00	6.096	14,67
Transporte Comunicação e Armazenagem	1.295	4,33	1.661	4,50	2.938	7,07
Outros serviços	11.908	39,80	14.810	40,10	17.455	42,01
TOTAL	29.922	100	36.933	100	41.552	100

Fonte: IPDSA (2008d) a partir de Fundação João Pinheiro.

Tabela 17: Evolução do Emprego Formal 2001-2007 (comparação Araxá/Minas Gerais/Brasil)

ARAXÁ								
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
ADM*	8.566	7.516	7.712	10.637	10.291	10.321	10.697	65.740
DES	7.836	7.175	6.820	8.806	9.986	10.426	882	60.864
SALDO	730	341	892	1.831	305	-105	882	4.876
VAR (%)	**5,75**	**2,82**	**6,73**	**12,76**	**1,85**	**-0,63**	**5,34**	**34,62**
MINAS GERAIS								
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
ADM	1.284.887	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	10.395.131
DES	1.253.526	1.180.740	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	9.541.350
SALDO	31.361	95.416	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	853.781
VAR (%)	**1,34**	**4,26**	**3,15**	**7,04**	**5,94**	**5,43**	**5,63**	**32,79**
BRASIL								
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
ADM	10.351.643	9.812.379	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	80.621.300
DES	9.760.564	9.049.965	9.163.910	9.773.220	10.925.020	11.602.463	12.723.897	72.999.039
SALDO	591.079	762.414	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	7.622.261
VAR (%)	**2,72**	**3,59**	**2,89**	**6,55**	**5,09**	**4,72**	**5,85**	**31,41**

ADM – Admissão / DES – Desligamento / VAR (%) = Variação Percentual do saldo em relação à População Empregada

Fonte: IPDSA (2008d) a partir de Ministério do Trabalho e Emprego.

A evolução PIB deu-se conforme Tabela a seguir na cidade de Araxá, em Minas Gerais e no Brasil, onde se nota maior evolução no país em comparação ao estado e a cidade;

no entanto, o PIB por habitante continua maior na cidade de Araxá com R$ 14.793 contra R$ 11.028 em Minas Gerais e R$ 12.688 no Brasil.

Tabela 18: Evolução do PIB 2002-2006 (comparação Araxá/Minas Gerais/Brasil)

Local	Ano	PIB	VAR (%)	PIB/Hab (R$)	VAR (%)
Araxá	2002	844 565	-	10 349	-
	2003	1 047 359	24,01	12 675	22,48
	2004	1 285 461	22,73	15 365	21,22
	2005	1 145 270	- 10,91	13 523	- 11,99
	2006	1 267 975	10,71	14 793	9,39
Variação 2002-2006			+ 50,13%		+ 42,94%
Minas Gerais	2002	127 782 910	-	6 904	-
	2003	148 822 788	16,47	7 937	14,96
	2004	177 324 816	19,15	9336	17,63
	2005	192 639 256	8,64	10 014	7,26
	2006	214 813 511	11,51	11 028	10,13
Variação 2002-2006			+ 68,11%		+ 59,73%
Brasil	2002	1,321 trilhões	-	7 567	-
	2003	1,699 trilhões	28,61	9 498	25,52
	2004	1,941 trilhões	14,24	10 692	12,57
	2005	2,147 trilhões	10,61	11 658	9,03
	2006	2,369 trilhões	10,34	12 688	8,84
Variação 2002-2006			+ 79,33%		+ 67,68 %

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de IBGE (2008).

5.5 Aspectos contemporâneos e potencialidades[10]

Cidade do calendário turístico brasileiro, Araxá encontra-se a 997 metros de altitude e a 365 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte. Na microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com 1.166 Km² de área, o município explora suas águas medicinais, fabrica sabonetes e cremes para a pele e possui um dos mais ricos artesanatos e tradição em doces da região. O município é considerado um pólo da Micro-região do Planalto de Araxá e do Alto Paranaíba, com suas famosas águas termais, radioativas e sulfurosas para fins terapêuticos e medicinais.

As atividades econômicas predominantes na região estão ligadas à indústria de:

[10] Este sub-capítulo da dissertação é baseado na pesquisa documental, em especial no documento: IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Araxá, 2007.

- ✓ Mineração - Águas sulfurosas e radioativas, apatita e o nióbio resultante do aproveitamento do mineral denominado pirocloro são os principais atrativos para a mineração do local; o minério da apatita através de avançada tecnologia de beneficiamento da BUNGE Fertilizantes é transformado em fertilizantes que abastecem grande parte da agricultura brasileira; a cidade possui também a maior reserva de nióbio conhecida do mundo, cuja extração e metalurgia são realizadas pela Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM.
- ✓ Turismo - Araxá fortaleceu-se como Pólo Turístico na década de 40, com a inauguração do Complexo Termal, hoje conjunto arquitetônico tombado pelo Governo Mineiro - Grande Hotel e Balneário - ocorrida em abril de 1944. Araxá guarda o título de uma das mais completas Estâncias Hidroclimáticas do país. Suas águas, utilizadas nos tratamentos de saúde, são indicadas para distúrbios funcionais do estômago, intestino, fígado e prisão de ventre. Há também o famoso banho de lama. Excelente para reumatismo, artrites e infecções da pele.
- ✓ Agropecuária - O município possui 1.184 propriedades rurais, ocupando uma área de 112.950 ha, envolvendo pivô, campo rupestre, reflorestamento, corpos d'agua, agricultura, mata, pastagem, cerrado e campo limpo, sendo que 68,74 % são pequenas propriedades. As principais culturas da região são de milho, soja e batata. Já a bovinocultura, representa a principal atividade do município com um rebanho direcionado para a produção de leite; o rebanho total em 2007 de 71.000 cabeças ocupou uma área de pastagem de 53.933 ha. A boa condição climática e topográfica são fatores que favorecem a atividade;
- ✓ Comércio e Serviços - O comércio de Araxá é bastante dinâmico, estando em pleno processo de desenvolvimento. Os araxaenses têm à sua disposição um

> setor comercial bem diversificado que atende não somente à população local, mas também residentes de algumas cidades próximas; o Setor de Serviços que é bastante desenvolvido proporciona um grande número de unidades nas mais variadas áreas de atuação, sendo também o maior gerador de emprego e renda.

Araxá tem localização privilegiada próxima a cidades importantes e grandes centros; com boa infra-estrutura de transporte contando com as rodovias: BR 262 e 452 com 050, 153, 462 e 365 além da MGT 146 com BR 146 e a MG 428 com SP 334. Além disso, a cidade é atendida pela Ferrovia Centro-Atlântica responsável pela operação de uma malha com 7.840 km de linhas e abrange sete estados – Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia, São Paulo e Distrito Federal. O ramal que serve a cidade de Araxá permite, portanto, o escoamento da produção para os principais portos do país.

O município possui o Aeroporto Romeu Zema, a pista de pouso e decolagem é de 1.960 x 30m. O aeroporto recebe aeronaves de grande porte, inclusive em vôos noturnos. É atendido, através da TRIP Linhas Aéreas**,** com vôos comerciais diários, interligando Araxá ao aeroporto da Pampulha em Belo Horizonte, Uberlândia, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto e Brasília. Os vôos com conexão em Uberlândia podem ser realizados com as empresas Tam ou Gol para todas as cidades com aeroportos no Brasil.

6. ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA ATRAÇÃO DE EMPRESAS EM ARAXÁ-MG

O estudo do conteúdo das políticas (*study of policy content*), neste caso aplicado às políticas para atração de empresas em Araxá-MG, busca descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de tais políticas. Sendo assim, as políticas partiram de uma necessidade do local aliada a uma boa localização geográfica, potencialidade do município previamente detectada. Essa vontade política e da sociedade em atrair empresas para a cidade se inicia com a instituição de uma Lei.

A primeira Lei no município de Araxá que estabeleceu incentivos para empresas que se instalassem na cidade é a 3.325/1997 que isentava de IPTU por 10 anos e descontava o ISS em 50% para todas as empresas que se fixassem no distrito industrial, e cobrava apenas o cumprimento das obrigações tributárias, fiscais, trabalhistas e previdenciárias (ANEXO A). Entre o período de 2001 a 2008, tal legislação é substituída três vezes (ANEXOS B, C e D), culminando na Lei 5.337/2008 (ANEXO E), de modo a exigir cada vez mais contrapartidas das empresas e estender a gama de beneficiados para as instituições que se instalarem também no micro-distrito e para todas aquelas que ampliarem suas instalações não sofreram o acréscimo de IPTU sobre tal avanço.

De acordo com a Lei 5.337/2008, o município de Araxá concede algumas vantagens à implantação de empresas na cidade, tanto em seu Distrito Industrial, quanto nos Micro-Distritos ou fora deles; o aspecto notável destes incentivos é que a Lei vincula esse procedimento ao aumento de produção e à quantidade de empregos gerados pela organização conforme artigo 7º da lei citada: “As isenções de trata esta Lei [...] abrangem também, empresas localizadas no Distrito Industrial, e que, até 31 de dezembro de 2008, aumentarem, tanto a sua produção, quanto a oferta de postos de trabalho, observados os seguintes percentuais” (ARAXÁ, 2008, p. 2).

Assim, dependendo do aumento na produção e da geração de postos de trabalho os incentivos podem chegar a:

- ✓ Doação de lotes ou áreas adequadas, com serviços de terraplenagem;
- ✓ Isenção de IPTU e 50% do ISS por no máximo 10 anos;
- ✓ Apoio político e administrativo nas esferas governamentais;
- ✓ Preparação da infra-estrutura básica necessária.

O principal avanço na legislação trata da implementação do Programa de Desenvolvimento Econômico dos Distritos Industriais (PRODEDI) que condiciona, no artigo 5º da Lei 5.337/2008, os benefícios a:

> "I. à adesão a programas implementados pelo Município relacionados à geração de postos de trabalho;
> II. a fazer doação, anual ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no limite máximo estabelecido pela legislação federal;
> III. ao pagamento tempestivo das obrigações tributárias" (ARAXÁ, 2008, p. 2).

Vale ressaltar que tais benefícios e exigências foram ampliando com o advento das Leis: 3.799/2001, 4.565/2005 e 4.811/2006, demonstrando a preocupação do poder público com a geração de emprego e renda e com outras áreas da dimensão social do desenvolvimento como a área de crianças e adolescentes e iniciando uma melhora indireta nos aspectos político-institucionais do município com visando fortalecer o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

O estudo do processo das políticas (*study of policy process*) avalia os estágios das políticas, e, em entrevistas realizadas procurou-se também verificar tais estágios de acordo com os critérios propostos para avaliação.

6.1 Análise econômica e de finanças municipais

O desenvolvimento da política é efetivo se a mesma considerar, entre oportunidades e ameaças, da economia local, as relações diretas e indiretas das novas instituições com o

empresariado local (BUARQUE, 2004); e não comprometer a arrecadação financeira do município. Esta descrição como critério para análise é embasada no referencial teórico, especialmente nos item 2.3.1, 2.4 e 3.4 desta dissertação.

Para efeito de análise os benefícios econômicos diretos são difíceis de serem detectados, a evolução do PIB do município em comparação com o estado e com o país poderiam servir de parâmetro, mas a política para atração de empresas influencia muito pouco em tal dado que sofre fortes influências de outras variáveis.

Sendo assim, os benefícios econômicos indiretos das políticas de atração de empresas neste caso são os mais fáceis de serem notados devido o efeito multiplicador das atividades empresariais em relação ao empresariado local visto no item 2.4, confirmado na entrevista com empresário beneficiado diretamente pela política quando perguntado se a empresa comprava produtos ou serviços de outras empresas da cidade (APÊNDICE C): "***Sim, dentro do próprio distrito industrial todo o sistema de ajuda mecânica, principalmente na manutenção, mecânica e construções, hidráulicas, elétricas, são todas compradas dentro da cidade de Araxá***".

Na entrevista com empresário local detectou-se que benefícios dados a uma empresa para instalação na cidade impactaram positivamente em um negócio local; o próprio entrevistado disse que em seu empreendimento cerca de 3% do faturamento é oriundo de uma instituição agraciada pelas políticas de atração de empresas e completa: "***mas a gente já está começando a atender ele externamente, ele compra aqui e fatura pra outras lojas de Patrocínio e Patos de Minas***". Todavia o mesmo salientou "***É um bom comprador, mas todo cliente eu trato da mesma forma, eu não tenho nenhum diferencial de cliente***" (ver APÊNDICE D).

Para alguns especialistas, muitas vezes, o fortalecimento de uma economia regional se dá através de arranjos produtivos ou sistemas produtivos locais. Entre 2001 e 2008, em Araxá,

não foi detectado nenhum apoio ou incentivo nesta direção, portanto, trata-se de algo preocupante pelo não desenvolvimento de novos potenciais e vocações locais. No entanto o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Parcerias do período explicou: "***Fomos adeptos da diversificação da economia, para que a cidade não fosse refém de crises setoriais***"; demonstrando uma visão um pouco diferente, tendo em vista que as duas políticas podem ser trabalhadas concomitantemente.

Sobre o comprometimento da arrecadação municipal com sucessivos descontos de ISS e IPTU, dois bons aspectos das políticas são notados de maneira positiva:

1) Elas vinculam o desconto de ISS ao aumento de produção, então as empresas só ganham o benefício se gerarem mais impostos, não comprometendo tal arrecadação.

2) Elas limitam em 10 anos a isenção de IPTU, o que não prejudica no longo prazo, restando analisar no curto prazo, ou seja, atualmente, se a arrecadação vem aumentando.

Esta avaliação é feita através de análise da Tabela 19. Destaca-se que o IPTU e o ISS deveriam sofrer fortes impactos, com a isenção fiscal dos mesmos para algumas empresas, entretanto ambos seguem a tendência geral e continuam gerando cada vez mais arrecadação. Inclusive, o ISS cresce percentualmente após o ano 2000, ao contrário do IPTU, que sofre ligeiro decréscimo percentual em relação à arrecadação total.

Mais interessante notar a evolução o índice de participação de ICMS como transferência para o município entre 2000 (período anterior ao analisado) e 2009 (atual) com base no mês de março de cada ano, que comprovam a evolução das atividades empresariais na cidade conforme Tabela 20.

Tabela 19: Principais Receitas Orçamentárias de Araxá, 2000, 2004 e 2007

Descrição	Ano 2000 (R$)	%	Ano 2004 (R$)	%	Ano 2007 (R$)	%
Transf. ICMS	13.776.940,39	36,76	29.782.369,95	40,01	37.073.348,10	35,34
FPM	5.650.425,12	15,07	10.037.067,04	13,48	16.122.489,65	15,36
Transf. Fundef	637.053,46	1,70	4.379.188,23	5,88	7.735.936,46	7,37
Transf.Convênios	2.196.713,50	5,87	261.067,66	0,35	3.158.742,39	3,01
ISS	1.722.106,81	4,59	3.834.113,27	5,15	5.298.794,32	5,05
Transf. IPVA	1.795.577,05	4,79	3.309.443,19	4,44	5.624.490,58	5,36
Taxas Diversas	1.745.060,74	4,65	1.058.368,41	1,42	1.336.094,14	1,27
IPTU	1.454.448,20	3,88	2.260.368,36	3,03	3.120.073,22	2,97
Juros diversos	109.421,11	0,29	335.930,87	0,45	0,00	0,00
Transf. IPI	510.439,84	1,36	552.803,70	0,74	955.423,33	0,91
ITBI	431.566,33	1,15	752.335,92	1,01	1.153.687,56	1,10
Outras receitas	7.450.774,54	19,89	17.900.381,12	24,04	23.362.217,27	22,26
TOTAL	**37.480.529,09**	**100**	**74.463.437,72**	**100**	**104.941.297,02**	**100**

Fonte: IPDSA (2008d), a partir de Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Tabela 20: Índice de participação ICMS 2000-2009 em Araxá-MG (referência março)

ANOS	ÍNDICE
2.000	0,72749056
2.001	0,84658498
2.002	0,84303045
2.003	0,81338205
2.004	0,89684112
2.005	0,91700102
2.006	0,85228779
2.007	0,76561798
2.008	0,73885198
2.009	0,92030025

Fonte: Baseado em Secretaria de Fazenda do Estado (MINAS GERAIS, 2009).

Assim, de um modo geral não há motivos aparentes de preocupação com relação às receitas orçamentárias do município, pelo contrário a arrecadação adquire ganhos ao longo do tempo.

6.2 Análise social

De acordo com estudo realizado no referencial teórico, mais especificamente itens 2.3.2, 2.4 e 3.4, as políticas para atração podem ser consideradas efetivas se apoiarem a geração e as relações de emprego e renda, além de considerarem a cultura, os fatores históricos do município e outras áreas do desenvolvimento e direitos humanos (BUARQUE, 2004).

Sobre a contribuição com emprego e renda, existe uma dificuldade metodológica em mensurar a influência das políticas para atração de empresas nesse aspecto, mas é certo que novas empresas geram novos postos de trabalho, fator confirmado pela Tabela 17 do item 5.4 desta dissertação no qual, entre 2001 e 2007 a cidade de Araxá melhorou a situação de admissão em relação à demissão em 34,62% ao passo que o estado de Minas Gerais melhorou 32,79% e o Brasil em 31,41%. Em entrevista realizada com empresário beneficiado pelas políticas, o mesmo afirmou sobre os seus 162 funcionários: "***Eu creio que noventa por cento ou mais são da cidade de Araxá. Existe uma escola de treinamento dentro da indústria, onde são formados os multiplicadores***" (APÊNDICE C).

Em entrevista realizada com funcionário público de carreira, em uma visão mais imparcial há uma melhora notada sobre as políticas para atração de empresas no que tange à geração de novos postos de trabalho: "***pude perceber que houve um grande avanço na instalação de empresas em nosso município e na geração de empregos***" (APÊNDICE E).

Existe ainda uma preocupação evidente do poder público com a geração de emprego, o ex-secretário municipal da área cita "***Fazíamos sempre uma avaliação da relação***

investimento/benefício, ou seja, analisávamos o quanto de impostos e de empregos a empresa geraria para a cidade. O apoio da cidade era, no máximo, igual a dois anos de tempo de retorno" (APÊNDICE B). Esta relação de custo/benefício para instalação de empresas é fortemente indicada no referencial teórico, e de 2001 a 2008 foi realizado em Araxá-MG, porém de forma ainda bastante incipiente, pois este estudo não foi claramente formalizado, fato também confirmado pelo ex-prefeito em conversa informal.

Segundo o ex-prefeito municipal "***com uma política pró-ativa e dentro de um princípio de que a Prefeitura não gerava empregos, mas podia muito facilitar os investimentos, caso assim quisesse, diante disso, fizemos o start, o começo no impulsionamento da economia local, preocupados principalmente com a questão da diversificação do nosso pólo econômico, tudo feito de forma gradual e sustentável***" (APÊNDICE A). Portanto, um dos aspectos sociais, com relação à geração de emprego e renda é vista de maneira positiva, ou seja, as políticas para atração de empresas na cidade vislumbraram tal necessidade apesar de detectar uma ótica econômica muito forte pelo chefe do poder público, talvez pela sua formação como economista: "***Se você consegue fazer com que a cidade se desenvolva economicamente, o resultado de imediato é de natureza social***" (APÊNDICE A).

Essa visão é detectada também em entrevista com funcionário público "***Bom, como eu atuei, nesse período todo que eu estou na prefeitura em outras áreas que seja do desenvolvimento econômico***" (APÊNDICE E).

Sobre a manutenção da história e cultura regional a visão do chefe do poder público entre 2001 e 2008 é clara: "***Digo sempre, que as cidades de porte médio como Araxá, se tiver respeitada as estruturas de desenvolvimento implantadas, garantirá para seu povo e para todos, algo essencial na vida do homem que é a qualidade de vida***" (APÊNDICE A). Além disso, a preocupação com outras áreas do desenvolvimento e de direitos humanos fica

evidente, conforme APÊNDICE A "***A palavra desenvolvimento ela é muito abrangente, posso afirmar que o meio mais curto de alcançá-lo é com a participação comunitária; nesse aspecto contamos com o envolvimento dos segmentos empresariais na implantação de políticas públicas***". Tal cuidado é expresso na lei, quando a municipalidade exige dos empreendimentos doações nos valores máximos para o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, uma dificuldade percebida na cidade, pois as empresas dificilmente se preocupavam com este Fundo; uma inovação em termos de políticas para atração de empresas, considerar além da história e cultura, uma necessidade do município.

6.3 Análise ambiental

O desenvolvimento da política será considerado efetivo se contemplar em sua aplicação a exigência de estudos ambientais para a implantação de empresas conforme revisado no item 2.3.3, e essas exigências são confirmadas pelo empresário quando perguntado se a prefeitura exigia estudos ambientais o entrevistado respondeu: "***Foi uma das primeiras coisas questionadas pela prefeitura; se a empresa era ou não contaminante***" (APÊNDICE C).

O ex-secretário também se manifestou em respeito ao assunto, citando "***Olha, este era sempre o primeiro passo; o empreendedor deveria apresentar um projeto de impacto ambiental à Feam e Prefeitura. Somente após a liberação destes órgãos é que fazíamos a documentação de doação de área***". No entanto o mesmo fez questão de frisar que "***As poucas reclamações foram com relação a ruídos e odores que algumas indústrias produziram no início***" (APÊNDICE B).

Os dados ambientais do município apresentados nesta dissertação no item 5.2 não demonstraram anormalidades em relação à poluição, em especial nos graus de Partículas Totais de Suspensão. Porém, sabe-se que mesmo com os cuidados básicos, muitas vezes a

atividade industrial gera impactos negativos, por isso quando se trata de aspectos ambientais o cuidado deve ser permanente, com avaliações e fiscalizações rigorosas e programadas, não apenas para a instalação das empresas, mas também no decorrer dessas atividades.

Assim, a análise acerca da dimensão ambiental referente às políticas para atração de empresas é positiva no que tange a instalação das empresas, mas é falha na manutenção da fiscalização, até mesmo por dificuldades institucionais, citando como exemplo a situação de odor emitido por algumas indústrias. Recomenda-se a reestruturação dos órgãos atuais, principalmente em outras esferas governamentais, para repreender com maior força ações que prejudicam o ambiente.

Por isso, dentro da razoabilidade, e por considerar a fiscalização um problema global, para a atração de empresas no município de Araxá, as exigências ambientais foram bastante rigorosas e positivas; também chamadas de políticas restritivas pode-se considerar que o município reforçou a necessidade de estudos ligados à localização e impacto ambiental gerado pela atividade econômica pertinente, considerando aspectos legais.

6.4 Análise política e institucional

As políticas serão consideradas eficazes se agregarem outras várias políticas de desenvolvimento dentro da gestão municipal, inclusive a capacidade de infra-estrutura e oferta de serviços públicos de qualidade, compondo uma força estratégica maior e ouvindo a população em questões que a afetam (ZAPATA et al, 2001); temas analisados no referencial teórico no item 2.3.2 e em particular durante todo o capítulo 3.

Em linhas gerais, a visão política da administração contemplou tanto aspectos vantajosos quanto desvantajosos, pois considerou: "***Logicamente que para o gestor público sempre fica o desejo de ter querido fazer mais. Acredito, dentro de uma auto-crítica, que poderíamos ter avançado mais com políticas macro de fortalecimento dos setores de***

prestação dos serviços públicos, já que as demandas são sempre crescentes, isto passa inclusive pela necessidade da construção de um centro administrativo, visando otimizar a ação de governo do ponto de vista de atendimento à população. No mais, algumas questões pontuais que o tempo não permitiu realizar" (APÊNDICE A).

Entretanto, especificamente sobre as políticas para atração de empresas em relação aos aspectos políticos de ouvir a comunidade, institucionais e de infra-estrutura o sentimento é de melhora para todos os entrevistados:

"[...]***Sem qualquer receio de errar, as políticas públicas voltadas ao incremento da economia local foram boas e geraram bons resultados [...] Em muitas situações fizemos o que foi priorizado pela população, tivemos uma abertura muito grande com a comunidade e seus segmentos, sem pressão [...] quando assumimos a prefeitura havíamos aproximadamente doze empresas instaladas, hoje são mais de trinta [...]***" (APÊNDICE A).

"***[...] Em nossa gestão, fizemos dois micro-distritos, melhoramos as condições de saneamento básico nas áreas, linhas de ônibus e incluímos em leis várias exigências aos empreendedores como contrapartida aos incentivos fiscais de forma gradativa para não gerar futuros problemas ao município [...]***" (APÊNDICE B).

"***[...] Araxá já contemplava um distrito industrial com uma infra-estrutura bastante adequada já com instalação de rede de água potável, asfalto, iluminação, facilidade de acessos, linhas para transportes coletivos, então isso facilitou muito a implantação do projeto [..] Foi, foi uma excelente decisão [...]***" (APÊNDICE C)

"***[...] Foram feitas muitas ações, a gestão passada fez, essa gestão agora é muito nova muito recente, não deu tempo deles faze nada ainda, mas a gestão passada fez muita coisa: O prefeito se empenhou em reabrir o Grande Hotel, as termas, começou a girar o turismo, mas Araxá ainda ta bem aquém do potencial de turismo dela [...]***" (APÊNDICE D)

"***[...] É, eu, a não ser a gestão dois mil e um a dois mil e oito, eu peguei o final da gestão anterior como funcionário né, como cidadão e como araxaense eu moro aqui desde que nasci, mas eu acho que a diferença foi realmente o incremento, o investimento do poder público de uma maneira mais forte nessa questão do incentivo ao distrito industrial e na atração de novas empresas para a nossa cidade [...] Eu analiso como muito boas as condições porque os últimos governos, principalmente de dois mil e um a dois mil e oito, investiram bastante na infra-estrutura tanto dos distritos industrias como da própria cidade e do município em si, então eu acredito que Araxá se encontra num ótimo estágio para atrair novos investimentos [...]***" (APÊNDICE E).

Vale reforçar aqui, a inovação das políticas para atração de empresas na cidade, buscando apoiar instituições municipais que vinham tendo fraca atuação como na área de infância e juventude, pois conforme o Estatuo da Criança e do Adolescente em seu art. 90 (BRASIL, 1990) um bom sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente em um município deve contar com organizações e serviços para: (a) Orientação e apoio sócio familiar; (b) Apoio Sócio-educativo em meio aberto; (c) Colocação familiar; (d) Abrigo; (e) Opção para liberdade assistida; (f) Opção para semi-liberdade; (g) Internação.

Destas opções, o município conta com entidades ou serviços funcionando de acordo com o previsto em estatuto para todos os gêneros de crianças e adolescentes apenas do item "b".

Possui ainda instituições funcionando com parcial eficácia ou eficiência insípida em organizações dos itens "a", "c" e "g",

E não possui nenhuma entidade ou serviços para assistir crianças e adolescentes em relação aos itens "e" e "f", além do item "d" para o caso de adolescentes do sexo masculino.

Desse modo as políticas para atração de empresas do município vislumbraram essa necessidade e instituíram em lei às empresas que desejassem se instalar na cidade: "fazer

doação, anual ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do montante legalmente dedutível do Imposto de Renda devido pela pessoa jurídica" (ARAXÁ, 2006, p.1). Isso é um grande diferencial em termos político-institucionais.

Daí a importância das políticas públicas em considerar particularidades de cada região. Em qualquer local, pode-se utilizar de tais ferramentas, vinculando em leis relacionadas à atração de empresas o incentivo dos empreendimentos às necessidades locais mesmo que em outras áreas do desenvolvimento.

Em outra ponta, sobre as condições político-institucionais de apoio socioeconômico, a capacidade para o fortalecimento das políticas de atração de empresas precisa estar amparada em instituições voltadas ao incremento socioeconômico, sejam governamentais ou não; e Araxá conta hoje com estruturas nessa área elencadas de 6.4.1 a 6.4.6.

6.4.1 Associação de crédito popular de Araxá – Banco do povo

O Banco do Povo é uma parceria entre Sebrae, Prefeitura Municipal, Associação Comercial e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O município, através desta associação civil, não governamental, sem fins lucrativos, promove a concessão de crédito ágil e adequado à consolidação de micros e pequenos empreendimentos, formais e informais, individual ou associado, visando á criação ou a expansão da atividade econômica do município de Araxá.

6.4.2 FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

O Sistema FIEMG trabalha em conjunto com suas instituições para promover e estimular o desenvolvimento da indústria de Minas.

Em Araxá o Sistema Fiemg conta com uma unidade do Serviço Social da Indústria (SESI) e uma unidade do Serviço nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para atender ao trabalhador da indústria e à comunidade em geral.

O SESI tem como meta a transformação do trabalho em qualidade de vida, oferecendo serviços na área de educação, cultura, saúde, ação social, esporte e lazer e desenvolvimento empresarial, através de cursos de educação básica, qualificação e aperfeiçoamento, programas de esportes e culturais, ações voltadas para o bem-estar social, programas de segurança no trabalho e assistência odontológica.

O SENAI tem como objetivo transformar o trabalho em profissão e oferece às empresas serviços técnicos e tecnológicos que ampliam a produtividade e competitividade visando a melhoria da qualidade de seus produtos e processos.

Através da articulação e interlocução permanente com os setores produtivo e acadêmico, disponibiliza produtos e serviços tecnológicos sob medida para as necessidades das empresas.

6.4.3 CAMI – Centro de Apoio a Micro-Empresas e Informais

Por iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Parcerias, o município possui o CAMI, que através de uma parceria entre a Prefeitura, a Associação comercial e o Sebrae, presta às micro e pequenas empresas serviços de informação, orientação e atendimento nas áreas de treinamentos, eventos, consultoria de apoio, comércio exterior, assessoria jurídica (trabalhista e tributária), produtividade e qualidade, assessoria tecnológica, marcas e patentes, registro de empresas (criação e montagem/legalização) e informações de cadastro de recursos humanos (consultores), dentre outros, objetivando a geração de emprego e aumento da renda.

6.4.4 CAT – Centro de Apoio ao Trabalhador

O município possui o CAT – Centro de Apoio ao Trabalhador, que juntamente ao Sistema Nacional de Emprego - SINE, oferece aos trabalhadores e empregadores, total apoio nas áreas de intermediação de mão-de-obra, recrutamento e seleção, fornecimento de carteira de trabalho, requerimento do seguro-desemprego, cursos de qualificação profissional e fornecimento de dados sobre o mercado de trabalho. Com serviços totalmente informatizados e interligados em âmbito nacional, tem por objetivo promover o encontro entre o trabalhador à procura de emprego e o empresário que necessita de profissional capacitado.

6.4.5 Distrito industrial

O Distrito Industrial compreende uma área de 1.462.380 m² e fica apenas a 6 km do centro do município. Situado em área de fácil acesso, a 300 metros do trevo que interliga as principais rodovias do município: BR 452 e BR 262.

Conta com completa e moderna infra-estrutura (água, energia elétrica, rede de esgoto, telefone, etc.) e está dimensionado para receber indústrias de qualquer porte. Possui, hoje, 36 empresas instaladas. Seu parque é diversificado, destacando laticínios, beneficiamento de grãos, adubos e artefatos de couro, estruturas metálicas, rações, móveis, transportes de cargas, cerâmica, precisão mecânica, confecção, etc.

A Prefeitura Municipal de Araxá tem projetos de incentivos para a instalação de novas empresas no Distrito Industrial.

6.4.6 Micro-distritos industriais

O município possui duas unidades de Micro-Distritos Industriais, localizados estrategicamente em seus bairros. Os Micro-Distritos atendem micro e pequenas empresas, dentro de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico do município, com

financiamento de lotes subsidiados em longo prazo e todos os incentivos oferecidos pelo município. Já foram beneficiadas mais de 17 empresas, com lotes de 420 a 530 metros quadrados. Todos estes Micro-Distritos são controlados e administrados por uma cooperativa, a COIND – (Cooperativa Integral do Desenvolvimento do Planalto de Araxá).

6.5 Análises Sistêmicas e Gerais

As análises sistêmicas buscam compreender as correlações entre as análises de cada dimensão, compondo uma avaliação geral das políticas para atração de empresas através da confirmação total, parcial ou não confirmação das sete proposições de pesquisa destacadas no item 4.4 deste estudo. Além disso, vai além das políticas de atração porque tenta, mesmo diante das percepções limitadas do pesquisador, vislumbrar como a liderança do poder público considerava a melhor forma de atingir o desenvolvimento local, montando o mapa representativo de desenvolvimento para o município no período estudado.

Em conversa informal e entrevista com representantes do poder público chega-se ao mapa conceitual, de como a administração enxergava o desenvolvimento local apresentado na Figura 8.

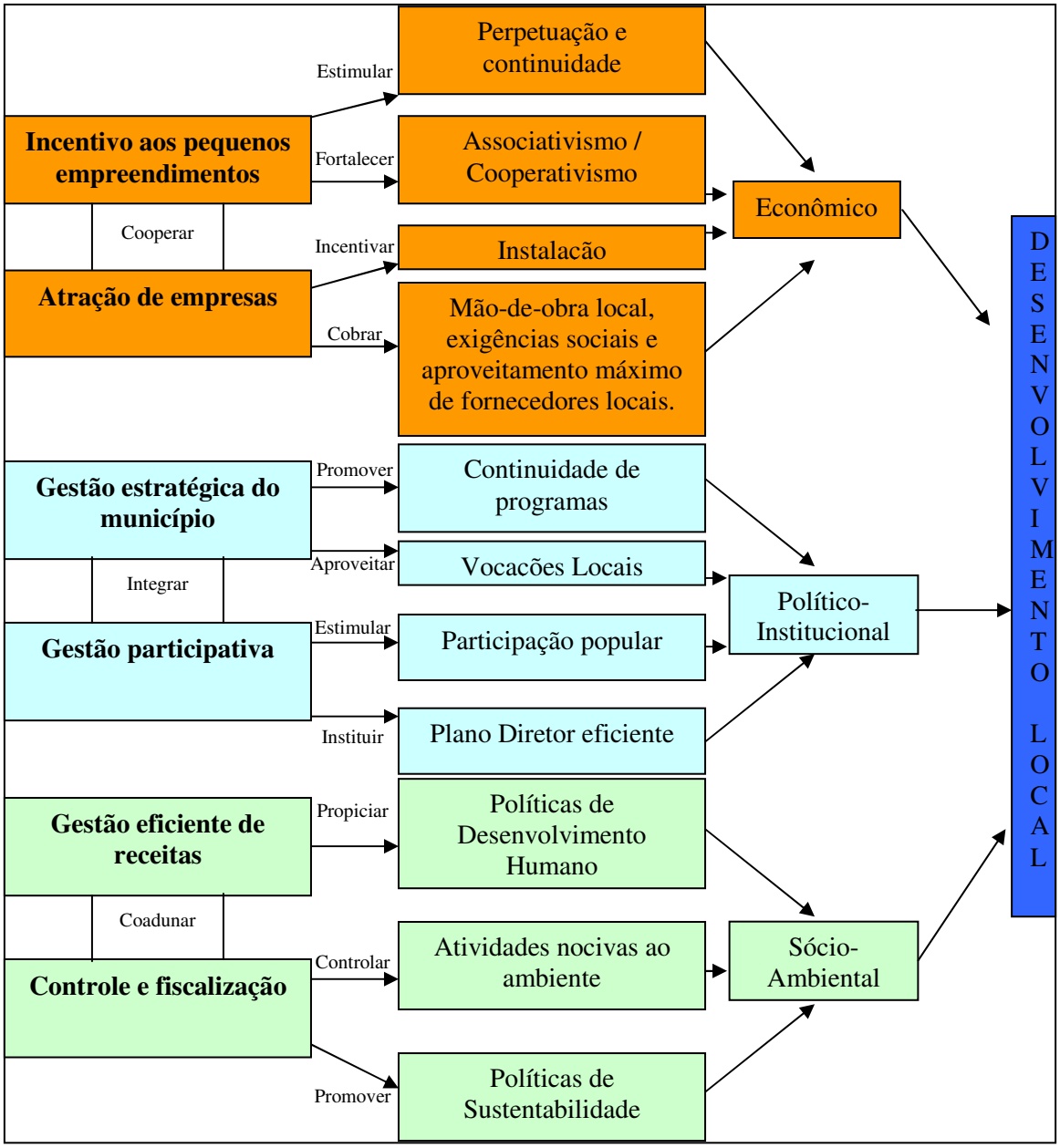

Figura 8: Visualização do desenvolvimento local por parte do poder público de 2001 a 2008
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de entrevistas formais e informais.

A caracterização acima retrata os meios de se chegar ao desenvolvimento local sob a ótica do chefe do poder público de Araxá entre 2001 e 2008, retratando a importância dada às políticas para atração de empresas em todo o contexto, apesar de notar algumas diferenças conceituais em relação ao estudo das dimensões de desenvolvimento é uma ótima visualização que contempla as várias nuances do desenvolvimento, contribuindo para a efetivação e realização de políticas diversas.

Ressalta-se que na visão do pesquisador uma ação promove influência em diversas dimensões do desenvolvimento, por exemplo, a gestão eficiente de receitas de um município ajuda muitas áreas a se desenvolverem.

Em outro ponto, analisa-se que os aspectos teóricos acerca do tema mostram a dimensão social com uma intimidade muito maior com a dimensão cultural do que a ambiental como apresentado pelo ex-prefeito.

Nesse contexto, o estudo de caso já tratou de responder às proposições da pesquisa, apresenta-se então um resumo conclusivo sobre tais análises no Quadro 5.

P1: As políticas para atração de empresas foram desenvolvidas apresentando vantagens econômicas diretas e indiretas ao município.	Em curto prazo as vantagens econômicas diretas foram difíceis de detectar, apesar de existir indicações de sua eficácia; já as vantagens indiretas foram destacadas em profundidade e, portanto confirmadas.
P2: As políticas para atração de empresas estão relacionadas com a geração de emprego e renda e cobram do empresariado a participação em outras áreas sociais do município.	De um modo bastante surpreendente a Proposição 2 é confirmada, desde a preocupação da administração em gerar empregos, quanto por colocar este desejo em lei, assim como as exigências em outras áreas sociais do município, conforme destacado anteriormente.
P3: As políticas para atração de empresas levaram em consideração aspectos ambientais.	Dentro uma limitação bastante incisiva, considera-se que o poder público agiu coerentemente ao solicitar estudos ambientais para instalação de empresas, mesmo que não tenha feito rigoroso monitoramento acredita-se que isso seja um papel a ser dividido com outras instituições.
P4: O poder público municipal considerou se as condições estruturais e serviços públicos são suficientes para o desenvolvimento da cidade.	Nota-se que algumas vezes a prefeitura considerou estas políticas isoladas de outras, como se fossem uma situação específica da área econômica com resultados sociais, no entanto estabeleceu excelentes critérios impulsionando condições de outros serviços públicos. Outro fator positivo foi melhor utilização das condições estruturais da cidade, consideradas um ponto forte das políticas para atração de empresas no município de Araxá entre 2001 e 2008.
P5: As políticas para atração de empresas foram embasadas por estudos de vantagens e desvantagens (custo/benefício).	Parcialmente, pois existe na cidade uma metodologia elaborada para o balanço de custo e benefício para recuperação das isenções fiscais em dois anos que não foi aplicada nem formalizada em legislação.
P6: A melhor utilização do distrito industrial foi determinante para o desenvolvimento da política para atração de empresas.	Esta proposição é totalmente confirmada, principalmente após depoimentos dos diversos entrevistados. Iniciações de implantação e melhoria de distritos industriais são determinantes para o sucesso ou não da atração de várias empresas.
P7: A política para atração de empresas não foi a única estratégia de incentivo ao desenvolvimento local em Araxá-MG entre os anos de 2001 a 2008.	Apesar de não contemplar profundamente a formulação de outras políticas voltadas ao desenvolvimento local, detectou-se que a atração de empresas não foi a única estratégia com este fim.

Quadro 5 – Resposta às proposições de pesquisa.
Fonte: Elaborado pelo autor

Credita-se a confirmação da maioria das proposições a um trabalho constante ao longo dos anos, vistos e revistos em fóruns permanentes de desenvolvimento local que diagnosticaram e propuseram ações, com a ajuda de pessoas de diversas áreas que compõe o

desenvolvimento. Além disso, os incentivos fiscais entre 2001 e 2008 foram sempre acompanhados de exigências necessárias à capacidade institucional do município, sem entrar em guerras fiscais o município não se preocupou com a quantidade empresas, mas com a qualidade dos projetos, e até hoje, nenhuma empresa agraciada pelas políticas de atração fechou, ao contrário a maioria aumentou sua capacidade produtiva.

Ao analisar uma potencialidade local o pequeno empresário entrevistado (ANEXO D) levantou, porém, uma deficiência no complexo comercial da cidade "***como é que se pode explicar numa cidade turística que o comércio fecha sábado ao meio-dia e não abre aos domingos***". Esta situação pode dificultar a atração ou criação de empresas voltadas ao potencial turístico da cidade, um ponto a ser observado por outras gestões e também por outras instituições de apoio.

Considerações à parte, de um modo geral, as políticas persuasivas para atração de empresas em Araxá apresentaram bons resultados, se analisarmos o sistema como um todo composto por várias dimensões e suas interações sinérgicas avalia-se que a gestão local foi pró-ativa apresentando melhorias econômicas, sociais e políticas e desde o início traziam a preocupação ambiental. Segundo o ex-prefeito "***[...] em alguns momentos a prefeitura fazia o papel principal enquanto agente fomentador desse desenvolvimento. Em outros momentos, a prefeitura adotava a posição e a postura de apoiadora de projetos, sinalizando sempre para a idéia de ação conjunta de abertura do foco para que as coisas efetivamente acontecessem. Inúmeros foram os projetos, especialmente na área econômica priorizando a atração de empresas, a criação de fóruns permanentes de discussão de prioridades, a capacitação de mão-de-obra e parcerias com órgãos governamentais e o terceiro setor***" (APÊNDICE A).

Assim, a visão geral sobre as políticas públicas para atração de empresas de 2001 a 2008 em Araxá é a de que elas influenciaram muito mais positivamente no processo de

construção do desenvolvimento local do que negativamente, principalmente por considerar outros aspectos do desenvolvimento na formulação das políticas, estipuladas inclusive em leis.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das necessidades e argumentos que justificaram este trabalho foi que ele deveria contribuir com representantes e líderes interessados no desenvolvimento de suas regiões e compor ferramentas para gestores municipais, em especial por meio das políticas para atração de empresas. Para isso, análises em profundidade esmiuçaram os aspectos envolvidos nessas políticas, explicaram a gênese e os estágios das mesmas no caso da cidade de Araxá-MG, mostrando aspectos positivos e negativos revelados nesse local. Disponibilizou leis, exigências, critérios de análise e até mesmo processos e negociações realizadas entre poder público e empresariado, a fim de lograr êxito na missão de contribuir com a sociedade.

Este trabalho teve como objetivo analisar as políticas de atração de empresas em Araxá-MG no período de 2001 a 2008, observando suas influências na construção do desenvolvimento local no município estudado. No caso analisado, a maior parte dos aspectos envolvidos apresentou-se de um modo extremamente peculiar e positivo; encontraram-se facilitações fiscais apenas mediante legislação e exigências coesas.

Chegou-se à visão de desenvolvimento dos representantes municipais, e por meio de diversas análises criteriosas envolvendo várias dimensões do desenvolvimento entre as quais citamos econômica, social, ambiental e político-institucional demonstrou-se que incentivos ficais dados por si só não contribuem com o desenvolvimento local, pelo contrário, atrapalham e geram uma guerra fiscal sem precedentes. É preciso exigir contrapartidas, instituir programas sempre focados não apenas nas vocações, mas também nas necessidades do local conforme aplicado pelo município estudado.

Salienta-se a existência de dificuldades e erros por parte do poder público do período como o excesso de leis substituindo leis quase que todos os anos, mudando as ‘regras do jogo’ de tempos em tempos, mas obstante esta situação foi contornada com o estabelecimento do Programa de Desenvolvimento de Distritos Industriais (PRODEDI), um avanço instituído

pela municipalidade. Há ainda de se melhorar as fiscalizações ambientais e a capacidade infra-estrutural, porque o município é uma obra em constante aumento de necessidades a serem atendidas. Cabe afirmar que para um melhor direcionamento dessas políticas não é permitido considerá-la pronta e acabada; inovações devem ser buscadas e o 'pulso' deve continuar firme independente de governo ou governante que por ventura esteja à frente dessa ou de qualquer prefeitura.

Além dessa análise qualitativa descrita no Estudo de Caso, a pesquisa descritiva vislumbrou a cidade de Araxá como um todo, identificando suas características culturais e históricas nas mais diversas áreas, em especial aquelas relacionadas aos critérios de avaliação e análise das políticas.

Percebeu-se que o município ainda tem um extenso potencial a ser trabalhado; novas áreas podem ser utilizadas para micro-distritos, outras instituições podem ser fortalecidas, a marca de cidade turística ainda deve evoluir e com isso reforçar outras potencialidades locais. Um conjunto de atividades, partindo de novos pactos e arranjos sociais e da mobilização dos recursos disponíveis precisa ser continuado. Os aportes externos são importantes e foram bem desenvolvidos, mas devem existir como complementos a uma dinâmica que pertence à própria sociedade araxaense.

Para que esse avanço seja duradouro e sustentável, é imprescindível articular novos passos de inclusão produtiva; e, no instante em que o poder público programar políticas abrangentes de incorporação daqueles que estão à margem do desenvolvimento é importante olhar também para as ações que nascem da iniciativa local. As políticas para atração de empresas não podem ser o único foco das iniciativas dos governos municipais apenas como um sistema de fomento às grandes empresas conforme explicitado também no item 2.4 desta dissertação.

Um fator de extrema relevância foram as análises sistêmicas considerando as várias dimensões do desenvolvimento como indicado por muitos autores (SUAREZ, 1993; POLÉSE, 1998; VAZQUEZ-BARQUERO, 2001). No caso em questão os fatores econômicos ganharam incremento importante com política de atração de empresas, as políticas restritivas no sentido ambiental cumpriram seu papel, mas o grande diferencial percebido encontrou-se em correlações com os fatores sociais, políticos e institucionais.

As parcerias formadas pela Prefeitura Municipal de Araxá entre 2001 e 2008 permitiram modalidades formais e coerentes, não apenas iniciativas isoladas, fragmentadas e dispersas. Um bom sinal, porque mesmo que haja um grande esforço no plano estadual ou federal, é o município quem deve colocar a 'mão na massa', pois é o espaço onde os atores sociais conhecem os seus problemas e podem se articular. Para tanto, é preciso assegurar uma apropriação local, sinérgica e sistêmica de todas as políticas voltadas ao processo de desenvolvimento.

Sobre a atração de empresas, em Araxá, foi importante o envolvimento da administração pública local não apenas com as novas empresas, mas o respeito às organizações da sociedade civil, o que já facilita uma necessidade detectada no estudo em encontrar um contingente de pessoas qualificadas, tanto nas atividades e processos a serem instituídos no município, quanto na forma de analisar a realidade local e de promover propostas concretas para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Recomenda-se, portanto, a criação de um sistema com intuito de organizar e reunir pessoas que conheçam os problemas e potencialidade de Araxá para melhor instituir as políticas necessárias. A geração de emprego é interessante, mas precisa-se ir além com formação de pessoas empregáveis.

A dinâmica de desenvolvimento de cada local deve ser agraciada, cada região possui sua especificidade e cada município deve realizar seu próprio balanço econômico, social e ambiental; o

que foi aplicado em Araxá quando o mesmo privilegiou o aproveitamento da força de trabalho local.

O estudo dos processos das políticas e o estudo dos conteúdos das políticas descritos por Hogwood e Gunn (1884) mostraram-se um importante mecanismo para o planejamento de políticas, por parte daqueles indivíduos interessados na melhoria de condições da população. Descrever e explicar o surgimento, a formulação e os estágios das políticas para atração de empresas em um caso de sucesso é deixar uma contribuição prática para a sociedade e para aqueles que querem atingir também um bom resultado, porém é necessário frisar que as diferenças existentes em cada local devem ser contempladas. Cada local tem sua própria trajetória institucional, social e organizacional, que ao longo do tempo o capacita a enfrentar seus desafios (SACHS, 1986).

Por fim, discussões acadêmicas foram enriquecidas com a disponibilização de trajetórias, incorporando ferramentas que compõe e iniciam novas teorias, muitas vezes refutadas ou endossadas por outros próprios argumentos teóricos, reforçando, transformando ou mantendo os conceitos vigentes. Sobre as políticas analisadas, elas implicam algumas observações e desafios enfrentados por líderes e representantes locais diante da necessidade de estruturar condições sustentáveis e duradouras, de formar mão-de-obra, de acompanhar as mudanças sociais e até mesmo aprimorar a estrutura espacial da cidade integrando diversas áreas do conhecimento e pensando sistemicamente cada ação do processo de desenvolvimento.

7.1 Limitações da pesquisa e sugestões para novos estudos

Por se tratar de um estudo que envolveu diversos aspectos, detectaram-se algumas dificuldades metodológicas como a disponibilização de dados nos mesmos anos. Foram encontrados, por exemplo, alguns dados a parir do ano 2000, outros foram disponibilizados

até 2005 ou 2006, o que não permitiu análises mais criteriosas e histórico-comparativas entre áreas do desenvolvimento.

Para responder o problema central de pesquisa a escolha do escopo limitou o estudo a uma pesquisa qualitativa que explicasse a criação e o desenvolvimento das políticas para atração de empresas. Desse modo, em algumas etapas pontuais seria necessário o emprego de técnicas quantitativas mais sofisticadas que complementariam as avaliações.

A própria complexidade do objeto de análise e a capacidade cognitiva do pesquisador de captar esses detalhes limitam o universo da pesquisa de um modo geral. Primeiramente quanto às dimensões escolhidas para análise; além das recomendações teóricas para que os critérios fossem estipulados fossem das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional eram também áreas em que o pesquisador possui ampla noção em comparação a outras dimensões do desenvolvimento como científicas, tecnológicas e culturais, por exemplo.

Indica-se uma análise detalhada também para outras políticas correlatas como o incentivo aos pequenos e médios empreendimentos locais e às formas de participação da comunidade em decisões governamentais locais. O estudo propõe que entidades de representação ou pesquisadores voltem a analisar as políticas para atração de empresas na cidade de Araxá daqui a cerca de quatro ou cinco anos para verificar se as isenções dadas por dez anos passaram a ser recolhidas, ou se o município estendeu o prazo de isenção; caso esse tempo seja ampliado, grande parte das conquistas da cidade em relação à atração de empresas e melhoria de arrecadação se perderá.

Sugere-se um estudo específico também na área de crianças e adolescentes, área de direitos humanos que as políticas se propuseram a ajudar, para verificar a eficácia dos programas, outras nuances em relação ao desenvolvimento social e humano sobre infância e juventude também carecem de estudos, como por exemplo, formas de melhoria no sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes.

Analisando a gama de pesquisas existentes no universo do desenvolvimento local com contribuição da gestão pública municipal, juntamente com as conclusões apresentadas neste estudo, recomenda-se: (1) mais pesquisas que aplicam a análise ou avaliação de políticas descritas e explicitadas por Hogwood e Gunn (1984) e pelo Comitê de Padronização da Sociedade de Pesquisa dos Estados Unidos; (2) criação e aplicação de outras metodologias de avaliação e análise de políticas que contemplem o máximo possível de fatores e variáveis; (3) ampliação do número de pesquisas no âmbito municipal sobre atração de empresas, uma vez que a maioria das pesquisas sobre o assunto trata do tema no contexto estadual e sob a ênfase da guerra fiscal, o que aponta muito bem o problema, mas não propõe alternativas para que representantes locais possam resolvê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, J.R.R. et al. **Municípios, arrecadação e administração tributária**: quebrando tabus. Revista do BNDES. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1998. 37 p.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, Ipea, n.14, 1996.

ANSOFF, H.I. **Do planejamento estratégico à administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1990.

ARADEL, ASSOCIATION RHÔNE-ALPES DES PROFESSIONNELS DU DEVELOPPEMENT ECONOMIQUE LOCAL**. L'évaluation du développement local**: 12 bonnes questions à se poser. Les Cahiers de développeur économique, 1999. Disponível em <http://www.aradel.asso.fr/ fichier/publications/guide(1).pdf > Acesso em: 20 mai. 2008

ARAXÁ. Lei nº 5.337. **Institui o PRODEDI – Programa de Desenvolvimento Econômico de Distritos Industriais.** Câmara Municipal de Araxá. Araxá-MG, 20 Ago. 2008.

ARBIX, G. Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil. In: GUIMARÃES, N.A.; MARTIN, S. (orgs.) **Competitividade e Desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (org.) **Avaliação de política sociais**: Uma questão em debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

BACHTLER, J.; MICHIE, R. A new era in EU regional policy evalution? The appraisal of the structural funds. **Regional Studies**, vol. 29, n. 8, p. 745-751, 1995.

BARROS, M.O. et al. O desenvolvimento do turismo: uma visão sistêmica. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Sistemas**, Franca-SP, Brasil. 29-30 Out. 2008.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1973.

BEUREN, I.M. **Administração pública municipal em debate**. Florianópolis: Insular, 2004.

BOCAYUVA, P. C. C. Desenvolvimento Local e Redes Socioprodutivas. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (org). **Desenvolvimento Local:** Dinâmicas e Estratégias. Rede DLIS: 2001.

BORBA, R.A.V. **A cidade cognitiva**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.

BORGES, C. M. **Desenvolvimento Local e avaliação de Políticas Públicas**: análise da viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2007.

BRASIL. Decreto. **Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências.** Presidência da República – Casa Civil, Brasília-DF,25 Fev. 2008.

BRASIL. Lei nº 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente. Câmara Federal. Brasília-DF, 13 jul. 1990.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (orgs.). **Brasil**: Um século de transformações. São Paulo: Companhia da letras, 2001.

BRYANT, C.R. La participacipation communautaire et lê développement local: la voie de l´avenir. In: **Développer Autrement**, vol.1, n.1, 1992.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. Rio de Janeiro. Garamond, 2004.

CAMARGO, A.B.A. Atualidade do federalismo: tendências internacionais e a experiência brasileira. In : VERGARA, S.C.; CORRÊA, V. L. A. (orgs.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva.** 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CAMAROTTI, L. Construção de indicadores de desenvolvimento local. **IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Madrid, Espana, 2 -5 Nov. 2004.

CASSAROTO FILHO, N.; PIRES, L.H. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

CAVALCANTI, B. S.; PECI, A. Além da (re)forma do aparelho do Estado: para uma nova política de gestão pública. In : CAVALCANTI, B. S.; RUEDIGER, M. A.; SOBREIRA, R. (orgs.). **Desenvolvimento e construção nacional**: políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CHESHIRE, P.C.; GORDON, I.R. Territorial competition: some lessons for policy. **International Journal of Urban and Regional Research**, n.20. 1996.

COSTA, F.L.; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 37, v. 15, p. 69-92, 2003.

COSTA, F. L.; CUNHA, A. P. G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. In : VERGARA, S.C.; CORRÊA, V. L. A. (orgs.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva.** 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

DAGNINO, R. et al. **Metodologia de análise de políticas públicas**. GAPI, Unicamp, 2002.

DOWBOR, L. **Introdução ao Planejamento Municipal**. Brasília: Brasiliense, 1987.

DRUCKER, P. **As novas realidades no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão de mundo**. São Paulo: Pioneira, 1989.

DUMONT, D.M.; RIBEIRO, J.A.; RODRIGUES, L.A. **Inteligência Pública na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FARIAS, F.P. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: **Revista de Sociologia e Política**. nº 15, p. 49-65, Nov. 2000.

FAURÉ, Y.A. HASENCLEVER, L. Introdução. In: FAURÉ, Y.A. HASENCLEVER, L (orgs.). **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: Diversidade das abordagens e das experiências**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

FRANCO, A. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável? In: **Separata da revista Século XXI**. n. 3. Millenium – Instituto de Política, Brasília, 2000.

FREY, K. **Demokratie und Umweltschutz in Brasilien: Strategien nachhaltiger Entwicklung in Santos und Curitiba**. Studien zur internationalen Umweltpunkt, Tese de doutorado. v.8. Münster: LIT, 1997.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A, 1961.

GALLICCHIO, E. La experiencia del centro Latinoamericano de economia humana (CLAEH) em la construcción de alianzas para el desarrollo local. Analisis de tres experiencias. **Conferencia en Asamblea General de Alop**. Antigua Guatemala, Guatemala. 9 de mayo de2002.

GAROFOLI, G. Les systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) **Les régions qui gagnent**.— Paris: 1992.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A.S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, mai/jun, 1995. p. 20-29.

GOMES, G.M.; DOWELL, M.C.M. Os elos frágeis da descentralização: observações sobre as finanças dos municípios brasileiros. **Anais da ANPEC**, v.2, 1997.

GONZALEZ, R.R. La escala local del desarrollo: deffinición y aspectos teóricos. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 1, 1998.

GREMAUD, A.P.; VASCONCELLOS, M.A.S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HAIR, J.F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMOUEL, P. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAM, C.; HILL M. **The policy process in the modern capitalist state**. Londres, 1993.

HOGWOOD, B.; GUNN, L. **Policy analysis for the real world.** Oxford: Oxford University Press. 1984.

HOUAISS, Antonio (Ed.). **Dicionário de Lexicografia da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Populações residentes segundo os municípios em 1º de Abril de 2007**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/ populacao/contagem2007/default.shtm.>. Acesso em: 29 set. 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita,* segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios.** 2008. Disponível em: <w ww.ibge.gov.br > Acesso em: 12 mai. 2009.

IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Araxá, 2007.

IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável:** Aspectos Históricos. Araxá, 2008a.

IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável:** Dimensão Ambiental. Araxá, 2008b.

IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável:** Dimensão Social. Araxá, 2008c.

IPDSA, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável:** Dimensão Econômica. Araxá, 2008d.

JOYAL, A. **Le Dévoloppement Local:** comment stimuler l´économie des regions en difficulté. Diagnostic, Les Presses de l´Université Laval, 2002.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. **Organização orientada para estratégia**. São Paulo: Campus, 2001.

KEYNES, J. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **V Conferência Nacional de Assistência Social**, Brasília-DF 5 -8 Dez. 2005.

LANE, T. O multiplicador da base urbana: avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, J. (org.) **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

LUBAMBO, C. W. **Conselhos gestores e desempenho da gestão nos municípios**: potencialidades e limites. Trabalho para discussão nº 149. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2002.

LUSTOSA, P.H. Avaliação da Indução do Desenvolvimento Local: uma proposta de metodologia. In: FISCHER, T. **Gestão do Desenvolvimento de Poderes Locais**: marcos teóricos avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

MARQUES JUNIOR, L.S.; OLIVEIRA, C.A.; JACINTO, P.A. O papel da política fiscal local no crescimento de cidades: uma evidencia empírica para o Brasil. XXXIV Encontro Nacional de Economia. **Anais da ANPEC**. Salvador, Brasil, 5-8 Dez. 2006.

MARTINELLI, D.P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas**. Barueri: Manole, 2004.

MARTINS, G.I.V.; MARTINS, I.D. Desenvolvimento Local: da Teoria à Prática. In: MARQUES, H.R. et al (org.). **Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul**: reflexões e perspectivas. 2 ed. Campo Grande: Editora UCDB, 2001.

MAXIMIANO, A.C.A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAS GERAIS. **Secretaria da Fazenda**: índices de participação de ICMS, mês de referência março. Disponível em: <w w w fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/ repasse_receita/indpart>. Acesso em: 18 Mai. 2009

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOTTA, P.R. Gestão estratégica. In : VERGARA, S.C.; CORRÊA, V. L. A. (orgs.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva.** 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

MOURA, M.S. et al. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 609-626. jul-ago, 2002.

MUNDA, G. Environmental economics, ecological economics, and the concept of sustainable development. **Environmental Values**, v. 6, n.2, 1997.

NALLE JR., C. **Desenvolvimento regional e políticas públicas**: o caso do projeto amanhã da companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2006.

NETO, L. G.; PORSSE, A. A.; SOARES, M. C. Descentralização e finanças municipais no Brasil: uma análise regional da gestão dos recursos. In: TARGINO, I. (org.). **Políticas públicas, trabalho e empresa**: recortes analíticos. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

NOBRE, M. Desenvolvimento Sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M.C (orgs). **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília, Edições Ibama, 2002.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma:** o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

OSZALAK, O.; O'DONNELL, G. **Estado y políticas estatales en América Latina**: Hacia una estrategia de investigación. CLACSO. Buenos Aires, 1976.

PADUAN, R. Mais para os melhores: Porto Alegre mostra que funcionário público pode – aliás, deve – perseguir metas e ser recompensado quando consegue atingi-las. **Portal Exame**. 02 out. 2008. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0928/economia/m0168502.html?>. Acesso em: 18 Nov. 2008.

PASSADOR, C.S. **O projeto escola do campo (1990-2002) do estado do Paraná**: Capital social, redes e agricultura familiar nas políticas públicas. Tese (doutorado em educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2003.

PATTON, M.Q. **Practical Evaluation**. Sage Publications. Beverly Hills, 1982.

PEREIRA, J.M. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

PIORE, M.F.; SABEL, C.F. **The Second Industrial Divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PORTER, M.E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. 23 ed. São Paulo: Campus, 1989.

POLÈSE, M. **Economia urbana e regional**: lógica espacial das transformações económicas. Coimbra: IERU, 1998.

PRADO, S.; CAVALCANTI, C.E.G. **A guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: Fundap/Fapesp; Brasília: Ipea, 2000.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**. São Paulo: Fundação Unesp, 1996.

REBELLO, L. M. V. **Políticas regulatórias no setor de saúde**. Revista UFRRJ. Série Ciências Humanas, v. 23, n.2, 2001.

ROLNIK, R.; NAKATO, K. Velhas questões, novos desafios, **Cadernos Le Monde Diplomatique**, jan. 2001.

RUIZ, J.A. Metodologia Científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SACHS, I. **Espaços, Tempo e Estratégias de Desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS JUNIOR, O. A. (org). **Políticas públicas e gestão local**: Programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEADE, Fundação. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980**. Coleção economia paulista, v.1, n.1, p. [111 a 131]. São Paulo: SEADE, 1988.

SILVA, C.L. **Alienação e uso corporativo do território paulista**: Incentivo territoriais e investimentos privados. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, I.F. **O processo decisório nas instâncias colegiadas do SUS no Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2000.

SILVA, J. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 480 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)-Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SMITH, R. OLIVEIRA, A.A. Integração social ou novas relações entre Estado e Sociedade no Brasil. **Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social**, Copenhagen, Dinamarca. Mar. 1995.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SQUIRRA, S. Sociedade do conhecimento. In: MARQUES DE MELO & SATHER, (orgs.), **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, Editora da UMESP, 2005.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Perfil e Evolução das Finanças Municipais**: 1998 – 2006. Ministério da Fazenda: Brasília, 2007. 84 p.

SUAREZ, A.R. **El Desarrollo Regional**. Santafé de Bogotá, Colômbia: Esap, 1993.

TEIXEIRA, A.F. A **geração de energia elétrica em um modelo de desenvolvimento endógeno para as comunidades isoladas do interior do estado do Amazonas**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

TENORIO, F.G.; SARAVIA, E.J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. *In*: **Estado e gestão pública**: visões do Brasil contemporâneo. MARTINS, P.E.M.; PIERANTI, O.P. (orgs.). 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VAZQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VERGARA, S.C. O papel do município no atual contexto nacional e internacional. In: VERGARA, S.C.; CORRÊA, V. L. A. (orgs.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva.** 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

VERGARA, S.C.; CORRÊA, V. L. A. Prefácio. In: VERGARA, S.C.; CORRÊA, V. L. A. (orgs.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva.** 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

WEISS, C.H. Have we learned anything new about the use of evaluation? **American Journaul of Evaluation**, vol. 19, n. 1, p. 21-34, 1998.

WILDAVSKY, A. **Speaking truth to power**: the art and craft of policy analysis. Boston, 1979.

YIN, R.K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAPATA, T. et al. Desenvolvimento Local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (org). **Desenvolvimento Local:** Dinâmicas e Estratégias. Rede DLIS: 2001.

APÊNDICE A – Transcrição da entrevista com o ex-prefeito municipal de Araxá (2001-2004; 2005-2008).

Pesquisador: Quais foram, quais eram os principais desafios do município quando o senhor assumiu a prefeitura no ano de dois mil e um?

Entrevistado: Quando nós assumimos a prefeitura de Araxá em dois mil e um, eu diria que os desafios eram muito grandes, não apenas situações ligadas a infra-estrutura, mas também questões ligadas a área social e também [ruído]. O sentimento que tínhamos no ar, era de que as coisas aconteciam em cidades próximas a Araxá, que as oportunidades não ocorriam pra nossa população, diante disso a consequência natural era um pessimismo reinante junto à população em relação ao verdadeiro potencial de Araxá, a partir desse momento quando diagnosticamos essa situação, nós apresentamos uma proposta de governo pautada principalmente na renovação popular, na renovação de conceitos e de valores e também no desenvolvimento sustentável.

Pesquisador: E qual era a situação do município em termos de geração de emprego e renda?

Entrevistado: Hoje, os números da economia local estão dentro da média da realidade nacional, contudo nós perdíamos e muito para outras cidades pólo da região, cidades mais desenvolvidas, como Uberaba, Uberlândia e Patos de Minas. A visão existente era de que o município devia se limitar somente ao papel de esperar, e não de buscar novos investimentos, daí mudamos radicalmente essa postura, com uma política pro-ativa e dentro de um princípio de que a Prefeitura não gerava empregos, mas podia muito facilitar os investimentos, caso assim quisesse, diante disso, fizemos o start, o começo no impulsionamento da economia local, preocupados principalmente com a questão da diversificação do nosso pólo econômico, tudo feito de forma gradual e sustentável.

Pesquisador: Como foram desenvolvidas as políticas para atração de empresas na cidade em sua gestão? Como o senhor acha que foi essa questão de atração de empresas?

Entrevistado: Bem, as políticas foram macro e procuramos desde o início investimentos sadios, não nos preocupávamos com as ofertas, e aqui não me refiro à quantidade de propostas de empresas para virem para Araxá, mas preocupávamos com a qualidade desses projetos. Além de planos especiais como doação de terrenos e parcerias na infra-estrutura, ousamos em políticas fiscais atreladas a contrapartida de resultados por parte dos investidores, tanto que ao longo de oito anos, das empresas que atraímos e apoiamos não tivemos nenhuma fechada,

muito pelo contrário, expandiram suas bases de negócios e estão gerando centenas de empregos diretos e indiretos.

Pesquisador: E como que o senhor enxerga a isenção de impostos por parte de governos municipais para estimular essa atração de empresas?
Entrevistado: Desde que essa política de isenção seja feita dentro da razoabilidade e da legalidade, considero um importante instrumento de atração ou de diferencial para o município. O importante é saber que ao criar facilidade fiscal durante um determinado período, o custo/benefício será compensatório a médio e longo prazo. E neste caso, voltamos mais uma vez a questão de priorizar investimentos sadios, sérios, que não represente riscos para a municipalidade.

Pesquisador: E além das atrações, da política de atração de empresas, de que forma que a prefeitura contribuiu com os micro e pequenos empreendimentos locais durante os 8 anos de sua gestão?
Entrevistado: A nossa idéia é que não somente atrair grandes empresas, mas também ampliar a base de atuação das pequenas e médias empresas, tudo isso constitui um portfólio essencial do ponto de vista de incremento econômico para o município, aliás, no nosso país mais de cinqüenta por cento da geração de empregos vem desses setores. Buscamos de forma constante apoiar essas iniciativas empresariais e adotamos políticas de parcerias envolvendo o segundo [pausa], evolvendo o segmento público-privado e o terceiro setor. Os resultados foram ótimos e, aliás, criamos áreas específicas para implantação dos micro-distritos que possibilitou a transferência de empresas do centro da cidade para área de não conflito urbano e também facilitou que outros negócios surgissem.

Pesquisador: [ruído] Entre dois mil e um e dois mil e oito, a prefeitura realizou projetos de desenvolvimento a partir da comunidade?
Entrevistado: A palavra desenvolvimento ela é muito abrangente, posso afirmar que o meio mais curto de alcançá-lo é com a participação comunitária; nesse aspecto contamos com o envolvimento dos segmentos empresariais na implantação de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Em alguns momentos a prefeitura fazia o papel principal enquanto agente fomentador desse desenvolvimento. Em outros momentos, a prefeitura adotava a posição e a postura de apoiadora de projetos, sinalizando sempre para a idéia de ação conjunta de abertura do foco para que as coisas efetivamente acontecessem.

Inúmeros foram os projetos, especialmente na área econômica priorizando a atração de empresas, a criação de fóruns permanentes de discussão de prioridades, a capacitação de mão-de-obra e parcerias com órgãos governamentais e o terceiro setor.

Pesquisador: [pausa] E como que a política para atração de empresas pôde contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos?
Entrevistado: Se você consegue fazer com que a cidade se desenvolva economicamente, o resultado de imediato é de natureza social. A tão sonhada paz social passa necessariamente pela geração de oportunidades de trabalho. E esta por sua vez, só acontece com o crescimento e a diversificação da economia local e regional. Digo sempre, que as cidades de porte médio como Araxá, se tiver respeitada as estruturas de desenvolvimento implantadas, garantirá para seu povo e para todos, algo essencial na vida do homem que é a qualidade de vida. E só vemos os avanços em termos ambientais quando agente consegue coadunar, fazer de forma conjunta, esta relação com o desenvolvimento econômico sem o prejuízo desta ou daquela área.

Pesquisador: De uma forma geral, em quais áreas que o senhor acha que a sua administração poderia ter sido melhor nesses 8 anos?
Entrevistado: Digo sempre que a cidade é uma obra inacabada. Do ponto de vista do plano de ação governamental, praticamente fizemos o que foi proposto, em alguns casos fizemos até além. Logicamente que para o gestor público sempre fica o desejo de ter querido fazer mais. Acredito, dentro de uma auto-crítica, que poderíamos ter avançado mais com políticas macro de fortalecimento dos setores de prestação dos serviços públicos, já que as demandas são sempre crescentes, isto passa inclusive pela necessidade da construção de um centro administrativo, visando otimizar a ação de governo do ponto de vista de atendimento à população. No mais, algumas questões pontuais que o tempo não permitiu realizar.

Pesquisador: Voltando a falar sobre a política para atração de empresas, o que o senhor acha que poderia ter sido feito melhor nesses oito anos?
Entrevistado: Sem qualquer receio de errar, as políticas públicas voltadas ao incremento da economia local foram boas e geraram bons resultados, basta ver as curvas e os índices econômicos do município antes de dois mil e agora, não dá para comparar, felizmente.

Pesquisador: Como o senhor e a sua administração as outras formas e o incentivo ao desenvolvimento regional?

Entrevistado: Não temos como desatrelar Araxá do contexto regional, ao assumirmos a sensação é a de estávamos ilhados em próprios desafios ou de costas para a região. Promovemos essa interação sobre diversos ângulos, econômico, político, rural, educacional e até em termos de saúde. Araxá se tornou efetivamente uma cidade pólo, referência e respeitada em toda Minas Gerais, a torcida é para que isso não morra, continue.

Pesquisador: A administração municipal levou em consideração a opinião da população em seus principais projetos? De que forma que a administração ouviu a população?

Entrevistado: Em muitas situações fizemos o que foi priorizado pela população, tivemos uma abertura muito grande com a comunidade e seus segmentos, sem pressão, sem nos colocarmos na condição de donos da verdade, foram anos de interação plena, o governo itinerante, as prestações de contas públicas, contato diário com o povo, o respeito às instituições, tudo contribuiu para que o nosso norte fosse a opinião da maioria das pessoas.

Pesquisador: O que foi feito em relação ao distrito industrial que tinha doze empresas antes do início do seu mandato?

Entrevistado: O distrito industrial conforme você disse já existia, quando assumimos a prefeitura havíamos aproximadamente doze empresas instaladas, hoje são mais de trinta. A sua localização priorizou com certeza o entroncamento das BR´s dois meia dois e quatro cinco dois, verdadeiros corredores econômicos do estado e da região, além da questão de logística ser muito positiva considerando a proximidade com o perímetro urbano da cidade.

Pesquisador: E com relação à instalação de novas empresas no município, foi realizado algum balanço formal de vantagens e desvantagens ou uma relação custo benefício desses empreendimentos?

Entrevistado: O saldo é muito positivo, os números disponibilizados pela prefeitura, através da liberação de ISS e alvarás, a própria receita estadual com arrecadação crescente de ICMS, os números do SINE e do ministério do trabalho em relação a admissões e demissões comprovam o valor das políticas que nosso governo implementou. Araxá hoje não depende somente da mineração, nós temos uma economia diversificada. O trabalho de capacitação com certeza seja o maior desafio, pois ainda persiste um hiato, um gargalo, entre as oportunidades geradas e a mão-de-obra disponibilizada, não é uma questão pontual de Araxá,

mas um retrato do que acontece no país, onde a margem da população economicamente ativa diria estar extremamente estrangulada, o que deixa fora do mercado de trabalho, milhões de pessoas.

APÊNDICE B – Transcrição da entrevista com ex-secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Parcerias.

Pesquisador: Como você e sua equipe levavam as negociações com as empresas que desejavam vir para a cidade?

Entrevistado: Fazíamos sempre uma avaliação da relação investimento/benefício, ou seja, analisávamos o quanto de impostos e de empregos a empresa geraria para a cidade. O apoio da cidade era, no máximo, igual a dois anos de tempo de retorno.

Identificávamos as necessidades das empresas, consultávamos a situação contábil, financeira, legal, de crédito da empresa e dos sócios. Oferecíamos menos do que elas pediam, e usávamos a força política do Prefeito para acesso ao governo do estado.

Pesquisador: O apoio era o mesmo para todas as empresas?

Entrevistado: O apoio mudava em função do número de empregos e geração de impostos, mas, basicamente, havia a oferta de área e isenção de IPTU por 10 anos para todas.

Pesquisador: Qual foi o papel do distrito industrial na atração dos investimentos?

Entrevistado: A infra-estrutura do DI, sua localização entre "BR´s" , associada à possibilidade de doação de áreas, foram importantes argumentos para convencer o empreendedor.

Pesquisador: Quais foram as primeiras empresas a se instalarem em Araxá pelas políticas de atração do município em sua gestão?

Entrevistado: As duas primeiras foram, respectivamente, a Finta e a Cerâmica Santa Clara.

Pesquisador: Como foi o processo de negociação com elas?

Entrevistado: O processo foi interessante, pois oferecíamos, aproximadamente, as mesmas regalias de outras cidades. Creio que os fatores decisivos foram a marca Araxá, associada à beleza e qualidade, a qualidade de vida da cidade e o apoio de diversas entidades e grandes empresas para a vinda dos empreendedores para cá.

Pesquisador: Com o passar do tempo, a política de atração teve mudanças consideráveis em relação ao que era no início?

Entrevistado: Sim, fomos aperfeiçoando e padronizando o processo de captação e apoio às novas empresas. Em especial, desenvolvendo uma fórmula de análise "investimento público x retorno de impostos e empregos" ao município.

Pesquisador: Sim, e houve preocupação ambiental na instalação de empresas?
Entrevistado: Olha, este era sempre o primeiro passo; o empreendedor deveria apresentar um projeto de impacto ambiental à Feam e Prefeitura. Somente após a liberação destes órgãos é que fazíamos a documentação de doação de área.

Pesquisador: Quais eram as condições do município, em infra-estrutura, para receber empreendimentos em dois mil e um?
Entrevistado: Já existia de um distrito industrial e uma lei de doação de área e isenção de impostos municipais.

Pesquisador: Quais são as condições atuais do município, para receber empreendimentos?
Entrevistado: Em nossa gestão, fizemos dois micro-distritos, melhoramos as condições de saneamento básico nas áreas, linhas de ônibus e incluímos em leis várias exigências aos empreendedores como contrapartida aos incentivos fiscais de forma gradativa para não gerar futuros problemas ao município.

Pesquisador: A opinião da população foi apreciada de alguma forma com relação a instalação ou não de empresas?
Entrevistado: Na sua grande maioria sim, já que tivemos a geração de milhares de empregos no período. As poucas reclamações foram com relação a ruídos e odores que algumas indústrias produziram no início.

Pesquisador: Porque a política de atração não optou pela estruturação industrial em sistemas ou arranjos produtivos?
Entrevistado: Fomos adeptos da diversificação da economia, para que a cidade não fosse refém de crises setoriais, por exemplo, a cidade de Franca já sofreu diversas crises em função da variação do dólar ou entrada de importados.

Pesquisador: O distrito industrial e os micro-distritos foram utilizados de que forma na atração de empresas para a cidade?

O distrito tem o atrativo do tamanho das áreas, a infra-estrutura asfáltica, captação de esgoto, energia disponível, logística de transporte coletivo e proximidade às “BR´s”. Os micros distritos têm proximidade com bairros populosos, facilitando a venda direta ao cliente e/ou a eliminação de custo com transporte para os funcionários.

APÊNDICE C – Transcrição da entrevista com empresário beneficiado pela política para atração de empresas.

Empresa: Cerâmica Santa Clara

Pesquisador: Quais foram os principais motivos que levaram a sua empresa a se instalar na cidade de Araxá?
Entrevistado: O principal motivo foi a ... o centro geográfico que se encontra Araxá, e o segundo motivo foi porque dois irmãos, dois sócios, proprietários da Cerâmica Santa Clara, já desempenhavam atividades agrícolas e agropecuárias na região, então houve uma centralização dos negócios no Alto-Paranaíba.

Pesquisador: Sim, e você acredita que essa decisão de ter vindo para a cidade, foi uma boa decisão?
Entrevistado: Foi, foi uma excelente decisão, principalmente pelo ponto de distribuição dos nossos produtos, produtos fabricados na... pela Cerâmica Industrial Irmãos Lusvarghe estar bastante distante dos nossos concorrentes do país.

Pesquisador: E sobre as condições de infra-estrutura da cidade de Araxá, é... Como você avalia as condições do município para o desenvolvimento de sua empresa?
Entrevistado: Araxá já contemplava um distrito industrial com uma infra-estrutura bastante adequada já com instalação de rede de água potável, asfalto, iluminação, facilidade de acessos, linhas para transportes coletivos, então isso facilitou muito a implantação do projeto.

Pesquisador: Nessas condições, a Prefeitura Municipal teve alguma participação na sua decisão de se instalar no município?
Entrevistado: Teve uma participação muito interessante porque a decisão era pra ser instalada a indústria no Alto Paranaíba. Começou a ser negociado com algumas cidades circunvizinhas, mas a cidade de Araxá, ela ofereceu grande oportunidade para que esta empresa se instalasse aqui.

Pesquisador: E quantos empregos diretos a sua empresa gera no município?
Entrevistado: Hoje, cento e sessenta e dois empregos diretos.

Pesquisador: No início também era esse mesmo valor?
Entrevistado: Não, ela partiu com setenta empregos.

Pesquisador: E quantos desses colaboradores são da cidade de Araxá?
Entrevistado: Eu creio que noventa por cento ou mais são da cidade de Araxá. Existe uma escola de treinamento dentro da indústria, onde são formados os multiplicadores.

Pesquisador: A sua instituição compra produtos ou serviços de empresas locais?
Entrevistado: Sim, dentro do próprio distrito industrial todo o sistema de ajuda mecânica, principalmente na manutenção, mecânica e construções, hidráulicas, elétricas, são todas compradas dentro da cidade de Araxá.

Pesquisador: E a prefeitura, antes da instalação da empresa, exigiu algum relatório ambiental para a instalação da empresa no município?
Entrevistado: Foi uma das primeiras coisas questionadas pela prefeitura; se a empresa era ou não contaminante, e no nosso caso a Cerâmica Industrial Irmãos Lusvarghe, ela é altamente digestora de todos os seus resíduos.

Pesquisador: Sua empresa recebeu alguma forma de isenção fiscal ou de imposto do governo federal, do governo estadual ou do governo municipal para se instalar?
Entrevistado: Do governo municipal houve uma isenção de ISS para a construção e uma isenção de IPTU durante dez anos.

Pesquisador: E outros, governo federal e estadual, nenhuma?
Entrevistado: Não

Pesquisador: Sua empresa recebeu algum serviço do município para instalação, como terraplanagem e outro tipo de serviço?
Entrevistado: Sim, a empresa já tinha feito uma terraplanagem até em outra cidade e com o convite para vinda, de Araxá, toda terraplanagem que nós já tínhamos efetuado foi feito aqui, foi doado um terreno e tivemos um auxílio também com os alambrados, com alguns muros de arrimo e com uma parte da construção civil também.

APÊNDICE D – Transcrição da entrevista com empresário beneficiado indiretamente pela política para atração de empresas.

Empresa: Doces Vó Lurdes

Pesquisador: Senhor Gasparino, quais são as principais empresas que compram seus produtos e serviços aqui no município de Araxá?

Entrevistado: No município de Araxá é o Ouro Minas Grande Hotel, o Nacional Previdência onde agente fornece a sobremesa, Pousada Dona Beja, é, no ramo de supermercado que são os doces embalados, o Supermercado Kamel Mega Mix, o Supermercado Bernardão e a Padaria Pão Nosso.

Pesquisador: E o que você considera nesses sete anos de existência que foram as maiores conquistas da sua organização?

Entrevistado: Nós começamos a empresa do nada né, do nada mesmo, começamos com uma panela emprestada, com cinco litros de leite, dois quilos de açúcar e dois quilos de amendoim fazendo pé-de-moleque, em oito anos de empresa nós conseguimos, construímos a fábrica dentro dos padrões da vigilância sanitária, legalizar a empresa, hoje ela é uma empresa legalizada, agente já vende pra fora de Araxá hoje quase sessenta por cento da venda já é feita pra fora do município, agente teve a felicidade de ser escolhido pelo Sebrae pra fazer parte do Empretec como estudo caso, tivemos uma divulgação muito boa pela Rede Globo no Pequenas Empresas Grandes Negócios, e fizemos também um curso, uma tele-aula pra Rede Cultura, um cursa chama Juntos Somos Fortes.

Pesquisador: Sim, e com relação às dificuldades, o que você considera que são as maiores dificuldades que seu negócio enfrenta hoje?

Entrevistado: A dificuldade nossa, como a nossa empresa é uma empresa atípica desde o início que começou muito diferente, é a dificuldade de por exemplo, nós crescemos sozinhos e começamos sozinhos e continuamos sozinhos. A gente não tem incentivo de crédito, a gente não tem incentivo municipal; as leis que regem, hoje, a nossa empresa, que é uma empresa do ramo alimentício, é a mesma lei que rege a Nestlé, que rege a Parmalat, então é uma dificuldade da gente conseguir se manter no mercado com leis tão distantes da nossa realidade, a realidade da empresa grande que pode manter uma série de coisas, por exemplo, que ela faz um produto com custo muito mais baixo, com a rede de distribuição muito maior, com a logística muito grande, que fatura muito, compra direto do produtor, e nós não. Nós temos que comprar a matéria-prima nossa, pra gente poder trabalhar com o leite, a gente tem

que comprar um leite já do laticínio que é sifado, que eu não tenho condição de ter sife, tem que usar o sife do laticínio; eu acho assim, o que mais prejudica agente, segura agente pra crescer é a legislação que é igual tanto pra mim como pra Nestlé.

Pesquisador: Entendi, então o senhor acha que essa questão da legislação é um empecilho porque os pequenos negócios e os grande negócios deveriam ter uma legislação diferente?
Entrevistado: É diferente na medida em que, por exemplo, como eu trabalho com doce caseiro que é um produto diferenciado, ele feito em pequena quantidade, a gente tem boas práticas de fabricação, nós fizemos curso de boas práticas, então a gente tem um esquema de detectar as coisas desde a matéria-prima da onde a gente adquire matéria-prima do pequeno produtor, sem agrotóxico sabe, tem o leite já sifado, e o cuidado que a gente tem no manuseio desse alimento até a ponta né, a gente não usa conservantes, nada, nossos produtos são auto-clavados. Então a gente tem um cuidado, um custo muito maior que uma empresa que trabalha com conservante, com estabilizante, com material pra render o doce, que coloca amido, coloca f[ruído] de mandioca pro doce render mais, então esse tipo de dificuldade que a legislação não diferencia então é isso que segura a gente sabe, porque sistema de rotulagem essas coisas tudo a gente contorna, agora a parte de legislação sanitária, uma alvará sanitário, o que eles exigem pra mim conseguir um alvará sanitário é o mesmo que eles exigem pra Nestlé, por exemplo, como é que eu vou ter na minha casa, como meu doce é caseiro, um laboratório de análise de água, um laboratório de análise de leite, não tem jeito, então a gente fica assim, meio na lei, meio fora da lei, porque a gente tem uma firma registrada no ramo de alimento, do nota fiscal, gero emprego, todos os meus funcionários são registrados, em contrapartida eu não tenho alvará sanitário. Se eu quiser exportar um doce amanhã pros Estados Unidos ou pra qualquer outro país eu não consigo exportar por quê? Porque eu não tenho Alvará Sanitário.

Pesquisador: E você citou os colaboradores, os funcionário, quantos funcionários que tem hoje na empresa?
Entrevistado: Nós estamos hoje, nós estamos trabalhando com seis.

Pesquisador: Algum desses colaboradores, ou os sócios, ou a sócia no caso que é proprietária já participou de algum curso que é oferecido por instituições de apoio?
Entrevistado: Eu fiz vinte e dois, a Márcia que é minha esposa, proprietária, deve ter feito mais ou menos quase que isso também. E todos os meus colaboradores fizeram um curso de boas práticas que foi o Sebrae que fez, foi um curso até longo, demorou um ano.

Pesquisador: Esses cursos são oferecidos somente pelo Sebrae ou tem algum curso feito em alguma outra instituição?

Entrevistado: Não, teve do Sebrae, da Acia, é Banco do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, são cursos de gestão que nós fizemos pela Getúlio Vargas, curso de Administração de Capital foi o Banco do Brasil que ofereceu, de capacitação foi do Sebrae; então a gente vem fazendo durante o princípio e hoje até paramos um pouco porque já chegou assim no limite, todos que o Sebrae ofereceu nós fizemos então já não tá tendo nenhum novo mais, quando tiver a gente continua fazendo, mas hoje não estamos fazendo tanto, agora só mais uma ou outra reciclagemzinha, alguma coisa assim.

Pesquisador: Sua empresa é uma empresa especializada em doces que é uma cultura regional muito forte e também é co-relacionada ao turismo muitas vezes. Como que você avalia o desenvolvimento do potencial turístico araxaense nos últimos anos?

Entrevistado: Então, eu avalio o potencial turístico araxaense o seguinte, Araxá trabalhou na última gestão, oito anos, tentando resgatar o turismo, que na realidade nunca tivemos, não tinha que resgatar, tinha que criar, então tinha que criar um destino, você não resgata o que você não tem, então Araxá ficou famoso pelas águas, pela Dona Beja, o cassino funcionou seis meses, então quer dizer não tinha muito o que resgatar, tinha mais é que criar um destino. Foram feitas muitas ações, a gestão passada fez, essa gestão agora é muito nova muito recente, não deu tempo deles faze nada ainda, mas a gestão passada fez muita coisa: O prefeito se empenhou em reabrir o Grande Hotel, as termas, começou a girar o turismo, mas Araxá ainda ta bem aquém do potencial de turismo dela, mesmo porque quando o hotel ficou fechado criou-se assim uma maneira de sobrevivência de alguns empresários do setor na época, que eles tiveram que unir pra não falir, e quando o Hotel reabriu eles não deixaram o potencial turístico da cidade abrir, né, por exemplo, como é que se pode explicar numa cidade turística que o comércio fecha sábado ao meio-dia e não abre aos domingos? Né? Porque, ao contrário do que eles pensam o turismo é a melhor indústria do mundo, ela não faz sujeira, ela não polui, ela trás dinheiro de fora. O turista vem, ele só não fica em Hotel e come não, ele precisa de comprar uma roupa, que as vezes o cara sai pra viajar e esquece comprar uma roupa, uma roupa de banho, por exemplo, ele vem pra férias, chega aqui está um calor danado e quer usar uma piscina, não trouxe roupa de banho e o comércio está fechado, sabe, e outras coisas, quer dizer; e isso, quem faz o comércio estar fechado são os sindicatos. Então quer dizer, existe uma falta de, vamos dizer assim, de sintonia. Não é nem de vontade política, é de

sintonia mesmo, porque a ACIA já tentou fazer o comércio abrir dia de domingo, a CDL já tentou fazer o comércio abrir dia de domingo e o sindicato é irredutível nessa questão. Então eu acho que ainda falta uma consciência maior do tamanho que é o turismo. Sabe, eles não tem muita noção do tamanho que é o turismo porque eles acham que turismo gera emprego pra Hotel, pra restaurante e só, e não é, isso entra taxista, isso entra o carroceiro, isso entra o balconista da loja, isso entra doceiro, isso entra o produtor lá da fruta pra você fazer o doce, o cara que tira o leite. Então, essa movimentação que eles não tem muita, parece que ainda não caiu a ficha, mas caminha, sabe assim, na direção certa. O Supermercado já começou a abrir dia de domingo, já está caminhando na direção certa, mas ainda falta é, eu acho que falta assim, eu não sei se é humildade dos caras de sentar e conversar e resolver, ou se é falta de união, ou se é rinha política que eu não gosto muito de me envolver nessa área de política porque nunca que dá certo; eu sou político, mas não gosto muito de politicagem. Eu não gosto muito de troca não, eu te dou isso você me dá aquilo, então eu não trabalho dessa forma, então eu não sei bem o que está faltando não, mas acho que está faltando alguém abrir o olho, acordar pra esse lado do turismo que não ta assim andando como deveria não, já era pra estar muito melhor do que está hoje, principalmente na área de captação.

Pesquisador: Neto, qual é a média de receita mensal que sua organização vende?
Entrevistado: Hoje nós estamos trabalhando com a média minha do ano passado foi de vinte mil reais, e estamos na meta desse ano que é de vinte e quatro mil por mês.

Pesquisador: Sim, e dentro dessa receita, qual é a importância de uma instituição que foi aberta recentemente na cidade, que compra seus produtos que é o Supermercado Bernardão?
Entrevistado: Então, o supermercado Bernardão, ele abriu agora recente em Araxá, e hoje ele me compra uns três por cento do meu faturamento, mas agente já está começando a atender ele externamente, ele compra aqui e fatura pra outras lojas de Patrocínio e Patos de Minas.

Pesquisador: E outros empreendimentos do mesmo ramo que o seu, de doces, também vende produtos pra esse Supermercado ou para outros empreendimentos da cidade?
Entrevistado: Vende, vende, é, agente os concorrentes que vendem, tem concorrentes que já é indústria né, trabalha no mesmo segmento e tem, Araxá tem uma coisa que voltando lá trás, muito doceiro informal ainda que continua vendendo, eu dou maior apoio pra eles, os informais, até quando algum precisa de alguma coisa assim, agente ta pronto pra ajudar. A idéia minha seria que Araxá tivesse, em vez de duzentos informal, duzentos legal, duzentos crescendo, duzentos vendendo doce, duzentos fazendo o nome da cidade lá fora. Mantendo

pelo menos, o nome de Araxá, porque se fala em Araxá lá fora se fala em doce, se fala em doce se fala em Araxá, então eu acho muito importante. Até que tivesse um política pública que incentivasse os pequenos, que nem quando eu comecei a crescer, eles crescerem também. Porque isso é muito interessante pra nós, porque nós temos hoje uma dificuldade em Araxá na compra, por exemplo, de embalagem, nós pagamos embalagem cara porque são poucas fábricas, se tivesse muita fábrica poderia vim distribuidores pra cá, agente poderia atrair até feiras com máquinas, com embalagens diferentes, com novidades e agente tem muita dificuldade nisso, porque não tem, não vem, não chega aqui.

Pesquisador: E essa empresa citada, o Supermercado Bernardão que é um compradora dos seus produtos, você acha que é um bom comprador?

Entrevistado: É um bom comprador, mas todo cliente eu trato da mesma forma, eu não tenho nenhum diferencial de cliente, só que eu tenho uma postura de trabalhar da seguinte forma, eu só abro um cliente novo quando eu consigo aumentar minha produção, toda minha produção ela é vendida, eu não tenho produção ociosa. Então pra mim abrir um cliente novo eu aumento minha produção e abro aquele cliente, não posso deixar ele na mão, depois de aberto se tem que manter. Então, só pra você ter uma idéia, o mercado de doce caseiro hoje, um doce fino, um pouco mais caro que é um doce trabalhado, eu conseguiria tranquilamente sair de vinte e quatro mil reais pra cem mil por mês, bastava eu contratar um vendedor e colocar dentro de Belo Horizonte. Se ele abrir cem padarias e cada uma me comprar mil reais por mês que não é muita coisa eu aumentaria minha venda em cem mil reais, então essa questão do crescimento da coisa, é conseguir crescer sem perder a qualidade, então as vezes fala assim, ah você não quer; não é que agente não quer, agente não tem produção praquilo, como eu estou falando da dificuldade de ter poucas empresas em Araxá que mexe com doce, a fama é grande e a produção é pequena porque pra você conseguir mamão o ano inteiro é difícil, abóbora o ano inteiro é difícil, muitas vezes eu tenho que ir lá em Belo Horizonte buscar. Então as frutas são muito difícil, porque a gente só trabalha com frutas frescas, a gente não trabalha com nenhuma fruta congelada, nem poupa nada, é tudo fruta fresca. Então, esse cuidado com a produção e com a qualidade também né, porque não adianta começar a cair a qualidade pra poder ter produção e tudo aquilo que você fez pra trás você vai perder.

APÊNDICE E – Transcrição de entrevista com funcionário público.

Funcionário público municipal desde 1997

Pesquisador: Como o senhor analisa a instalação de novas empresas no município de Araxá entre os anos de 2001 a 2008?

Entrevistado: Bom, como eu atuei, nesse período todo que eu estou na prefeitura em outras áreas que seja do desenvolvimento econômico, eu acompanhei a instalação de novas empresas nesse período pela imprensa, pelas notícias né em fim, mas pude perceber que houve um grande avanço na instalação de empresas em nosso município e na geração de empregos.

Pesquisador: Você conhece os incentivos que foram dados para que estas empresas viessem para a cidade?

Entrevistado: Também por informações passadas pela imprensa e reuniões de trabalho a gente sabe que os incentivos são doações de terrenos, imagina né, calcula, sejam doações de terrenos, incentivos fiscais como isenção de tributos e participação da prefeitura como parceira na instalação de projetos em área de infra-estrutura e etc.

Pesquisador: E qual a sua opinião sobre o papel do distrito industrial na atração dos investimentos?

Entrevistado: Eu acredito que é importante porque é um é um oferecimento a mais, uma facilidade a mais pro empresário de fora que quer se instalar em nosso município ter um local próprio e bem estruturado para montar o seu novo negócio.

Pesquisador: Então por essas notícias, pela imprensa e pelas reuniões de trabalho que é como o senhor ficou sabendo dessas políticas, o senhor enxerga alguma diferença nessa gestão entre dois mil e um a dois mil e oito com gestões anteriores?

Entrevistado: É, eu, a não ser a gestão dois mil e um a dois mil e oito, eu peguei o final da gestão anterior como funcionário né, como cidadão e como araxaense eu moro aqui desde que nasci, mas eu acho que a diferença foi realmente o incremento, o investimento do poder público de uma maneira mais forte nessa questão do incentivo ao distrito industrial e na atração de novas empresas para a nossa cidade.

Pesquisador: E como o senhor analisa agora as condições atuais, hoje em dia, do município, em termos de infra-estrutura para receber empreendimentos?

Entrevistado: Eu analiso como muito boas as condições porque os últimos governos, principalmente de dois mil e um a dois mil e oito, investiram bastante na infra-estrutura tanto dos distritos industrias como da própria cidade e do município em si, então eu acredito que Araxá se encontra num ótimo estágio para atrair novos investimentos.

APÊNDICE F - Termo de consentimento para pesquisa

Dados de identificação

Título do Projeto: **Desenvolvimento Local e Gestão Municipal: Um estudo sobre as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG.**

Pesquisador Responsável: Giuliano Alves Borges e Silva

Orientador: Prof. Dr. Dante pinheiro Martinelli

Instituição: Faculdade de Administração Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (USP).

Nome do entrevistado:

Idade: Formação:

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa denominada "**Desenvolvimento Local e Gestão Municipal: Um estudo sobre as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG**", sob orientação do Professor Dr. Dante Pinheiro Martinelli; a participação nesta pesquisa é voluntária.

Justificativas do trabalho:

Compor uma importante ferramenta na formação de políticas públicas para todos representantes locais, líderes e instituições interessadas no desenvolvimento regional, considerando as diferenças culturais e históricas existentes entre cada local.

Objetivo:

Analisar as políticas de atração de empresas na cidade de Araxá-MG no período de 2001 a 2008, observando também suas influências na construção do desenvolvimento local no município estudado.

Método:

Estudo de caso por meio de entrevista semi-estruturada.

Eu, _____, RG: _____ declaro ter sido informado e concordo em participar da pesquisa acima descrita.

Araxá, _____ de _____ de _____

_____

Assinatura

Testemunha Testemunha

ANEXO A - LEI Nº 3.325 DE 15 DE OUTUBRO DE 1997

Dispõe sobre isenção tributária e dá outras providências.

Art. 1º Ficam isentas do pagamento do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano e do Alvará de localização pelo prazo de 10 (dez) anos, as empresas que se instalarem no DI – Distrito Industrial de Araxá, até 31 de dezembro de 2000,

§ 1º – As empresas de que trata este artigo gozarão, ainda, de um desconto de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre Serviços (ISS).

§ 2º – Os benefícios desta Lei somente serão concedidos às empresas regularmente inscritas e que comprovem o cumprimento de suas obrigações tributárias, fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Art. 2º – Revogadas das disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro OLAVO DRUMMOND
Prefeito Municipal de Araxá

ANEXO B - LEI Nº 3.799 DE 06 DE MARÇO DE 2001

Dispõe sobre prorrogação da Lei nº 3.325, de 15 de outubro de 1997 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ, com a Graça de Deus aprova e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogada até 31 de dezembro de 2001, a Lei nº 3.325 de 15 de outubro de 1997, que concede isenção de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e da taxa de localização e /ou funcionamento de estabelecimento, pelo prazo de 10 (dez) anos, às empresas que se instalarem no DI – Distrito Industrial de Araxá.
§ 1º As empresas de que trata este artigo gozarão, ainda, de um desconto de 50 % (cinqüenta por cento) no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
§ 2º Os benefícios desta lei somente serão concedidos às empresas regularmente inscritas e que comprovem o cumprimento de suas obrigações tributárias, fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Art. 2º - As isenções de que trata esta Lei, obedecidas as disposições do § 2º, do artigo anterior, abrangem também, empresas localizadas no Distrito Industrial, que não fruem dos benefícios concedidos pela Lei Municipal nº 3.325 de 15 de outubro de 1997, e que, até 31 de dezembro de 2004, aumentarem, tanto a sua produção, quanto a oferta de postos de trabalho, observados os seguintes percentuais:

I – para o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e para a taxa de localização e/ou funcionamento do estabelecimento:
a) 100% (cem por cento), quando o aumento de produção for, no mínimo, 30 % (trinta por cento) superior à produção anterior e, a ampliação na oferta de postos de trabalho for no mínimo, de 30% (trinta por cento) superior à ocupação anterior; b) 50% (cinqüenta por cento), quando o aumento de produção situar-se entre, 20% (vinte por cento) e 29 % (vinte e nove por cento), superior à produção anterior e, a ampliação na oferta de postos de trabalho for no mínimo, de 20% (vinte por cento) superior à ocupação anterior;

c) 30% (trinta por cento), quando o aumento de produção for, até 19% (dezenove por cento) superior à produção anterior e, a ampliação na oferta de postos de trabalho for no mínimo, de 5% (cinco por cento) superior à ocupação anterior;

II – para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de 50% (cinqüenta por cento), 30 % (trinta por cento) e 20 % (vinte por cento), respeitadas as proporções da alíneas do inciso anterior, respectivamente.

§ 1º -Para obtenção do benefício disciplinado neste artigo, o proponente fará requerimento ao Prefeito Municipal, anexando as devidas comprovações:

a) para o aumento da produção, o balanço do ano anterior;

b) para o aumento da oferta dos postos de trabalho a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do ano anterior.

§ 2º - A concessão das isenções de que trata este artigo, somente se efetivará através de despacho fundamentado, exarado pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Lei em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de janeiro de 2001.

Antônio Leonardo Lemos de Oliveira

Prefeito Municipal de Araxá

ANEXO C - LEI Nº 4.565 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2005

Dispõe sobre isenção tributária e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ**, com a Graça de Deus aprova e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam isentas do pagamento de IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano), e da taxa de localização e funcionamento de estabelecimento, pelo prazo de 10 (dez) anos, às empresas que se instalarem no Distrito Industrial de Araxá, ou em Micro Distrito Industrial, que venha a ser instalado, até 31 de dezembro de 2008.
§ 1º. As empresas de que trata este artigo gozarão, ainda, de um desconto de 50% (cinqüenta por cento) no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
§ 2º. Os benefícios desta lei somente serão concedidos às empresas regularmente inscritas e que estejam quites com suas obrigações tributárias, fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Art. 2º. As isenções de trata esta Lei, obedecidas as disposições do § 2º, do artigo anterior, abrangem também, empresas localizadas no Distrito Industrial, que não fruem dos benefícios concedidos pela Lei Municipal nº 3.325 de 15 de outubro de 1997, e que, até 31 de dezembro de 2008, aumentarem, tanto a sua produção, quanto a oferta de postos de trabalho, observados os seguintes percentuais:

I. para o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e para a taxa de localização e/ou funcionamento do estabelecimento:
2. 100% cem por cento), quando o aumento de produção for, o mínimo, 30% (trinta por cento) superior à produção anterior e, a ampliação na oferta de postos de trabalho for no mínimo, de 30% (trinta por cento) superior à ocupação anterior;
3. 50% (cinqüenta por cento), quando o aumento de produção situar-se entre, 20% (vinte por cento) e 29% (vinte e nove por cento), superior à produção anterior e, a ampliação na oferta de postos de trabalho for no mínimo, de 20% (vinte por cento) superior à ocupação anterior;
4. 30% (trinta por cento), quando o aumento de produção for, até 19% (dezenove por cento) superior à produção anterior e, a ampliação na oferta de postos de trabalho for no mínimo, de 5% (cinco por cento) superior à ocupação anterior.

V. para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de 50% (cinqüenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento), respeitadas as proporções do inciso anterior, respectivamente.

§ 1º. Para obtenção do benefício disciplinado neste artigo, o proponente fará requerimento ao Prefeito Municipal, anexando as devidas comprovações:

a) para o aumento da produção, o balanço do ano anterior;

b) para o aumento da oferta dos postos de trabalho a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do ano anterior.

§ 2º. A concessão das isenções de que trata este artigo, somente se efetivará através de despacho fundamentado, exarado pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, entra esta Lei em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de janeiro de 2005.

Antônio Leonardo Lemos Oliveira
Prefeito Municipal de Araxá

ANEXO D - LEI Nº 4.811 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006

Dispõe sobre isenção tributária e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ**, com a Graça de Deus aprova e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. As empresas com sede no Município de Araxá, que ampliarem suas instalações físicas ou construírem novas edificações não sofrerão acréscimo do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), decorrentes da ampliação ou da nova construção, pelo prazo de 03 (três) anos a partir do ano seguinte à conclusão da ampliação ou construção.

§ 1º. Considera-se como data de conclusão a data da expedição do habite-se.

§ 2º. Os benefícios concedidos pela presente lei, não envolvem qualquer acréscimo decorrente de atualização monetária de valores.

§ 3º. As empresas de que trata o caput deste artigo gozarão, ainda, de um desconto de 20% (vinte por cento) no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelo prazo de 03 (três) anos a partir do mês de janeiro do mesmo ano do benefício concedido ao IPTU, quando o seu faturamento decorrente do acréscimo de serviços obtido através da ampliação/construção, for no mínimo 50% (cinqüenta por cento) maior, do que antes da ampliação/construção.

§ 4º. Os benefícios desta lei somente serão concedidos às empresas, que não gozam dos benefícios das leis municipais nº 3.325 de 15 de outubro de 1.997, nº 3.799 de 06 de março de 2001, n. º 4.565 de 28 de fevereiro de 2005, estejam regularmente inscritas e quites com suas obrigações tributárias, fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Art. 2º. As isenções de que trata esta Lei, obedecidas as disposições do § 3º, do artigo anterior, ficam condicionadas, ao mesmo tempo, a:

I. adesão a programas implementados pelo Município relacionados a geração de postos de trabalho;

II. fazer doação, anual ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do montante legalmente dedutível do Imposto de Renda devido pela pessoa jurídica.

Art. 3º. Para obtenção dos benefícios de que trata esta lei, o proponente fará requerimento ao Prefeito Municipal, anexando as devidas comprovações do cumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. A concessão das isenções contidas na presente lei, somente se efetivará através de despacho fundamentado, exarado pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, entra esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Antônio Leonardo Lemos Oliveira
Prefeito Municipal de Araxá

ANEXO E - LEI 5.337 – DE 20 DE AGOSTO DE 2008

Institui o PRODEDI - Programa de Desenvolvimento Econômico de Distritos Industriais, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ, com a Graça de Deus aprova e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica instituído o Programa de Desenvolvimento Econômico de Distritos Industriais - PRODEDI.

Parágrafo único. O Programa de Desenvolvimento Econômico de Distritos Industriais objetiva incrementar a implantação e expansão de atividades produtivas dos setores econômicos e o seu desenvolvimento sustentável e harmônico.

Art. 2°. Ficam isentas do pagamento de IPTU Imposto Predial Territorial Urbano), e da taxa de localização e funcionamento de estabelecimento, pelo prazo de 10 (dez) anos, as empresas que, a partir da data da publicação desta Lei e até o dia 31 de dezembro de 2008, se instalarem no Distrito Industrial de Araxá, ou em Micro Distrito Industrial.

Art. 3°. Gozarão do desconto de 50% (cinqüenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, pelo prazo de 10 (dez) anos, as empresas que, a partir da data da publicação desta Lei e até o dia 31 de dezembro de 2008, se instalarem no Distrito Industrial de Araxá, ou em Micro Distrito Industrial, desde que comprovem estar quites com suas obrigações tributárias, fiscais e previdenciárias, nas esferas federal, do Estado de Minas Gerais e do Município de Araxá.

Art. 4°. As empresas com sede no Município de Araxá, que ampliarem suas instalações físicas ou construírem novas edificações não sofrerão acréscimo do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) decorrentes da ampliação ou da nova construção, pelo prazo de 3 (três) anos a partir do ano seguinte à conclusão da ampliação ou construção.

§ 1°. Considera-se como data de conclusão a data da expedição do habitese.

§ 2°. A atualização do valor do imóvel relativo à área anteriormente edificada será desconsiderada para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo.

§ 3°. As empresas de que trata o caput deste artigo gozarão, ainda, de um desconto de 20% (vinte por cento) no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelo prazo de 03 (três) anos a partir do dia primeiro mês de janeiro do mesmo ano do beneficio concedido ao IPTU, quando o seu faturamento mensal, for superior a 50% (cinqüenta por cento) da média mensal do faturamento do ano da conclusão da ampliação ou construção.

§ 4°. Os benefícios desta lei somente serão concedidos às empresas, que não gozam dos benefícios das leis municipais n." 3.325 de 15 de outubro de 1.997, n." 3.799 de 06 de março de 2001, n. ° 4.565 de 28 de fevereiro de 2005, estejam regularmente inscritas e quites com suas obrigações tributárias, fiscais, e previdenciárias, além da regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 5°. A concessão dos benefícios de que trata o artigo 4° desta lei, fica condicionado, ao mesmo tempo:

I. à adesão a programas implementados pelo Município relacionados à geração de postos de trabalho;

II. a fazer doação, anual ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no limite máximo estabelecido pela legislação federal;

III. ao pagamento tempestivo das obrigações tributárias.

Art. 6°. Para obtenção dos benefícios de que tratam os artigos 4° e 5° desta lei, o proponente fará requerimento fundamentado ao Prefeito Municipal, anexando a documentação necessária.

Art. 7°. As isenções de trata esta Lei, obedecidas as disposições dos artigos 2° e 3°, abrangem também, empresas localizadas no Distrito Industrial, e que, até 31 de dezembro de 2008, aumentarem, tanto a sua produção, quanto a oferta de postos de trabalho, observados os seguintes percentuais:

I. para o Imposto Predial e Territorial Urbano (lPTU) e para a taxa de localização e/ou funcionamento do estabelecimento:

a) 100% (cem por cento), quando o aumento de produção for, o mínimo, 30% (trinta por cento) superior à produção anterior e, a ampliação na oferta de postos de trabalho for no mínimo, de 30% (trinta por cento) superior à ocupação anterior;

b) 50% (cinqüenta por cento), quando o aumento de produção situar-se entre, 20% (vinte por cento) e 29% (vinte e nove por cento), superior à produção anterior e, a ampliação na oferta de postos de trabalho for no mínimo, de 20% (vinte por cento) superior à ocupação anterior;
c) 30% (trinta por cento), quando o aumento de produção for, até 19% (dezenove por cento) superior à produção anterior e, a ampliação na oferta de postos de trabalho for no mínimo, de 5% (cinco por cento) superior à ocupação anterior.

II. para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de 50% (cinqüenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento), respeitadas as proporções do inciso anterior, respectivamente.
§ 1°. Para obtenção do beneficio disciplinado neste artigo, o proponente fará requerimento ao Prefeito Municipal, anexando as devidas comprovações
I. para o aumento da produção, o balanço do ano anterior;
II. para o aumento da oferta dos postos de trabalho a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do ano anterior.
§ 2°. A concessão das isenções de que trata este artigo, somente se efetivará através de despacho fundamentado, exarado pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, aprovado pelo Prefeito Municipal.

Art. 8°. Para as empresas que efetivamente se instalarem no Distrito Industrial até o dia 31 de dezembro de 2008, fica o Município de Araxá autorizado a restituir 50% (cinqüenta por cento) do valor do ICMS arrecadado a maior, gerado proporcionalmente pelo movimento econômico que a empresa acrescentar no valor anual do VAF (valor adicionado fiscal) do Município de Araxá.
§ 1°. A restituição será o resultado da apuração do valor líquido do V AF da empresa (em decorrência do empreendimento no Distrito Industrial de Araxá) no Município de Araxá sobre o montante anual do V AF do Município de Araxá.
§ 2°. A restituição fica condicionada à industrialização. a partir do segundo ano de operação - inclusive, ao faturamento anual superior a R$ 30.000.000.00 (trinta milhões de reais), e valerá pelo prazo de 10 (dez) anos, ficando automaticamente prorrogado por mais 5 (cinco) anos caso o faturamento anual seja superior a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), que, em qualquer hipótese, serão atualizados anualmente pela variação do IGP-M, ou outro índice que vier a substituí-lo ou que melhor represente a inflação do período.

Art. 9°. Caso a empresa beneficiada pela presente Lei desative seu empreendimento, ou não cumpra as metas estabelecidas e avençadas, fica obrigada a indenizar o Município de Araxá, incontinentimente, todos os beneficios recebidos, atualizados monetariamente pela variação do IGP-M, ou outro índice que vier a substituí-lo ou que melhor represente a inflação do período.

Art. 10. O PRODEDI, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SMPG, poderá aprovar os incentivos definidos nesta Lei aos empreendimentos prioritários das atividades industrial, comercial, de serviços de pessoas jurídicas e aos empreendimentos agrícolas de pessoas físicas e jurídicas, para implantação de novas atividades.
Parágrafo único. Os incentivos definidos nesta Lei, aprovados pela SMPG, serão concedidos pelos órgãos que administram os bens ou recursos.

Art. 11. O PRODEDI orientará os empreendedores sobre as atividades prioritárias relacionadas com a implantação e ampliação e modernização dos empreendimentos das várias atividades econômicas.
Parágrafo único. A orientação de que trata este artigo será feita de forma sintética e compreensível, no órgão de imprensa oficial credenciado pelo Município, independentemente de outras formas e meios adotados.

Art. 12. Os incentivos de que trata esta Lei só poderão ser concedidos se, na análise do projeto, forem caracterizadas a viabilidade técnica, econômica, financeira e atendimento aos aspectos sociais, o que será processado de forma simplificada.

Art. 13. Compete a SMPG:
a) definir as prioridades de atividades produtivas estimuladas ou incentivadas pelo Município;
b) apreciar projetos e decidir sobre concessão de incentivos fiscais e/ou econômicos, nos termos desta Lei;
c) formular e propor políticas, estratégias e diretrizes para o desenvolvimento econômico sustentado dos Distritos Industriais;
d) apreciar e apresentar propostas no que concerne aos programas de desenvolvimento econômico, sobre a alienação de imóveis urbanos, sobre a concessão de direito real de uso e outras formas de transferência de posse, permitidas por Lei para os imóveis urbanos e rurais.

Parágrafo único. As decisões da SMPG serão tomadas sempre em compatibilidade com o Plano Diretor Estratégico do município.

Art. 14. A SMPG, no exercício de sua competência, observará o disposto no Plano Plurianual, na Lei das Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos Anuais.

Art. 15. A SMPG disponibilizará pessoal para tratar da execução do PRODEDI.

Art. 16. Benefícios diversos dos estabelecidos na presente Lei poderão ser concedidos pelo Executivo, mediante prévia autorização legislativa, tais como pavimentação, concessão/cessão de uso de bem público.

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará por decreto a presente Lei, no que couber.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis de n. 3.325, de 15 de outubro de 1997, n. *3799,* de 06.03.2001, n. 4.412, de 31.03.2004, n. 4.565, de 18.02.2008, 4.811, de 21.02. 06 e 4.883 de 28.04.2006.

ANTONIO LEONARDO LEMOS OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Araxá